

COLLECCÃO
DA
LEGISLAÇÃO NOVISSIMA
DO
ULTRAMAR

1905

VOLUME XXXIII



COMPANHIA TYPOGRAPHICA

12 a 20, Rua do Ferregial de Baixo, 12 a 20

1906

ERRATAS

Na ultima linha da pagina 13, onde se lê: «De longo curso,» deve ler-se: «a) De longo curso,».

Na pagina 670, linha 8.ª, onde se lê: «Porte-caes Gorjão», deve ler-se: «Ponte-caes Gorjão».

Na pagina 1060, linha 43.ª, onde se lê: «Paço, em 10 de novembro de 1905», deve ler-se: «Paço, em 10 de setembro de 1905».



INDICE CHRONOLOGICO

DO VOLUME XXXIII

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1905

Janeiro	Pag.	Pag.	
8—Decreto mandando proceder á eleição geral de deputados ás Côrtes	3	27—Portaria estabelecendo as ajudas de custo do pessoal da Direcção fiscal do caminho de ferro de Benguella.	18
7—Officio declarando quem deve fazer a proposta para as nomeações de substitutos dos juizes de direito	3	29—Portaria approvando as conclusões do relatório da Administração do Instituto ultramarino	18
10—Officio declarando não deverem os juizes soltar os presos á ordem dos administradores	4	31—Portaria determinando como deve fazer-se a remessa de representações das Camaras municipaes	21
11—Portaria suscitando a observancia dos preceitos legais sobre a instrução dos processos de aposentação	4	31—Officio auctorizando o abono de vencimento ao chefe do concelho da Bahia dos Tigres, quando funcionario civil	21
11—Officio indicando a tabella de classificação de vencimentos a applicar ás professoras de ensino primario da India.... ..	4	31—Officio auctorizando o abono de passagens aos missionarios de duas associações religiosas portuguezas	21
12—Portaria isentando de contribuição industrial a Empresa nacional de navegação, relativamente ao carvão importado em Angola	5		
14—Decreto concedendo por aforamento 5:500 hectares de terreno baldio no districto de Moçambique	5	Fevereiro	
14—Decreto concedendo á missão catholica de S. José de L'hanguene 67 hectares de terreno em Lourenço Marques..	6	1—Officio dando esclarecimentos sobre a isenção do imposto do sêllo nos processos de concessão de terrenos ...	21
14—Decreto rejeitando um recurso da Camara municipal de Moçambique sobre o pagamento de vencimentos ao carcereiro da cadeia civil	6	4—Decreto negando provimento a uma reclamação sobre isenção de contribuição predial para a ilha de Corjuém, no Estado da India	22
18—Portaria nomeando uma Comissão para estudar o estabelecimento de carreiras de navegação entre a metropole e as possessões ultramarinas	7	4—Decreto approvando o regulamento de conservação e policia das estradas e das ruas em Cabo Verde	23
23—Decreto fixando os emolumentos do commissario e escrivão do corpo de policia de Lourenço Marques no julgamento de delictos e contravenções.... ..	7	4—Decreto fixando a franquia das correspondencias expedidas do ultramar para o estrangeiro.	45
23—Decreto alterando o de 4 de junho de 1902 sobre a navegação de grande e pequena cabotagem no ultramar	8	4—Decreto rejeitando um recurso de José Teixeira Sampaio de Albuquerque contra o castigo de inactividade temporaria.	46
23—Decreto negando provimento n'um recurso contra um despacho do governador geral da India sobre a navegação e travessia no rio Mandovy.	15	4—Officio (circular) dando indicações sobre a comunicação mensal do estado dos cofres das thesourarias e recebedorias	47
23—Decreto dando provimento n'um recurso de Francisco José Diniz contra a sua preterição para o posto de major do exercito do ultramar..	16	6—Officio communicando a resolução tomada sobre o pedido de 100 metros de terreno para o caminho de ferro de Benguella.	47
26—Portaria denominando «Hospital D. Carlos I» o hospital de Dilly	18	6—Portaria considerando como funcionarios os administradores da 4.ª e 5.ª circumscripções das Terras da Corôa em Lourenço Marques	47
		6—Officio (circular) auctorizando a distribuição de um calendario-annuncion nas provincias ultramarinas	48

Pag.		Pag.
17—	Officio declarando não caracterem os commandantes militares de Timor de auctorisação para fazerem o registo civil	48
17—	Officio dando esclarecimentos sobre a substituição dos conservadores do registo predial em Cabo Verde	48
18—	Officio communicando a extincção da guarda fiscal de S. Thomé	49
18—	Decreto mandando proceder á troca das notas de fazenda por moeda de prata na India e Moçambique	49
22—	Officio mandando considerar como nacionaes as encomendas postaes expedidas de Lisboa para Cabo Verde em qualquer navio	50
27—	Decreto dando provimento no recurso de um delegado de saude da India contra a sua demissão pelo governador geral	50
27—	Decreto dando provimento no recurso de um amanuense da Camara municipal de Lourenço Marques contra a sua demissão	51
27—	Decreto dando provimento n'um recurso da «Nova companhia de navegação do Quanza» sobre contribuição industrial	52
Março		
1—	Notas definindo a interpretação do artigo XV do Tratado de 26 de janeiro de 1897 entre Portugal e o Japão	53
4—	Officio mandando observar diversas prescripções sobre serviços telegraphicos	54
4—	Portaria auctorisando a transferencia de terrenos concedidos á Companhia algodoeira do Congo, nas margens do rio Lulondo	55
9—	Decreto fixando os honorarios medicos dos facultativos do quadro de saude na provincia de Moçambique	55
9—	Officio indicando as condições para o abono de novo premio de alistamento ás praças de pret	57
9—	Decreto creando o logar de chefe da pagadoria e contabilidade da Direcção dos telegraphos da Zambesia	57
10—	Portaria approvando o projecto do caminho de ferro da Swazilandia	57
11—	Portaria regulando disposições da Ordenança geral da armada sobre continências	58
11—	Officio (circular) aos consules mandando dar resalvas aos capitães de navios na falta de declarações de carga	58
13—	Portaria definindo os deveres do chefe da pagadoria e contabilidade da Direcção dos telegraphos da Zambesia	58
15—	Portaria declarando não poderem os empregados aduaneiros ser nomeados para serviço estranho	60
15—	Officio estabelecendo as condições para o aluguer das caixas de correspondencias apartadas no correio de S. Vicente	60
15—	Officio declarando que só o Ministro da marinha tem competencia para auctorisar augmentos de despesas	61
16—	Decreto alterando as taxas de sellos e mais formulas de franquia postaes no ultramar	61
17—	Portaria mandando crear estampilhas fiscaes para cobrança de emolumentos em determinados actos consulares	61
17—	Officio declarando não ter direito a provimento definitivo uma professora de Cabo Verde, nomeada interinamente depois do decreto de 17 d'agosto de 1901	61
20—	Portaria estabelecendo a sobre-taxa para poderem circular os sellos postaes retirados da circulação	62
28—	Decreto regulando os serviços das obras do porto e da exploração do caminho de ferro de Lourenço Marques, e os da construcção do da Swazilandia	62
28—	Portaria estabelecendo preceitos para a construcção do caminho de ferro da Swazilandia	65
28—	Decreto estabelecendo um processo especial para a cobrança de pequenas dividas, applicavel ás acções commerciaes	70
28—	Decreto dando aos escriptães dos Julgados municipaes em Tete a faculdade de exercerem o tabellionato	71
28—	Decreto conferindo a alguns juizes de direito a faculdade de proporem os seus substitutos	72
30—	Officio auctorisando a prorrogação do regimen transitorio para a navegação da grande cabotagem de Cabo Verde	72
31—	Officio indicando a base da gratificação das praças da companhia de saude de Moçambique pelo serviço de beneficiação	72
Abril		
1—	Decreto auctorisando o Banco ultramarino a emittir notas convertiveis em ouro na sua filial de Lourenço Marques	73
1—	Decreto approvando a redução da contribuição de registo por titulo oneroso em Lourenço Marques	73
10—	Portaria regulando a concessão de licenças para as sociedades estrangeiras adquirirem bens immobiliares nos territorios de companhias privilegiadas	74
12—	Officio mandando substituir a tabella de abonos do correio da Guiné ao de Lisboa pelas caixas com valor declarado	74
15—	Portaria definindo os direitos do Estado no que respeita ao regimen dos seminarios diocesanos	75
17—	Officio fixando a gratificação dos officiaes inferiores em serviço no observatorio meteorologico de Loanda	77
25—	Officio declarando os emolumentos a cobrar pela capitania dos portos de Cabo Verde	78

Pag.

Pag.

- 27 - Offício mandando debitar officiaes em
commissão extraordinaria de ser-
viço no ultramar por abonos recebi-
dos como em comissão ordinaria 78
- 28 Portaria approvando o projecto de
casas para habitação do pessoal su-
perior do caminho de ferro de Lou-
renço Marques 78

Maio

- 2 - Portaria (pelo Ministerio da justiça)
declarando as causas em que os con-
servadores do registo predial podem
advogar 79
- 4 Decreto auctorisando a Oceana Con-
solidated Company Limited a con-
servar por mais de dez annos bens
immobiliarios 79
- 4 - Offício indicando os vencimentos dos
officiaes de 2.ª linha, como comman-
dantes militares 80
- 6 - Offício (circular) interpretando o § 2.º
do art.º 46.º do decreto de 29 de de-
zembro de 1898, relativo á pesquisa
e lavra de minas 80
- 11 - Decreto concedendo por aforamento
23 323^{m2} de terreno em Lourenço
Marques. 80
- 11 - Decreto mandando abrir um credito
especial para despesas com a occu-
pação do paiz dos cuanhamas. 81
- 11 - Decreto negando provimento n'um re-
curso da sentença do Juizo de di-
reito de Sotavento sobre contribui-
ção de registo por titulo gratuito. 81
- 11 - Offício mandando observar permanentemente
a Portaria provincial sobre
remuneração dos serviços extraor-
dinarios dos empregados dos cor-
reios d'Angola 82
- 11 - Decreto approvando os novos estatutos
da Liga naval portugueza. 83
- 18 Offício (circular) mandando dar co-
nhecimento da exposição de produ-
ctos da agricultura colonial, projec-
tada pela Sociedade de geographia
de Lisboa 99
- 20 - Portaria auctorisando a venda da pro-
priedade de um predio urbano do
asylo de D. Pedro V de Loanda. 99
- 25 - Offício dando esclarecimentos ácerca
dos contractos de serviçaes indige-
nas em Angola 100
- 27 Decreto auctorisando a construcção
de um caminho de ferro de Mossa-
medes ao plan'alto da Chella 101
- 27 - Decreto negando provimento n'um
recurso da Companhia commercial
de Angola contra a sua collecta de
contribuição industrial em Lisboa. 101
- 27 - Decreto applicando á provincia da
Guiné o regulamento das execuções
fiscaes de Cabo Verde 102
- 27 - Decreto negando provimento n'um
recurso contra o accordão do Con-
selho de provincia da India relativo
a covatos 102
- 27 - Decreto negando provimento n'um
recurso contra o accordão do Con-
selho de provincia de Cabo Verde
sobre descaminho de direitos 104

- 31 Offício dando conhecimento da expo-
sição colonial projectada em Mar-
selha para 1906 104

Junho

- 2 - Decreto mandando abrir um credito
extraordinario para as obras do porto
de Lourenço Marques e do caminho
de ferro da Swazilandia 104
- 3 - Offício declarando extensivo aos man-
cebos europeus o abono de premio
de alistamento 105
- 5 - Decreto elevando á categoria de villa
a povoação de Catumbella, em An-
gola 105
- 5 Decreto negando provimento n'um
recurso contra o despacho do gover-
nador geral da India sobre a denun-
cia de uma usurpação de terrenos do
Estado 105
- 5 - Decreto negando provimento n'um re-
curso da Comunidade da aldeia
Morombim-o-Pequeno, no Estado da
India, relativo a indemnisação por
falta de régua de uma vangana 106
- 5 - Decretos approvando Accordos postaes
entre a provincia de Moçambique e
as colonias do Cabo, Natal, Trans-
waal e Rio d'Orange . Pag. 106 a 118
- 5 - Decreto approvando o regulamento
da concessão de licenças para esta-
belecimentos industriaes e commer-
ciaes em Manica e Sofala 121
- 6 Offício regulando a instrucção das pe-
tições dos funcionarios ultrama-
rinos para mezadas a suas fami-
lias 123
- 6 - Offício recommendando um processo
para esterilisar as sementes do al-
godoeiro 123
- 7 - Portaria (provincial) approvando o
Accordo supplementar para troca de
vales do correio entre a India bri-
taunica e a India portugueza 124
- 7 - Portaria mantendo os preceitos da de
15 d'abril, relativa ao regimen e
administração dos seminarios 125
- 8 - Offício declarando isentos de direitos
os artigos de fardamento manufactu-
rados com destino ás praças desta-
cadas no ultramar 125
- 19 Decreto dando provimento n'um re-
curso sobre contribuição predial em
Lourenço Marques 125
- 19 - Decretos negando provimento em cin-
co recursos do inspector de fazenda
de Moçambique sobre contribuição
de juros Pag. 127 a 130
- 19 - Offício mandando emendar, na Guiné,
o regulamento para o serviço de
cobranças por intermédio do correio 131
- 19 - Decreto concedendo ás Dignidades da
sé de Macau as vantagens de paro-
chos missionarios 131
- 19 - Decreto rejeitando um recurso contra
um accordão do Conselho de provin-
cia da India sobre o despejo de uma
casa 132
- 26 - Portaria declarando continuar a cargo
das Camaras municipaes a festividade
da procissão do Corpo de Deus 132

	Pag.
28—Officio dando esclarecimentos ácerca da readmissão das praças das companhias de saúde.....	133

Julho

3—Officio approvando o abono de gratificação aos 2. ^{os} aspirantes do correio de Benguella.....	133
4—Officio resolvendo sobre o augmento da dotação do observatorio meteorologico de Loanda.....	134
4—Decreto substituindo uma disposição do regulamento dos serviços e trabalhadores indigenas em Lourenço Marques.....	134
4—Decreto elevando o limite das áreas de terrenos a conceder em Lourenço Marques.....	134
4—Decreto rejeitando um recurso de Caetano Marques d'Amorim contra a sua transferência do logar de chefe de secção de agrimensura em Moçambique.....	135
7—Officio auctorisando o estabelecimento de uma delegação de emigração em Bissau.....	135
10—Officio confirmando uma gratificação ao chefe da estação postal de Catumbella.....	135
10—Officio auctorisando a celebração de um Accordo para o serviço de vales do correio entre Macau e Hong-Kong.....	135
11—Officio dando esclarecimentos sobre a época da abertura dos concursos para officios de justiça no ultramar.....	138
11—Decreto commettendo aos auditores dos Conselhos de guerra territoriaes a substituição dos juizes de direito das respectivas sedes.....	138
15—Officio declarando illegaes as restituições feitas pelo cofre das aposentações do circulo aduaneiro de Moçambique.....	133
18—Officio (circular) dando instruções sobre a forma de creditar e debitar as passagens de fundos entre os diversos cofres das provincias.....	139
18—Portaria pondo a cargo da Direcção dos caminhos de ferro de Loanda a construção do caminho de ferro de Mossamedes.....	139
21—Portaria dando differente redacção ao n.º 1.º da de 22 de novembro de 1904 sobre indemnisações no caminho de ferro de Lourenço Marques.....	140
21—Officio mandando continuar a cargo da Direcção d'obras publicas a execução das obras municipaes em Macau.....	140
22—Decreto regulando o serviço de fiscalisação do caminho de ferro de Benguella.....	140
22—Decreto fixando as receitas e despesas das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor para 1905-1906.....	142
22—Portaria regulando a cobrança e arrecadação dos emolumentos das capitánias dos portos.....	1001

	Pag.
22—Decreto dando provimento n'um recurso contra o despacho do governador geral da India, que recensou ao Suamy de Quenlá alvará para receber a acca a pagar pela Fazenda.....	1003
22—Decreto prorogando o prazo da entrega de requerimentos para concessão de terrenos a occupantes sem titulo na provincia de Moçambique.....	1005
22—Decreto approvando o regulamento para o serviço de permutação de fundos nos territorios da Companhia de Moçambique.....	1006
22—Decreto reduzindo a taxa de licença para as amarrações fixas dos barcos nos portos de Cabo Verde.....	1019
25—Officio declarando quaes as familias dos funcionarios que têm direito ao abono de transporte.....	1019
25—Officio (circular) dando instruções para a regularidade da liquidação das despesas do ultramar.....	1019
25—Portaria isentando a Empresa nacional de navegação de contribuição industrial sobre a importação de material para certas obras.....	1020
28—Portaria determinando os serviços e épocas em que os officiaes da armada podem usar o uniforme n.º 7....	1020

Agosto

2—Portaria permittindo a denominação de hospital «Infante D. Manuel» para o novo hospital de Caconda....	1021
2—Officio (circular) determinando a classificação a dar ás importancias remettidas do ultramar para despesas no reino.....	1021
3—Officio declarando prejudicada a doutrina do officio de 26 de janeiro sobre passagens de empregados.....	1021
5—Decreto approvando alterações aos estatutos do Banco ultramarino.....	1022
10—Decreto ratificando o accordo entre Portugal e a Gran-Bretanha para a permutação directa de encomendas postaes.....	1023
12—Officio declarando os vencimentos a abonar aos officiaes transferidos de uma provincia para outra.....	1031
12—Portaria dando á ponte do caminho de ferro no rio Lucalla a denominação de ponte «Ramada Curto».....	1031
16—Regulamento para a execução do Accordo relativo a permutação de encomendas postaes entre os correios portuguez e britannico.....	1031
17—Officio approvando a tabella de distribuição de fundos d'obras publicas de Cabo Verde para 1905-1906.....	1047
17—Decreto approvando modificações a alguns artigos dos estatutos da Companhia de Moçambique.....	1048
18—Officio approvando a distribuição de fundos para obras publicas da India em 1905-1906.....	1050
19—Officio declarando poder modificar-se, extraordinariamente, o horario das estações telegraphicas de Angola.....	1054

Pag.

Pag.

- 22—Portaria (pelo Ministerio da justiça) sobre o modo de considerar a ausencia de herdeiros para ter logar o inventario orphanologico 1054
- 28—Portaria estabelecendo disposições relativamente ao ajustamento das contas das provincias ultramarinas entre si 1054
- 30—Portaria confiando á administração da confraria de N. Snr. do Rosario a egreja de São Domingos, em Macau. 1055
- 30—Nota relativa á prorrogação do Tratado de commercio entre a Hespanha e a Suissa 1056
- 30—Portaria auctorisando um emprestimo destinado á aquisição de edificio proprio para as escolas das missões de Singapura e Malacca 1057
- 31—Officio (circular) estabelecendo a gratificação dos facultativos encarregados provisoriamente das pharmacias do Estado 1057
- 31—Officio resolvendo como deve optar, quanto a vencimentos, um official em comissão ordinaria quando exerça algum cargo iuterinamente. 1057
- 31—Officio explicando o que constitue material do Estado para o effeito de isenção de direitos. 1058

Setembro

- 2—Decreto mandando abrir um credito especial para a construcção do caminho de ferro de Mossamedes. 1058
- 4—Officio (circular) fixando o praso para a remessa de propostas de alterações ás tabellas orçamentaes. 1059
- 6—Officio indicando a tarifa applicavel ao material de guerra transportado pelo caminho de ferro de Ambaca. 1059
- 7—Portaria definindo as attribuições da Comissão do caminho de ferro de Malange. 1060
- 10—Decreto declarando encerrada a sessão das Camaras legislativas. 1060
- 12—Portaria approvando os modelos de relações nominaes do pessoal dos quadros e companhias de saude. 1061
- 18—Decreto concedendo por aforamento 282 hectares de terreno baldio em Lourenço Marques. 1064
- 18—Decreto mandando pôr em execução na Guiné, Angola e Moçambique o systema metrico-decimal. 1064
- 19—Officio (circular) mandando providenciar para a remessa de quantias descontadas a funcionarios do reino em serviço no ultramar. 1067
- 21—Officio indicando o modo de fazer, em territorio portuguez, a communicação de documentos pedida pelas Legações estrangeiras. 1067
- 23—Portaria regulando o provimento das cadeiras de ensino primario elementar do ultramar. 1067
- 23—Officio indicando o procedimento a adoptar em Angola no despacho de encomendas postaes isentas de direitos. 1068

- 26 Officio declarando não se pagar na metropole o que os funcionarios devem receber no ultramar á data da sua vinda. 1068

Outubro

- 2—Decreto mandando abrir um credito especial para despesas do porto de Lourenço Marques e do caminho de ferro da Swazilandia. 1069
- 2—Decreto auctorisando o contracto para o serviço de navegação entre a metropole e as provincias da Africa. 1069
- 2—Decreto facilitando a navegação nacional entre paizes estrangeiros e os portos das provincias ultramarinas 1092
- 6—Officio regulando o abono de subsidio para renda de casa aos facultativos e pharmaceuticos de Cabo Verde. 1093
- 12—Portaria permitindo a vinda ao reino com licença da Junta de saude aos empregados naturaes do ultramar 1093
- 14—Officio mandando ter em consideração uma consulta da Procuradoria geral da Corôa sobre concessões de terrenos. 1093
- 17—Officio (circular) formulando modelos de informações para a confecção da «Lista dos navios de guerra e mercantes». 1094
- 17—Decreto mandando abrir um credito especial para despesas com a occupação do paiz dos cuanhamas. 1097
- 17—Officio declarando não dever considerar-se como tempo de serviço militar o periodo de licença da Junta de saude. 1097
- 18—Portaria regulando a direcção da correspondencia official dos commandantes dos navios da armada fundeados nos portos do ultramar 1097
- 23—Officio (circular) regulando o abono das ajudas de custo dos funcionarios sahidos de uma provincia para outra. 1098
- 24—Officio resolvendo duvidas sobre os descontos de vencimentos a empregados ausentes por doença. (*Rectificado por officio de 30 de novembro*) 1098
- 25—Officio (circular) determinando o cumprimento, pelas Secretarias dos quartéis-generaes, dos preceitos sobre contabilidade. 1098
- 25—Officio (circular) auctorisando a estação postal de Bissau a permutar, directamente, com o correio de Lisboa listas para vales postaes 1099
- 25—Officio indicando os vencimentos que ás Direcções d'obras publicas compete processar 1099
- 26—Officio (circular) determinando a isenção de direitos nas encomendas postaes destinadas a navios de guerra estrangeiros. 1099
- 26 Officio indicando os vencimentos dos patrões-môres da provincia de Cabo Verde 1100

	Pag.		Pag.
31—Portaria suscitando a observancia da lei, quanto ás attribuições dos secretarios geraes na ausencia dos governadores	1100	20—Decreto estabelecendo o formulario para os diplomas e actos do Governo durante a regencia do reino	1155
31—Contracto para o fornecimento de uma draga destinada ao porto de São Thomé	1101	22—Officio estabelecendo préceitos a observar quanto á contabilidade dos caminhos de ferro de Malange e Mossamedes	1156
Novembro		23—Officio concordando com a elevação do numero de apontadores da Direcção dos caminhos de ferro de Loanda	1157
3—Decreto fixando o numero de vogaes para as Comissões municipais em Moçambique, Quelimane e Inhambane	1107	25—Contracto de navegação entre a metropole e as provincias ultramarinas da Africa	1157
3—Decreto concedendo por aforamento o territorio da ilha Pecixe, na Guiné	1107	30—Decreto concedendo por aforamento 400 hectares de terreno em Lourenço Marques	1182
3—Decreto approvando o regulamento sobre a lavra de pedreiras nas provincias ultramarinas	1108	30—Decreto approvando o regulamento da guarda civil da Beira	1183
3—Decreto regulando a constituição da Mesa directora da Santa Casa da misericordia de Macau e os respectivos serviços	1114	30 Officio rectificando o de 24 d'outubro sobre vencimentos de empregados impedidos	1194
3—Decreto estabelecendo o processo para os chinas nascidos em Macau provarem a sua naturalidade	1116	Dezembro	
3—Decreto regulando a fiscalisação dos serviços da loteria da Santa Casa da misericordia de Macau	1116	5 Officio approvando a publicação no <i>Boletim official de Cabo Verde</i> de uma Portaria do Ministerio da justiça relativa ao registo predial	1191
8—Officio indicando o direito a applicar na importação do chumbo de caça	1118	6—Officio auctorisando gratificações para a extracção do sal em Timor	1195
8—Officio communicando a resolução tomada relativamente á extradição nas colonias do Transwal e Orange	1118	7—Decreto desonerando o Leal senado de Macau da administração de um capital que pertencia á escola principal de instrucção primaria	1195
10—Officio (circular) resolvendo duvidas sobre o vencimento de exercicio por substituição de empregados	1119	7—Decreto auctorisando a Sociedade do Luinha a conservar bens immobiliarios em Angola	1195
10—Portaria mandando continuar o reconhecimento de assignaturas de funcionarios consulares, incumbido ao secretario geral do Governo de Moçambique	1119	7—Decreto approvando alterações á regulamentação do commercio da borracha nos territorios da Companhia de Moçambique	1196
14—Officio resolvendo a conservação do actual escrivão da capitania dos portos de Cabo Verde	1119	11—Nota (circular) ácerca da inclusão de todos os empregados das Repartições nas folhas mensaes de vencimentos	1197
15—Officio resolvendo sobre o abono ao Conselho governativo da India das despesas de representação do governador	1120	13—Officio (circular) mandando dar livre curso aos bilhetes postaes illustrados de industria particular	1197
16—Decreto approvando o regulamento da capitania dos portos de Timor	1120	14—Officio regulando as passagens dos funcionarios que tenham de sahir de Timor	1197
16—Decreto pondo á disposição do Ministerio da marinha um corpo expedicionario com destino a Angola	1141	14—Decreto mandando abrir um credito especial para construcção do caminho de ferro de Mossamedes ao planalto da Chella	1198
16—Decreto concedendo o beneplacito régio ao Breve que declarou dia santo de guarda na India portugueza o da festividade de S. Francisco Xavier	1143	14—Decreto approvando a nova publicação official do Codigo de processo commercial	1198
16—Decreto approvando modificações ao regulamento mineiro dos territorios da Companhia de Moçambique	1144	14—Decreto approvando modificações dos preliminares da pauta aduaneira dos territorios da Companhia de Moçambique	1245
16—Decreto concedendo 300 hectares de terreno por aforamento em Lourenço Marques	1152	16—Officio mandando isentar de direitos as bandeiras e artigos de uso official, importados para os consulados allemães	1245
16—Decreto substituindo um artigo do regulamento de 2 de setembro de 1901 sobre concessões de terrenos	1153	19—Portaria definindo os deveres dos governadores e inspectores de fazenda, quanto á fiscalisação das despesas publicas	1245
16—Decreto nomeando uma Comissão para estudar as modificações a fazer á organização militar do ultramar	1154		
20—Proclamação do Principe Real assumindo a regencia do reino	1155		

Pag.		Pag.	
20—Officio indicando ao governador de Timor o modo de occorrer ás despesas com melhoramentos locaes	1243	26—Officio declarando competir ao respectivo governador a approvação dos estatutos de uma confraria do Ibo.	1264
23—Portaria regulando o serviço de contabilidade e administração de fazenda das obras publicas	1247	27—Officio (circular) regulando o pagamento no ultramar dos titulos de renda vitalicia	1264
26—Decreto approvando o regulamento para os serviços da Commissão revisora de contas	1257	29—Officio indicando o modo de elaborar os mappas de inspecção dos funcionarios julgados incapazes de serviço	1265
26 - Decreto rejeitando um recurso de Jacintho Braz Correia Affonso contra a sua demissão do logar de sub-delegado em Mormugão	1261	30 - Decreto adiando as Côrtes.	1265
26 - Decreto concedendo aos funcionarios administrativos da Companhia de Moçambique a garantia do § unico do art.º 13.º do decreto de 1 de dezembro de 1869	1262	30—Portaria auctorisando o Banico ultramarino a crear uma nova serie de obrigações prediaes do ultramar...	1265
26—Decreto reforçando o corpo expedicionario ao Sul de Angola	1262	30—Portaria estabelecendo o processo para o ordenamento das despesas com as operações contra os cuanhomas	1266
		30 Officio auctorisando a elevação á 2.ª classe da estação postal de Noqui.	1269

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1905

COLLEÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1905

JANEIRO

Tendo de se proceder á eleição geral de Deputados ás Côrtes, que se devem reunir em sessão ordinaria no dia 3 do proximo mez de abril, em virtude do decreto de 24 de dezembro ultimo, pelo qual foi dissolvida a Camara dos Senhores Deputados da nação portugueza: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º São fixados o dia 2 do proximo mez de fevereiro a fim de se dar cumprimento, por parte das Commissões districtaes, ao disposto no artigo 44.º do decreto de 8 de agosto de 1901, e o dia 5 do mesmo mez para os presidentes das Camaras municipais cumprirem o preceituado no artigo 43.º d'aquelle decreto.

Art. 2.º São convocadas as assembleias eleitoraes do continente do reino e ilhas adjacentes para o dia 12 de fevereiro proximo, a fim de elegerem os Deputados ás Côrtes, na conformidade do artigo 40.º do citado decreto e do mappa a elle annexo, praticando-se os actos eleitoraes e os de apuramento nos prazos e pela forma estabelecida no mesmo diploma.

Art. 3.º Os governadores das provincias ultramarinas, logo que recebam communicação do presente decreto, mandarão proceder ás eleições de Deputados nas respectivas provincias nas épocas e prazos que forem compatíveis com as distancias e meios de communicação.

Art. 4.º Os governadores civis dos districtos das ilhas adjacentes designarão para a reunião das assembleias de apuramento os prazos e dias que forem compatíveis com os meios de communicação pela forma auctorizada no artigo 111.º do decreto citado de 8 de agosto de 1901.

Os Ministros e secretarios d'Estado dos negocios do reino e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar.

Paço, em 3 de janeiro de 1905. — REI. — *Antonio Augusto Pereira de Miranda.* — *Manuel Antonio Moreira Ju. ior.*

(Diário do Governo n.º 3).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Com referencia ao officio de 17 de junho ultimo, em que v. ex.^a communicou ter nomeado juizes substitutos do juiz de direito d'essa comarca, visto que este magistrado, não obstante ter delegação da Presidencia da Relação de Nova Gôa, se

recusára a fazer a respectiva proposta, incumbem-me o ex.^{mo} Ministro da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que, segundo o parecer do Conselho superior da magistratura judicial ultramarina, com o qual se conformou por despacho de 31 de dezembro ultimo, não podia v. ex.^a nomear os alludidos substitutos sem preceder proposta do Conselheiro presidente da mencionada Relação, a quem falta competencia para delegar essa função no juiz de direito.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 7 de janeiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador do districto autonomo de Timor. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar incumbem-me de levar ao conhecimento de v. ex.^a, para os effeitos convenientes, que o Conselho superior da magistratura judicial ultramarina emittiu, em 22 de dezembro proximo findo, o parecer, com o qual o mesmo ex.^{mo} Ministro se conformou, de que os juizes não devem soltar os presos que estiverem á ordem dos administradores.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de janeiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro presidente da Relação de Loanda. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de S. Thomé n.º 9.)

Sua Majestade El-Rei, attendendo á deficiencia com que por vezes tem vindo do ultramar processos de funcionarios requerendo aposentação, manda, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, que aos governadores das provincias ultramarinas e do districto autonomo de Timor se suscite a exacta observancia dos preceitos legais, pelos quaes cumpre:

1.º Que os processos de aposentação venham indispensavelmente instruidos com os documentos exigidos pelo decreto de 26 de outubro de 1866;

2.º Que nos diplomas ou titulos de nomeações sejam, impreterivelmente, lançadas as respectivas verbas de juramento e posse nas Repartições em que esses actos foram praticados, sendo ellas assignadas pelos funcionarios ou empregados a quem competir.

O que, pela mesma Secretaria d'Estado, se communica aos referidos governadores para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 11 de janeiro de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 13.)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, para seu conhecimento e devidos effeitos, em resposta ao seu officio, n.º 177, de 10 d'agosto ultimo, relativo ao vencimento proposto para as professoras de ensino primario em conformidade com a régia Portaria, n.º 178, de 31 d'agosto de 1903, que, por despacho de 23 do mez findo e em conformidade com o parecer da Junta consultiva do ultramar, foi resolvido que ás ditas professoras seja applicada a mesma tabella de classificação de vencimentos que pelo artigo 18.º e seus §§ 1.º e 2.º do decreto orçamental de 21 de novembro do referido anno foi estabelecida para os professores de ensino primario, sendo-lhes igualmente extensivo o § 4.º do citado artigo com respeito á suppressão do acrescimo de vencimento por diuturnidade de serviço, resalvados os direitos já adquiridos e ficando salvo o direito adquirido para a aposentação com o vencimento de categoria de 188\$900 réis pela professora do ensino elementar de Pangim.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 11 de janeiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral do Estado da India. — O inspector geral, *José Navarro d'Andrade*.

(Boletim official da India n.º 12.)

Attendendo ao que lhe requereu a Empresa nacional de navegação representando contra a exigencia, a titulo de contribuição industrial, do pagamento de $1\frac{1}{2}\%$ *ad valorem* sobre o carvão por ella importado e despachado na provincia de Angola exclusivamente para o abastecimento dos seus vapores, com excepção unica para os navios da armada real nos termos da Portaria régia de 31 de dezembro de 1902, e considerando que a requerente não exerce a industria do commercio de carvão e que pela sua funcção principal, como parceria maritima, — com séde em Lisboa — paga na metropole a devida contribuição industrial; Sua Majestade El-Rei, tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar, ha por bem determinar que, sobre o carvão importado e despachado na provincia de Angola pela Empresa nacional de navegação para abastecimento do deposito para fornecimento dos seus vapores, não incida nenhuma taxa de contribuição industrial cobrada na alfandega nos termos do regulamento vigente. O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se comunica ao Conselheiro governador geral da provincia de Angola, para os devidos efeitos.

Paço, em 12 de janeiro de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Boletim official d'Angola n.º 7.)

Tendo-me requerido Balthasar Freire Cabral, subdito portuguez, residente em Lisboa, a concessão por aforamento de 5:500 hectares de terreno baldio, sito na margem oriental da bahia de Nacala, em terras da capitania mór de Fernão Velloso, demarcados entre as pontas Nahareni e Maiaia, districto de Moçambique, da provincia de Moçambique, confinando, pelo norte com a estrada de Quissima-julo, por sul e lêste com terrenos baldios, e por oeste com a linha marginal, sem prejuizo das dependencias do posto militar Duque de Bragança, conforme consta do annuncio publicado no *Diario do Governo* n.ºs 235, 236 e 237, de 19, 20 e 21 de outubro de 1904;

Não se tendo apresentado proposta alguma no concurso a que se procedeu, na Direcção geral do ultramar, em 16 de dezembro do anno proximo findo;

Havendo sido publicado no *Diario do Governo* n.º 287, de 21 do mesmo mez, o aviso de que foi adjudicada ao referido Balthasar Freire Cabral a concessão, por aforamento, dos 5:500 hectares de terreno baldio, por elle requerida, com exclusão, porém, das parcelas de terreno que fôssem objecto de impedimento reconhecido pelo Governo ou de reclar-ações de particulares cujo processo demonstre serem fundamentadas;

Não havendo sido interposto impedimento algum pela Comissão das terras do districto de Moçambique, nem apresentada reclamação alguma de particulares contra o pedido da concessão;

Havendo o adjudicatario effectuado na Caixa geral de depositos, em 29 de dezembro do anno findo, o deposito de caução na importancia de 1:650\$000 réis, correspondendo a 300 réis por cada um dos 5:500 hectares cuja concessão lhe foi adjudicada;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É concedido a Balthasar Freire Cabral o aforamento de 5:500 hectares de terreno baldio, na margem oriental da bahia de Nacala, terras da capitania-mór de Fernão Velloso, districto de Moçambique, da provincia de Moçambique, demarcados entre as pontas Nahareni e Maiaia, confinando, ao norte com a estrada Quissima-julo, ao sul e a lêste com baldios, e a oeste com a linha marginal, sem prejuizo das dependencias do posto militar Duque de Bragança.

Art. 2.º O terreno designado no artigo precedente é destinado principalmente á agricultura.

Art. 3.º O concessionario será obrigado a pagar pelo referido terreno, nos termos do regulamento geral provisório de 2 de setembro de 1901 para execução da carta de lei de 9 de maio do mesmo anno sobre concessões de terrenos no ultramar, o foro annual de 30 réis por hectare.

Art. 4.º A concessão designada no artigo 1.º do presente decreto é feita sem prejuizo dos direitos assegurados aos indigenas pelos artigos 2.º, 3.º e n.º 2.º do artigo 8.º da carta de lei de 9 de maio de 1901 e pelos §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 2.º, n.º 2.º do artigo 10.º e artigo 139.º com seu § unico do regulamento geral provisório de 2 de setembro de 1901.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 14 de janeiro de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diario do Governo n.º 15).

Havendo-me requerido o rev. prelado de Moçambique que fôsem concedidos á missão catholica de S. José de L'hanguéne, nos termos do artigo 46.º da carta de lei de 9 de maio de 1901, 67 hectares de terreno por ella occupados proximo á cidade de Lourenço Marques, do districto do mesmo nome, da provincia de Moçambique, a fim de serem applicados para escola e ensaios de agricultura;

Attendendo a que a referida missão de S. José de L'hanguéne está devidamente auctorisada;

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 46.º da carta de lei de 9 de maio de 1901 sobre concessões de terrenos no ultramar;

Hei por bem decretar o seguinte:

Art. go 1.º É concedido, gratuitamente, á missão catholica, devidamente auctorisada, de S. José de L'hanguéne, para escola e ensaios de agricultura, nos termos do artigo 46.º da carta de lei de 9 de maio de 1901 sobre concessões de terrenos no ultramar, o uso de 67 hectares de terreno, já occupado pela mesma missão, proximo á cidade de Lourenço Marques, no districto do mesmo nome, da provincia de Moçambique, o qual é atravessado pela estrada de Lydenburgo e confina, pelo sul com a zona reservada para o caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal, entre, proximamente, os kilometros 3,300 e 4,130, pelo norte com baldios, por léste com terreno de Samuel Marks, com um outro de que o indigena Hay pretende justificar a posse, e com baldios, e por oeste com terreno de Evaristo Antonio Pereira de Sousa e com baldios.

Art. 2.º O terreno designado no artigo precedente será demarcado por forma que na concessão se não comprehendam o lazareto, a estrada de Lydenburgo, nem tão pouco as parcellas de terreno contiguas a esta estrada já occupadas por quaesquer individuos, cujo uso só poderá ser concedido á supracitada missão, se os respectivos occupantes forem d'ellas competentemente desapossados.

Art. 3.º A missão fica sujeita, na parte que for applicavel, ás obrigações impostas aos emphyteutas de terrenos pelo regulamento geral provisório de 2. de setembro de 1901 para execução da carta de lei de 9 de maio do mesmo anno sobre concessões de terrenos no ultramar, e tambem ás que competem aos proprietarios confinantes com as estradas nos termos do regulamento para a conservação e policia das estradas na provincia de S. Thomé e Príncipe, approvado por decreto com força de lei de 27 de novembro de 1902.

Art. 4.º Os indigenas, residentes ou que vierem a residir no terreno designado no artigo 1.º do presente decreto, continuarão sujeitos aos mesmos impostos, encargos e obrigações e gosarão dos mesmos direitos que os indigenas residentes fóra do referido terreno.

Art. 5.º O Governo reserva-se o direito de retirar a concessão do uso do terreno, quando assim convenha aos interesses do Estado, sem que d'isso resulte para a missão direito a qualquer indemnisação.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 14 de janeiro de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diario do Governo n.º 15).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo acerca do recurso n.º 12:183, em que é recorrente a Camara municipal do concelho de Moçambique e recorrido Arthur Teixeira de Lima, e de que foi relator o Conselheiro d'Estado, vogal effectivo, Julio Marques de Vilhena,

Mostra-se que o presente recurso vem do accordão do Conselho de provincia de Moçambique, que concedeu provimento na reclamação do recorrido mandando que lhe fôsem pagos todos os seus vencimentos, como carcereiro da cadeia civil da cidade de Moçambique, desde a data em que deixou de os receber;

Mostra-se que o accordão recorrido foi proferido em 27 de abril de 1903 e publicado no *Boletim official* da provincia em 30 de maio do mesmo anno;

Mostra-se que d'este accordão foi interposto recurso directamente perante este Supremo tribunal;

O que visto e o parecer do Ministerio publico;

Considerando que, nos termos do § 1.º do artigo 3.º do decreto de 2 de setembro de 1901, o recurso devia ter sido interposto no prazo de tres mezes a contar da data da publicação do accordão recorrido;

Considerando que o mesmo recurso deu entrada na Secretaria do tribunal no mez de janeiro de 1904, e, portanto, depois de decorrido o prazo legal para a sua interposição;

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, rejeitar o recurso por não ter sido legalmente interposto.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço em 14 de janeiro de 1905. — REI. — *Manoel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 17).

Tornando se cada vez mais urgente assegurar a ligação da metropole com os portos dos nossos dominios ultramarinos por meio de carreiras regulares de navegação, e con-vindo estudar a forma mais vantajosa e prática por que se ha de levar a effeito um tal empreendimento, aproveitando, tanto quanto possivel, os elementos ora existentes e atten-dendo a todos os interesses legitimos, procurando harmonisal-os e contribuir para o pro-gredimento da nossa riqueza economica: ha por bem Sua Majestade El-Rei, pela Se-cretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, nomear uma Commissão composta do contra-almirante Conselheiro Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, Ministro d'Es-tado honorario e presidente da Sociedade de geographia de Lisboa; Conselheiro Joaquim José Machado, coronel de engenharia, antigo governador geral de Moçambique e da India; Arnaldo de Novaes Guedes Rebello, coronel d'artilharia, antigo governador de Cabo Verde e de Macau e vogal da Junta consultiva do ultramar; Luiz Diogo da Silva, vice-gover-nador do Banco ultramarino; José adolpho de Mello e Sousa, presidente da Associação commercial de Lisboa; Conselheiro Pedro de Araujo, presidente da Associação commer-cial do Porto; Henrique Pereira Taveira, presidente da Associação industrial de Lisboa; Antonio Francisco Nogueira, presidente da Associação industrial do Porto; Ezequiel Augusto Vieira de Castro, presidente do Centro commercial do Porto; Dr. José Paulo Monteiro Cancella, presidente do centro colonial; Pedro Gomes da Silva, administrador da Empresa nacional de navegação: Guilherme Arnaud, gerente da Empresa insulana; Eduardo Ferreira Pinto Basto, negociante da praça de Lisboa; Bernardino Carlos de Azevedo Vareta, armador de navios; Conde de Valle Flor, Francisco Mantero, Adriano Coelho, Antonio Ferreira Marques, Francisco Maria Bacellar, negociantes e agricultores ultramarinos; e Antonio Alves Pereira de Mattos, primeiro tenente da armada, represen-tante da Liga naval portugueza, dos quaes o primeiro será o presidente e o ultimo secre-tario; a fim de apresentar um relatorio circunstanciado no qual sejam indicados quaes os meios praticos, de facil realisação, no tocante a este assumpto de alta conveniencia.

Do provado patriotismo, valiosos conhecimentos e competencia das individualidades referidas espera Sua Majestade El-Rei a feliz solução d'este difficil e importantissimo problema.

Paço, em 18 de janeiro de 1905. — *Manoel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 15)

Attendendo ao que me representou o governador geral da provincia de Moçambique; Considerando que o decreto com força de lei de 28 de dezembro de 1903 transferiu para o commissario do corpo da policia de Lourenço Marques a instrucção e julgamento de alguns delictos e contravenções, que d'antes competiam aos juizes de direito da res-pectiva comarca, mas não lhe arbitrou nem ao seu escrivão quaesquer emolumentos pelos actos praticados no desempenho d'este serviço;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros; e

Usando da auctorisação concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto adicional á Carta constitucional da monarchia;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ao commissario da policia de Lourenço Marques e ao seu escrivão competem os emolumentos a que têm direito, na parte respectiva, os juizes de direito e os seus escrivães, segundo a tabella approvada pela lei de 13 de maio de 1896, em vigor no ultramar por força do disposto no artigo 158.º do regulamento de 20 de fevereiro de 1894.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de janeiro de 1905. = REI. = *Manoel Antonio Moreira Junior*,

(Diario do Governo n.º 25)

Havendo a experiencia demonstrado ser necessario introduzir algumas modificações ao decreto de 4 de junho de 1902, que regula a navegação de grande e pequena cabotagem das possessões ultramarinas portuguezas e bem assim a de longo curso que faz escala pelos portos das mesmas possessões; e attendendo ao que me representou o Ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e ultramar:

Usando da auctorisação que me confere o § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto adicional á Carta constitucional da monarchia e tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os navios mercantes nacionaes com registo nos portos do continente do reino, ilhas adjacentes e possessões ultramarinas são comprehendidos nas classes de longo curso, de grande cabotagem e de pequena cabotagem.

§ 1.º São de longo curso os navios aprestados e equipados para a navegação do alto mar, em conformidade com as disposições dos regulamentos das capitancias dos portos do reino e ilhas adjacentes de 1 de dezembro de 1892.

§ 2.º São de grande cabotagem os navios que se destinem á navegação das zonas definidas pelo artigo 3.º, tendo pelo menos um official de navegação e dois machinistas de longo curso, se forem movidos a vapor.

§ 3.º São de pequena cabotagem as embarcações que se destinem á navegação dentro das zonas definidas pelo artigo 4.º, sob a direcção de um mestre habilitado e tendo um machinista de longo curso ou fluvial, se forem movidas a vapor.

§ 4.º Os navios de recreio para navegação de longo curso, ou destinados a navegar dentro das zonas em que pode effectuar-se a navegação de cabotagem, serão, para os effeitos de legislação e fiscalisação maritima, equiparados respectivamente aos navios mercantes destinados a viagens de longo curso, de grande ou de pequena cabotagem.

§ 5.º As embarcações destinadas á pesca no mar de Larache são equiparadas aos navios empregados na pequena cabotagem.

Art. 2.º As embarcações que forem destinadas ao trafego nos portos e rios, ou á pesca nas aguas territoriaes do continente, ilhas adjacentes e possessões ultramarinas, constituirão a classe denominada de trafego local, regulando-se o seu registo e matricula do pessoal nos termos do titulo IV, capitulo I do regulamento das capitancias, de 1 de dezembro de 1892.

Art. 3.º As zonas maritimas dentro das quaes as embarcações com registo nas capitancias dos portos abaixo indicadas poderão fazer a navegação de grande cabotagem são as seguintes:

a) No continente do reino e ilha da Madeira. — A área delimitada a léste pela linha que vae de Palamos á ilha Minorca e d'esta a Argel, seguindo ao longo da costa de Africa para oéste e sul até ao paralelo do cabo Bojador, correndo n'este paralelo até o meridiano mais occidental da ilha de Ferro, que contornará por oéste, dirigindo-se depois a contornar para oéste a ilha da Madeira, de onde se dirigirá directamente ao cabo de Finisterra, e em seguida ao longo da costa de Hespanha até Bayonna.

b) Nas ilhas dos Açores. — O mar do archipelago d'este nome comprehendido entre os meridianos e parallelos envolventes das ilhas dos grupos occidental e oriental do archipelago, incluindo todas as ilhas.

c) Nas ilhas de Cabo Verde e da Guiné. — A área comprehendida pela linha que, envolvendo a ilha de Santo Antão, segue pelo meridiano mais occidental d'esta ilha até o paralelo mais sul da ilha Brava e do cruzamento d'este com aquelle meridiano pela linha que se dirige ao ponto mais occidental da Serra Leôa, de onde regressa para o norte ao longo da costa de Africa até o cabo Branco, partindo então para oeste em direcção ao meridiano acima citado da ilha de Santo Antão, a qual fica assim circumscripta.

d) Nas provincias de Angola e S. Thomé e Príncipe. — A área comprehendida entre o littoral da Africa e a linha que vae desde Serra Leôa até á Bahia da Baleia.

e) Na provincia de Moçambique. — A área comprehendida entre a costa oriental de Africa e a costa occidental de Madagascar, limitada ao sul pela linha que vae de Porto Natal ao cabo de Santa Maria em Madagascar, e ao norte pela linha que vae de Mombaça a Diogo Soares, torneando o cabo de Ambre.

f) No Estado da India. — A área comprehendida entre a costa do Indostão e a linha que vae de cabo Monge, porto de Carache ao cabo Camorim.

g) Na colonia de Macau. — A área marítima adjacente á costa da China, desde Fucheu a Hainão.

h) No districto de Timor. — A área marítima comprehendida entre o Equador e 12° de latitude sul e os meridianos centraes dos estreitos de Sonda e de Torres.

Art. 4.º As zonas marítimas, dentro das quaes as embarcações com registo nas capitánias dos portos abaixo indicadas poderão fazer a navegação de pequena cabotagem, são as seguintes:

a) Do continente do reino. — A área da faixa marítima ao longo e á vista da costa comprehendida entre o cabo Finisterra e Almeria, e o mar Mediterraneo, desde Oran até o estreito de Gibraltar, com a faixa ao longo da terra que vae de Ceuta ao Mogador.

b) Da ilha da Madeira. — A área marítima á vista de terra, que circumda o grupo da Madeira e Porto Santo.

c) Das ilhas dos Açores. — O mar do archipelago como facultado ás embarcações de grande cabotagem, não podendo, contudo, realisar-se viagem entre qualquer das ilhas dos grupos central e oriental e as ilhas das Flores e do Corvo.

d) Das ilhas de cabo Verde. — A zona marítima que á vista de terra circumda as ilhas do archipelago.

e) Da provincia da Guiné. — A zona marítima entre os rios Casamansa e Nuno, comprehendendo o archipelago de Bijagoz.

f) Da provincia de S. Thomé e Príncipe. — A área comprehendida em uma zona marítima, formando um triangulo que encerra as ilhas de S. Thomé e do Príncipe e Libreville, não podendo, porém, empregar-se em viagens entre estas ilhas e o Gabão as embarcações de arqueação inferior a 25 toneladas liquidas.

g) Da provincia de Angola. — A faixa marítima que á vista de terra se estende desde a foz do Cunene até á do Massabi.

h) Da provincia de Moçambique. — A faixa marítima ao longo da costa da provincia e á vista de terra, comprehendida entre a ponta Ouro e a foz do Rovuma.

i) Do Estado da India. — A faixa marítima á vista de terra, comprehendida entre os parallelos extremos do territorio de Gôa e encerrando a ilha de Anjediva.

Poderão tambem as embarcações d'esta classe effectuar viagens entre Damão e Diu, quando a sua arqueação liquida não fôr inferior a 25 toneladas.

j) Da colonia de Macau. — A zona marítima á vista de terra, comprehendida entre Hong-Kong e a ilha de Sên choan.

k) Do districto de Timor. — A zona marítima á vista de terra, circumdando a ilha de Timor, sendo comprehendida n'essa zona a ilha Cambing.

Art. 5.º Continuam reservados á navegação portugueza, quando esta se encontre unica e exclusivamente nas condições que derivam do artigo 4.º do decreto de 8 de julho de 1863, para a completa nacionalisação dos navios mercantes:

1.º O trafego marítimo entre os portos do continente do reino, entre estes e os portos do archipelago dos Açores e entre estes ultimos portos;

2.º O trafego marítimo entre as possessões portuguezas do Atlantico e os portos do continente do reino e das ilhas dos Açores e Madeira;

3.º O trafego marítimo entre os portos de cada uma das possessões portuguezas no Atlantico.

§ 1.º As firmas ou sociedades de navegação, que até á presente data tenham exercido

sob a bandeira portugueza o trafego marítimo a que se refere o presente artigo, continuam a poder exercel-o nos demais termos d'esta lei.

§ 2.º O trafego marítimo entre os portos da provincia de Angola ao norte da foz do Loge e os portos situados ao sul do paralelo de 2º30' sul, comprehendendo os do estuario do rio Zaire, é facultado em egualdade de tratamento a todos os navios nacionaes e estrangeiros.

Art. 6.º A navegação e o trafego marítimo entre os portos das possessões portuguezas a léste do cabo da Boa Esperança e entre estes portos e qualquer dos portos das possessões portuguezas do Atlantico, das ilhas das Açores e Madeira e do continente de Portugal, são permittidos a todos os navios nacionaes e estrangeiros:

a) Nos portos interiores da provincia de Moçambique, excluindo os do Zambeze, e entre elles e os demais portos oceanicos da mesma provincia o trafego marítimo fica reservado á cabotagem nacional da provincia.

§ 1.º Os navios estrangeiros poderão também fazer o trafego marítimo da grande e da pequena cabotagem entre os portos marítimos de cada uma das possessões portuguezas a léste do cabo da Boa Esperança, sujeitos aos encargos respectivamente impostos á grande e á pequena cabotagem nacional d'essas possessões.

§ 2.º A navegação de longo curso a que se refere este artigo é, quanto a regimen fiscal e encargos do porto, assimilada á navegação de grande cabotagem.

§ 3.º Continuam em vigor no continente do reino e nas ilhas adjacentes os impostos, franquias e isenções estabelecidos pela actual legislação marítima postal, aduaneira e de sanidade, com respeito á navegação e trafego marítimo de que trata este artigo.

Art. 7.º Os navios estrangeiros, que estiverem fazendo a navegação a que se refere o artigo anterior, não serão admittidos a fazer trafego marítimo entre os portos nacionaes situados dentro das zonas de pequena cabotagem attribuidas ás possessões portuguezas do Atlantico, das ilhas adjacentes e entre os portos do continente do reino.

Art. 8.º A navegação nacional que fôr iniciada em qualquer porto do continente do reino, das ilhas adjacentes, ou das possessões portuguezas do Atlantico, com destino a porto ou portos situados fóra da zona marítima attribuida á grande cabotagem do porto de partida, é reservada á classe designada de longo curso.

§ único. Os impostos e encargos a que fica sujeita a navegação nacional, nos termos d'este artigo, serão os estabelecidos na legislação vigente com respeito á entrada em portos do continente do reino e ilhas adjacentes, e por sahida d'esses portos, e os que constam das tabellas n.ºs 1, 2, 5 e 6, com respeito a entradas nos portos das possessões portuguezas do Atlantico e os da tabella n.º 4 por sahida d'esses portos.

Art. 9.º Os navios nacionaes de longo curso que fizerem viagens iniciadas nos portos do continente do reino, nos das ilhas adjacentes ou das possessões portuguezas no Atlantico, tendo por escala ou por *terminus* d'essas viagens portos de outras possessões portuguezas no Atlantico, serão assimilados aos navios de grande cabotagem da possessão em cujas aguas estiverem, desde que entrem no primeiro porto nacional de escala, e devem pagar o imposto de tonelagem a que se referem as alíneas a) ou c) e d) da tabella n.º 1, só na viagem de ida, isto é, uma vez em cada porto de escala, começando do Ambriz para o sul quando na provincia de Angola. Logo que prosigam em viagem para outro porto nacional, fóra da zona da pequena cabotagem, interromper se ha o beneficio da referida assimilação, e será retomada a qualificação de longo curso, com a qual darão entrada no porto visitado.

Art. 10.º Nas viagens de retorno do porto *terminus* a que tenham chegado os navios nacionaes de longo curso, nos termos do artigo anterior, continuarão estes assimilados aos navios da grande cabotagem da possessão em que façam escalas, passando, porém, a ser considerados de longo curso quando saírem do ultimo porto contido na zona da pequena cabotagem d'essa possessão. Quando no proseguimento da viagem vierem a entrar em porto de outra possessão nacional, poderão fazer dentro das aguas da pequena cabotagem d'esta possessão as viagens de escala que lhes convierem, sendo assimilados á grande cabotagem, perdendo o beneficio da assimilação logo que saírem da área reservada á pequena cabotagem e assim por diante até o *terminus* da viagem de retorno.

Art. 11.º Os navios estrangeiros poderão fazer o trafego marítimo entre as possessões portuguezas, com tratamento igual ao prescripto para os navios nacionaes de longo curso.

§ 1.º Não poderão, contudo, fazer o trafego entre os portos de cada uma das possessões portuguezas no Atlantico.

§ 2.º E', porém, facultado aos ditos navios, entrados em qualquer porto das possessões portuguezas no Atlantico, fazer o trasbordo de toda ou parte da carga que fôr destinada para outro ou outros portos da mesma possessão; mas esse trasbordo sómente poderá ser feito para navios nacionaes.

Art. 12.º As embarcações exclusivamente de policia maritima pertencentes ás companhias privilegiadas de Moçambique e do Nyassa serão assimiladas nas provincias ultramarinas, para o effeito de impostos e encargos, aos navios-transportes do Estado. Serão, porém, sujeitas á fiscalisação aduaneira como fôr julgado necessario, e ao regimen da sanidade maritima.

§ unico. As embarcações de trafego maritimo das citadas companhias são sujeitas nos portos das provincias ultramarinas ao regimen estabelecido para as embarcações mercantiles nacionaes.

Art. 13.º O pessoal de conducção de machinas dos navios empregados na grande e pequena cabotagem das possessões ultramarinas será, sempre que seja possivel, constituido, na grande cabotagem, por machinistas habilitados com a carta de longo curso, e na pequena cabotagem por machinistas de longo curso ou de navegação fluvial.

§ unico. Quando não haja machinistas habilitados com carta de curso, poderão ser matriculados para conducção das machinas os individuos que para este fim forem examinados e approvados por um jury composto do capitão dos portos da possessão e dois machinistas do corpo de machinistas navaes, requisitados ao navio de guerra que estacionar na possessão. A estes individuos, quando approvados, será passado pelo jury um titulo provisorio para conducção de machinas, válido sómente n'essa possessão e durante dois annos.

Art. 14.º Os mestres das embarcações de pequena cabotagem das possessões ultramarinas deverão satisfazer a um exame dos conhecimentos profissionaes necessarios para que possam dirigir, com segurança, a navegação dentro da zona da pequena cabotagem, sendo o exame feito perante um jury composto do capitão dos portos da possessão e dois officiaes de marinha, requisitados ao navio de guerra que estacionar no porto. Sendo approvados, os mestres receberão um titulo de competencia, passado pelo jury, o qual será válido para o exercicio de funções dentro da área da pequena cabotagem da possessão.

Art. 15.º As embarcações das classes de longo curso e de grande cabotagem das provincias ultramarinas devem ter a bordo todos os livros e papeis determinados no Acto de navegação, um exemplar do Codigo commercial portuguez, o Codigo penal e disciplinar da marinha mercante, o Codigo internacional de signaes de Larkins e respectivas bandeiras, um exemplar do regulamento das capitancias dos portos do reino e ilhas adjacentes, o regulamento da capitania dos portos da possessão ultramarina em que estiverem registados, e a lista dos navios de guerra e mercantes da marinha portugueza.

Art. 16.º As embarcações da classe de pequena cabotagem do ultramar são unicamente obrigadas a ter a bordo o certificado do registo de propriedade, a licença para navegação, o rol de matricula da equipagem, o titulo de competencia do mestre, e, quando em viagem, o *passe* de sahida do ultimo porto.

Art. 17.º Todas as embarcações de trafego maritimo, nacionaes ou estrangeiras, são obrigadas a tirar na alfandega do porto do ultramar em que hajam entrado o *passe* de sahida, que será sujeito ao imposto do sêllo, como estabelece a tabella n.º 4.

Art. 18.º As embarcações do trafego local e os barcos de pesca que exerçam a industria nas aguas territoriaes das possessões ultramarinas são obrigados a ter a bordo o titulo de licença, o certificado do registo de propriedade e o rol da matricula da equipagem. No emtanto, as embarcações que naveguem sómente nos portos e rios poderão ser dispensadas de ter o rol de matricula, quando por circumstancias locais esse rol seja frequentemente alterado.

Art. 19.º E' auctorisado o registo de propriedade nas capitancias dos portos das provincias ultramarinas a todos os navios de origem estrangeira, podendo os governadores passar os respectivos passaportes provisorios, que immediatmaente serão submettidos a confirmação superior.

Art. 20.º O imposto de tonelagem a que ficam sujeitas as embarcações do trafego maritimo que entrarem nos portos da Guiné, S. Thomé, Principe, Ambriz e restantes portos do centro e sul da provincia de Angola, nos da provincia de Moçambique, com excepção dos que estão sob a administração de companhias privilegiadas, e nos portos do districto de Timor, é o que consta da tabella n.º 1.

§ unico. São isentas do pagamento de imposto de tonelagem as embarcações:

- a) Registadas em sociedades de recreio legalmente constituídas e reconhecidas;
- b) Do trafego marítimo, que, por contracto oneroso ou por efeitos de convenios internacionais e de leis especiaes, forem beneficiadas com a isenção;
- c) Que, sendo nacionaes ou estrangeiras, se empreguem exclusivamente na pesca costeira, as de reboque, as de bôcca aberta, qualquer que seja a sua lotação, e as de pequena cabotagem cuja arqueação fôr inferior a 20 toneladas liquidas;
- d) Que por arribada forçada entrem nos portos a que se refere este artigo, quando não façam operações commerciaes;
- e) Que entrem e saíam em lastro, e as que, havendo entrado carregadas, saíam em lastro para receberem concerto em outro porto, ainda que estrangeiro, comtanto que voltem a receber a mesma carga, ainda em lastro;
- f) Que, sendo movidas a vapor, entrem para sómente receberem refrescos e carvão, largar ou receber mallas do correio;
- g) Que entrem e saíam, sem haverem desembarcado carga, e, havendo a desembarcado, sejam consideradas innavegaveis, devendo proceder se a desmancho;
- h) Que sómente transportem e desembarquem naufragos ou quaesquer individuos enviados por ordem dos consules de Portugal ou de outras auctoridades locaes;
- i) Que entrem no porto com o fim especial e restricto de receberem mercadorias de navios que hajam de descarregar por efeito de força maior devidamente comprovada;
- j) Que transportem sómente metaes preciosos, em moeda ou em barra.

Art. 21.º O imposto de tonelagem a que ficam sujeitas as embarcações de trafego marítimo que entrem nos portos do archipelago de Cabo Verde consta da tabella n.º 2.

§ unico. São isentas do imposto de tonelagem as embarcações:

1.º Que, nos cas's expressamente estabelecidos, estiverem comprehendidas nas alineas do artigo 20.º;

2.º Que no Porto Grande de S. Vicente sómente embarquem ou desembarquem passageiros em qualquer numero; e nos outros portos da provincia até quatro passageiros, sem distincção de proveniencia ou destino, comtanto que esses navios não façam qualquer operação de trafego marítimo, embarcando ou desembarcando mercadorias;

3.º Que sómente embarquem ou desembarquem pequenas encomendas, embora estas estejam sujeitas a direitos aduaneiros, quando o volume total d'essas encomendas não exceda, por navio, a 5 toneladas metricas;

4.º Da classe de paquetes transatlanticos, que, em virtude de contracto com o Governo portuguez para o serviço internacional dos correios, entrem no Porto Grande de S. Vicente para entregar ou receber mallas da correspondencia postal. Esta isenção sómente vigorará no periodo do respectivo contracto, e estes navios serão dispensados de quaesquer encargos de porto, comtanto que não façam operações de trafego, aproveitando-lhes tambem os beneficios das isenções concedidas á navegação em geral nos respectivos termos d'essas isenções;

5.º Que, estando nas condições do n.º 3.º, transportem para o Porto Grande de S. Vicente e em qualquer quantidade a palha, feno e herva com destino a consumo pelo gado existente na ilha.

Art. 22.º As embarcações de trafego marítimo que entrem nos portos da India ficam sujeitas ao imposto de tonelagem estabelecido na tabella n.º 3.

§ 1.º São isentas do imposto de tonelagem as embarcações:

- a) Comprehendidas nas alineas a), b), c), f), h), i), j), do artigo 20.º;
- b) Que façam o trafego de cabotagem, quando a sua arqueação fôr inferior a 10 toneladas;
- c) Que, embora tenham praticado qualquer operação do trafego de mercadorias, sejam condemnadas por innavegaveis, sendo obrigadas a desmanchar no porto de entrada;
- d) Que sómente hajam transportado naufragos, presos, indigentes, ou quaesquer outros individuos enviados por ordem dos consules de Portugal ou outras auctoridades locaes; e as que sómente embarquem ou desembarquem passageiros até o numero de cinco;
- e) Que façam operações de carga e descarga, não excedendo, comtudo, qualquer d'estas operações a uma tonelada metrica;
- f) Que sómente transportem metaes preciosos em moeda ou em barra;
- g) Que se empreguem exclusivamente na pesca costeira, quer sejam nacionaes ou estrangeiras.

§ 2.º Para o effeito das isenções, não se reputam operações de trafego de mercadorias o desembarque d'estas para se proceder a concerto de que a embarcação careça, ou para saneamento no caso de quarentena; a venda de mercadorias avariadas ou de alguma parte da carga para custeio das despesas do navio, quando o capitão justifique não poder por outro modo levantar dinheiro para o indicado fim; a baldeação para outro navio, nos casos de arribada por força maior, das mercadorias que não possam prosseguir com segurança ao seu destino, ou que sejam susceptíveis de deterioração ou perda de valor pelo retardamento da sua expedição.

Art. 23.º No porto de Macau não serão cobrados o imposto de tonelagem, os emolumentos sanitarios e os de expediente por serviços aduaneiros. Poderá, porém, o Governo impôr tributação modica pelas licenças para atracar aos caes e muralha do porto interior.

Art. 24.º Os navios de guerra de qualquer nacionalidade são isentos do pagamento de imposto de tonelagem e de emolumentos sanitarios em todos os portos nacionaes.

Art. 25.º Os emolumentos sanitarios devidos no ultramar pelos navios de trafego maritimo são os que constam da tabella n.º 5.

Art. 26.º Os emolumentos por serviços aduaneiros relativos ao expediente dos navios de trafego maritimo no ultramar são os que constam da tabella n.º 6.

Art. 27.º As taxas do imposto do sêllo sobre as licenças de pequena cabotagem e das embarcações do trafego local, sobre os diplomas de mestre e machinistas e sobre os passes de sahida de todas as classes de embarcações, são os que constam da tabella n.º 4, applicavel sómente no ultramar.

Art. 28.º São mantidas as disposições legaes relativas a impostos e encargos de navegação, a que não seja feita expressa referencia n'este decreto.

Art. 29.º São igualmente declaradas mantidas e não alteradas todas as clausulas dos tratados internacionaes em vigor, designadamente a do artigo 21.º do Tratado de commercio entre Portugal e Hespanha, comprehendidos os respectivos annexos, que se relacionam com a materia d'este decreto.

Art. 30.º O Governo mandará elaborar os regulamentos necessarios para a execução d'este decreto, inserindo-se n'esses regulamentos a doutrina das disposições, ora vigentes, que não sejam alteradas ou revogadas por elle.

Art. 31.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretário d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de janeiro de 1905. — REI. — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

Tabellas a que se refere o decreto d'esta data

TABELLA N.º 1

Do imposto de tonelagem nas provincias da Guiné, S. Thomé e Príncipe, Angola, Moçambique e em Timor

Classe de embarcações

1) De longo curso, de vela, por tonelada de arqueação liquida, equivalente a 2,830.....	\$100
2) De longo curso, movidas a vapor, por tonelada de arqueação liquida.....	\$050
3) De longo curso, movidas a vapor, quando façam carreiras regulares entre a metropole e as provincias acima indicadas, por tonelada de arqueação liquida.....	\$020
4) De grande cabotagem, por tonelada de arqueação liquida.....	\$008
5) De pequena cabotagem, sómente uma vez por anno, contado da data de cada pagamento, por tonelada liquida.....	\$200

TABELLA N.º 2

Do imposto de tonelagem na provincia de Cabo Verde

Classe de embarcações

De longo curso, de vela, por tonelada de arqueação liquida, equivalente a 2,830.....	\$050
--	-------

b) De longo curso, movidas a vapor, por tonelada de arqueação líquida	\$020
c) De longo curso, movidas a vapor, quando façam carreiras regulares entre a metropole e a provincia de Cabo Verde	\$010
d) De grande cabotagem da provincia, por tonelada de arqueação líquida	\$006
e) De pequena cabotagem, sómente uma vez por anno, contado da data de cada pagamento, por tonelada de arqueação líquida	\$100

TABELLA N.º 3

Do imposto de tonelagem no Estado da India

1.º — No porto de Mormugão

	Tangas
a) Embarcações de qualquer classe, procedentes do mar alto e que não tenham tocado na metropole, cuja arqueação seja igual ou superior a 10 toneladas liquidas, por cada tonelada, durante o periodo de trinta dias, qualquer que seja o numero de entradas n'esse periodo	1-00
b) Rebocadores, barcos de passagem e barcos de navegação fluvial, sendo movidos a vapor, por cada periodo de seis mezes e por tonelada líquida, pagarão	1-00

2.º — Nos portos da India portugueza, excepto Mormugão

a) Embarcações de qualquer classe, procedentes do mar, que entrarem em qualquer dos portos, sendo a sua arqueação igual ou superior a 10 toneladas, pagarão por cada tonelada durante o periodo de trinta dias, qualquer que seja o numero de entradas n'esse periodo	2-00
b) Embarcações de transporte de passageiros, movidas a vapor, tendo de arqueação 10 ou mais toneladas liquidas, pagarão por cada tonelada e durante o periodo de um anno, qualquer que seja o numero de entradas n'esse periodo	6-00
c) O imposto cobrado das embarcações designadas nas alíneas a) e b) no primeiro porto de grupo considerado dispensa essas embarcações, durante os periodos respectivamente arbitrados, do pagamento de novo imposto por entrada em qualquer outro porto do mesmo grupo.	

3.º — Em todos os portos da India portugueza, inclusive Mormugão

Classe de embarcações

a) Navios de longo curso movidos a vapor, que façam o trafego entre a Europa e a India portugueza, tocando em qualquer porto da metropole, podendo entrar em todos os portos da India, inclusive Mormugão, pagarão apenas por cada tonelada de arqueação líquida, independentemente de numero de portos visitados, no periodo de um anno, contado da primeira viagem	2-00
b) Navios de vela, quando façam viagens nas condições acima indicadas, pagarão por cada tonelada de arqueação líquida, contada por cada viagem	1-00
c) Quando os navios a que se refere a alínea a) entrarem também no porto de Mormugão, o imposto será cobrado no primeiro porto de entrada, e da importancia recebida será lançada 1 tanga por tonelada a credito do porto de Mormugão.	
d) Quando os navios a que se refere a alínea b) entrarem também no porto de Mormugão, o imposto será cobrado no primeiro porto de entrada, e da importancia recebida se lançará meia tanga por tonelada a credito do porto de Mormugão.	
e) As sociedades que mantenham carreiras regulares de navegação entre a India e os portos da Europa, tocando na metropole, é-lhes facultada a avença annual, nunca inferior a 65 por cento do imposto calculado sobre a tabella e tonelagem dos navios.	

TABELLA N.º 4

Do imposto do sello a cobrar nas possessões ultramarinas

1.º — Dos passes da sahida de embarcações

Embarcações de longo curso	\$800
Embarcações de grande cabotagem	\$150
Embarcações de pequena cabotagem	\$100

2.º — Nos títulos de habilitação profissional

Mestres de embarcações de pequena cabotagem	2\$000
Machinistas de longo curso ou fluviais	1\$000

3.º — Nas licenças de navegação

Das embarcações de pequena cabotagem	2\$000
Das embarcações de tráfego local	1\$000
Das embarcações de tráfego local em Macau	1\$160

TABELLA N.º 5

Dos emolumentos sanitários nas províncias ultramarinas

a) Pelas visitas a navios de longo curso, de mais de 500 toneladas líquidas, que fundearem nos portos das províncias ultramarinas ou n'elles fizerem quarentena	2\$400
b) Pelas visitas a navios de longo curso, de menos de 500 toneladas líquidas, que fundearem nos portos das províncias ultramarinas, ou n'elles fizerem quarentena	1\$200
c) Pelas visitas a navios de grande cabotagem que procedam ou tenham entrado em portos fóra das aguas da pequena cabotagem	\$800
d) Pelas visitas a navios da grande e da pequena cabotagem, procedentes de portos compreendidos na área da pequena cabotagem, quando tiverem a bordo ou houver nos portos da procedencia molestias epidemicas ou contagiosas	1\$000

TABELLA N.º 6

Dos emolumentos do serviço aduaneiro nas possesões ultramarinas

a) Por todo o expediente relativo a cada embarcação de longo curso que tiver feito operação de tráfego marítimo	9\$000
b) Por todo o expediente relativo a cada embarcação de longo curso que não tiver feito operações de tráfego marítimo	1\$000
c) Por todo o expediente relativo a embarcações da grande cabotagem	\$600
d) Por todo o expediente relativo a embarcações de pequena cabotagem	\$300
e) Por todo o expediente relativo ás transacções commerciaes com os navios de longo curso em transitio, feitas no porto de S. Vicente de Cabo Verde em valor não excedente a réis 100\$000	1\$000

Paço, em 23 de janeiro de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diário do Governo n.º 48).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 12:368, em que é recorrente Raiu Naique, morador em Betim, e recorrido o governador geral do Estado da India, e de que foi relator o Conselheiro, vogal effectivo, Antonio Telles Pereira de Vasconcellos Pimentel:

Mostra-se que o recorrente Raiu Naique pediu ao recorrido (petição de fl. 3) que tornasse livre o transitio no rio, ou passagem de uma para outra margem, allegando que os antepassados do recorrente e seus vizinhos, vindos, ha seculos, de diversos pontos da provincia, reuniram-se no lugar de Betim, onde fundaram uma pequena colonia, destinada unica e exclusivamente ao mister de marinhagem de tonas tambem destinadas especialmente á travessia de gente de uma margem a outra, a qualquer hora do dia e da noite, ganhando n'isso o indispensavel para o seu alimento: *que a travessia foi desde longa data propriedade, ao principio do Estado e, depois, dos municipios das Ilhas e de Bardez, e o seu serviço era arrematado entrando o seu producto nos respectivos cofres;*

Allega mais que se introduziram, ha annos, nos rios de Gôa as lanchas a vapor e a Empresa Nachinolcar fazia essa travessia, que cessou com o ultimo desastre de 3 de dezembro de 1901;

O recorrente e vizinhos acudiram á travessia até que a Companhia Shepherd d'ella tomou conta, mas essa companhia tambem cessou a travessia na referida passagem, e, tendo o serviço ido á praça, o recorrente e vizinhos o *arremataram por 490 rupias ao anno*, declarando-se no contracto de arrematação que *era livre ao Governo o estabelecer a passagem por barcos a vapor, caso em que cessaria a passagem por tonas; e com effeito o recorrente e vizinhos foram intimados no dia 21 de maio proximo passado da cessação da passagem por tonas, visto o Governo ter feito contracto com a Companhia Shepherd para estabelecer as lanchas a vapor;*

Mostra-se pedir recorrente e seus visinhos ao governador recorrido que declare que é livre para estes transportarem os particulares de uma para a outra margem, sem serem obrigados a pagar por esse facto o nanho que a companhia concessionaria exige;

Mostra se que o governador, por despacho de 5 de junho de 1904, declarou que o transporte de passageiros e carga de Pangim a Betim e a Verém é livre, como toda a navegação fluvial, para quaesquer proprietarios de embarcações, comtanto que se respeitem os direitos do Estado, ou dos municipios, ás rendas das suas passagens.

As de Pangim a Betim e Verém, constituindo renda do Estado, são para este cobradas por contracto de 18 de maio de 1904 pela Companhia Shepherd, e regulam-se por legislação especial, com que tem de ir harmonisar a intelligencia da Portaria régia de 5 de agosto de 1899;

Mostra se que do despacho do governador vem este recurso (petição de fl. 6) em que se pede a revogação do despacho declarando livre a navegação e travessia no rio Mandovy de Pangim a Betim e Verém, e determinar que por essa travessia se não exija o nanho aos passageiros que não queiram utilizar-se das lanchas do empresário contractado para a passagem de uma a outra margem do Mandovy;

Mostra-se seguir o processo seus termos e responder o Ministerio publico a fl. 28 v.:

O que tudo visto e ponderado;

Considerando que o recorrente nas suas allegações reconhece que o Estado e os municipios têm direito á travessia e á renda que d'ella advem, e confessam que sempre as pagaram ao Governo, até que este se lembrou de estabelecer uma carreira de lanchas a vapor;

Considerando que, confessado o direito que ao Governo assiste de receber as rendas, ninguém lhe poderá contestar o modo de as receber procurando obter o meio mais facil e lucrativo, e assim o contracto com a Companhia Shepherd de 18 de maio de 1904, pelo qual a companhia é obrigada a pagar ao Governo a quantia de 100 rupias por mez;

Considerando que a Companhia Shepherd, por força do contracto de adjudicação, recebe legitimamente o nanho que ao Governo pertencia receber—Portaria de 10 de julho de 1891;

Considerando que, desde o tempo das conquistas, a renda das passagens das arterias fluviaes de Gôa constituia receita do Estado, até que o decreto de 10 de abril de 1891 mandou pôr em execução na parte applicavel a lei de 29 de maio de 1843, que no artigo 1.º determina que sejam entregues ás respectivas municipalidades as passagens *que não estejam comprehendidas no systema geral de communicações internas* a cargo do Governo;

Considerando que as passagens de Pangim a Betim e Verém e vice-versa ficaram comprehendidas no systema geral de communicações internas a cargo do Governo—Portaria de 10 de julho de 1891;

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, negar provimento no recurso e confirmar o despacho recorrido para todos os effeitos.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido, e faça executar. Paço, em 23 de janeiro de 1905.—REI.—*Manoel Antonio Moreira Junior.*

(Diário do Governo n.º 25)

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:449, em que é recorrente Francisco José Diniz e recorrido Joaquim Pedro Tavares de Pina Rolo:

Mostra-se que o recurso vem do decreto de 31 de janeiro de 1901, que promoveu ao posto de major do exercito do ultramar o capitão Joaquim Pedro Tavares de Pina

Rolo, preterindo o recorrente que era mais antigo tres mezes e seis dias no posto de tenente, com offensa do artigo 2.º do decreto de 4 de agosto de 1898, segundo o qual são condições para a promoção a maior antiguidade no posto anterior, bom comportamento civil e militar, aptidão profissional e physica;

Allega o recorrente:

Que a maior antiguidade no posto de tenente está demonstrada pelos decretos das promoções;

Que as informações archivadas na respectiva Repartição do Ministerio do ultramar attestam o seu bom comportamento;

Que a sua aptidão profissional se prova pelo tirocinio que fez no batalhão de caçadores n.º 2, cujo resultado consta tambem d'aquella Repartição; e

Que pela inspecção da Junta de saude, a que foi submettido antes de fazer tirocinio, se demonstrou a sua aptidão physica;

Da informação que acompanh a petição do recurso, assignada pelo respectivo chefe da Repartição do Ministerio da marinha e ultramar consta, que o recorrente foi em 25 de março de 1877 castigado com seis mezes de inactividade pelo seu irregular comportamento e repetidas faltas no serviço:

— Que por accordão da Junta de justiça da provincia de Moçambique foi condemnado a ser expulso do exercito por estar incurso no artigo 28.º dos de guerra;

— Que esse accordão declara que está plenamente provado ter o reu feito descontos não auctorisados a uma praça da sua companhia, não lhe entregando os artigos para que os descontos tinham sido feitos, ou a correspondente importancia, nem depositando esta no Conselho administrativo, e restituindo-a só depois de intimado;

— Que o mesmo recorrente entregou ao Conselho administrativo uma relação de massas para fardamento respectivo á companhia que commandava, com a somma errada para menos em relação aos descontos feitos, desfalcando assim o cofre do referido Conselho;

— que por carta de lei de 22 de agosto de 1887 foi o Governo auctorisado a reintegrar o recorrente no posto que tinha á data da demissão, tendo voltado ao serviço da guarnição da provincia de Moçambique por decreto de 25 do mesmo mez e anno;

— que, sendo a demissão dada ao recorrente por motivo da sentença condemnatoria, parece que só um acto do Poder moderador ou a revisão do processo o poderá reabilitar;

— que apesar d'isso elle foi reintegrado no serviço em virtude de uma disposição legal, e incluído na escala de accesso dos officiaes do quadro de Moçambique, mas, como para o exercicio do posto de major, que lhe pertencia, são indispensaveis qualidades de honestidade de caracter e de aptidão que um tribunal superior lhe negou, fôra por essa razão excluído da promoção;

Tendo sido pedida nova informação ao Ministerio da marinha e ultramar, enviou este quatorze copias das informações annuaes relativas ao recorrente, que estão juntas ao processo.

Foi mandado ouvir o recorrido, que em 7 de agosto de 1901 respondeu que nada tinha a dizer, por isso que as promoções são feitas pela Repartição competente.

O recorrente minutou a fl. 48, sustentando largamente os fundamentos do recurso;

O que tudo visto e ouvido o Ministerio publico;

Considerando que nos termos do artigo 2.º do decreto de 4 de agosto de 1898, vigente ao tempo da promoção de que se trata, as condições geraes para a promoção dos officiaes combatentes desde o posto de alferes até o de tenente-coronel, são a maior antiguidade no posto anterior, bom comportamento civil e militar, aptidão profissional e physica;

Considerando que pelos documentos com que o recorrente instruiu a sua petição, e pelas informações annuaes enviadas pelo Ministerio da marinha, se prova que o recorrente satisfaz a todas as mencionadas condições;

Considerando que, posteriormente ao accordão da Junta de justiça de Moçambique de 22 de outubro de 1878, que, em desaccordo com o Conselho de guerra que o absolvera das accusações que lhe eram feitas, o mandou expulsar do exercito, foi auctorisada a sua reintegração, no posto que occupava ao tempo da demissão, pela lei de 22 de agosto de 1887, e foi effectivamente reintegrado no posto de tenente, e incluído na escala de accesso dos officiaes, e mais tarde promovido ao posto de capitão;

Considerando que em vista d'estes factos e das informações que abonam o bom procedimento civil e militar do recorrente depois da sua reintegração, não pode attribuir se ao accordão anterior da Junta de justiça de Moçambique força bastante para invalidar, com prejuizo dos direitos por elle adquiridos, as disposições da lei de 22 de agosto de 1887 e os actos que em seu cumprimento foram praticados;

Hei por bem, conformando me com a mesma consulta, dar provimento no recurso, para o effeito de ser o recorrente promovido ao posto de major, contando-se-lhe a antiguidade desde 31 de janeiro de 1901.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de janeiro de 1905. — REL. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 25).

Attendendo á proposta do governador do districto autonomo de Timor, Sua Majestade El-Rei ha por bem permittir que o hospital que se está construindo em Dilly seja denominado «Hospital D. Carlos I».

O que, pela Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador do referido districto autonomo para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 26 de janeiro de 1905. — *Manoel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 56).

Tendo cessado os motivos que determinaram o estabelecimento das ajudas de custo fixadas pela portaria de 18 de fevereiro de 1903, que organisou a Direcção fiscal do caminho de ferro de Benguella, e conformando se com a proposta do engenheiro-director dos caminhos de ferro ultramarinos: Ha Sua Majestade El-Rei por bem determinar o seguinte:

Ao pessoal da Direcção fiscal do caminho de ferro de Benguella serão abonadas as seguintes ajudas de custo permanentes; engenheiro-director—3\$000 réis: conductores de 1.^a classe—1\$000 réis; conductores de 2.^a classe—800 réis; apontadores — 500 réis. Fica assim substituido o n.º 9 da portaria de 18 de fevereiro de 1903.

O que se communica ao governador geral da provincia de Angola, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 27 de janeiro de 1905. — *Manoel Antonio Moreira Junior*.

(Boletim official d'Angola n.º 9)

Tendo sido remettido ao Governo, em conformidade do que preceitua o art.º 3.º do decreto de 16 de maio de 1891, o relatorio da Administração do Instituto ultramarino relativo ao anno economico de 1902-1903 e 1903-1904: ha por bem Sua Majestade El-Rei, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, conceder a régia approvação ás conclusões do mesmo relatorio, que deve ser publicado no *Diario do Governo* a fim de tornar conhecidos os relevantes serviços prestados pela referida instituição.

Paço, em 29 de janeiro de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

Relatorio e contas da administração do Instituto ultramarino, relativos a 1902-1903 e 1903-1904

Senhora — A Vossa Majestade, Augusta protectora e presidente do Instituto ultramarino, vem a Comissão executiva da Direcção dar conta, bem como á assembleia geral do mesmo instituto, da forma por que este foi administrado nos annos economicos de 1902-1903 e 1903-1904, comprehendendo este relatorio e respectivos documentos duas gerencias, por isso que circumstancias independentes da vontade sempre solícita e generosa de Vossa Majestade se tem opposto á realisação regular da reunião das assembleias

geraes, ficando felizmente com esta reunião e as contas agora presentes normalisado o que a este respeito dispõem os nossos estatutos.

Para evitar longas e enfadonhas minucias relativas a cada anno economico apresenta este relatorio como seu primeiro documento um mappa comparativo entre as receitas e despesas dos annos economicos de 1901-1902, 1902-1903 e 1903-1904.

Por este mappa se vê que no capitulo das receitas se conservaram em média sensivelmente as mesmas as que dizem respeito aos subsidios pelos Ministerios da marinha e do reino e juros de fundos publicos. Tiveram sensivel augmento as receitas provenientes das Camaras municipaes ultramarinas, que no ultimo anno attingiram 4:545\$260 réis contra 2:633\$445 réis do anno de 1901-1902.

Este augmento foi devido a ter a Camara municipal de Lourenço Marques satisfeito a quantia de 2:211\$020 réis, correspondente ao anno economico de 1903-1904, primeira com que concorre para o instituto depois da carta de lei de 21 de maio de 1896.

Quando a Camara municipal de Loanda começar a satisfazer o que deve, o augmento será ainda superior.

Ha a consignar a mais nas receitas a proveniente dos lucros da loteria de Macau, que no anno de 1901-1902 ainda se não recebia, e que em 1902-1903 rendeu 4:919\$120 réis e no de 1903-1904 valeu ao instituto com a importante verba de 10:096\$245 réis.

Na renda da cerca do edificio das Flamengas houve o augmento de 43\$525 réis no anno de 1903-1904 em relação aos dois anteriores. Este augmento proveiu de novo arrendamento feito por ter caducado o antigo, que se annullou por não ter o arrendatario satisfeito ás condições do contracto.

Nos juros das acções das companhias ultramarinas houve uma pequena baixa correspondente á differença de 523\$040 réis no anno de 1901-1902 para 491\$945 réis no anno de 1903-1904.

Os juros de deposito na caixa economica, que foram nulos em 1901-1902, foram de 263\$585 réis em 1903-1904.

Com respeito a beneficios, tendo sido em 1902-1903 a quantia cobrada de 884\$140 réis em 1903-1904 subiu a receita respectiva a 1:150\$780 réis.

Em donativos e subscripções, as verbas que em 1901-1902 e 1902-1903 foram, respectivamente, de 237\$340 réis e 163\$700 réis, attingiu a receita quantia quasi dupla, ou sejam 436\$400 réis.

Nas quotas dos subscriptores houve nos tres annos considerados diminuição progressiva, do primeiro para o segundo anno 41\$800 réis, e do segundo para o terceiro 20\$400 réis.

Desappareceram por agora os *deficits* com os augmentos de receita devidos á generosa interferencia dos Poderes publicos, representada pelos decretos de 27 de setembro de 1901 e 28 de junho de 1902, referendados, respectivamente, pelo sr. presidente do Conselho, Conselheiro Hintze Ribeiro, e pelo sr. Conselheiro Teixeira de Sousa, e não menos pela efficaz insistencia com que o sr. Ministro da marinha, o general Raphael Gorgão, tem obtido, auxiliado pelo sr. director geral do ultramar, Conselheiro Dias Costa, que as Camaras municipaes ultramarinas satisfaçam ao que lhes é prescripto como despesa obrigatoria pela carta de lei de 21 de maio de 1896, referendada pelo sr. Conselheiro Jacintho Candido.

O piedoso e caritativo criterio com que Vossa Majestade se interessa pelas familias dos que nas nossas colonias sacrificam a saude e a vida em prol da integridade da nossa querida patria portugueza tem determinado a applicação das receitas, á medida que estas vão progredindo, a um justo e prudente augmento de subsidios, distribuidos por novas pensionistas, cuja miseria o instituto attenua quanto pode, e quando pode julgar, por novas receitas, garantida a satisfação de novos encargos contrahidos.

Nem de outra maneira julga a Comissão executiva do instituto que possa ou deva proceder-se, pois que, assim como os augmentos de receita não podem nem devem ser annullados pela simples jactancia de apresentarem os administradores largos saldos positivos accumulados á custa de muitas lagrimas e miserias que esses saldos poderiam evitar, assim tambem não deve a Administração abalançar se a maiores empresas de caridade do que aquellas que pode ter o direito de pensar realisaveis de uma forma permanente e segura.

Nesta ordem de ideias deram se nos dois annos economicos a que este relatorio se refere augmentos de encargos correspondentes, no anno de 1902-1903, a 3:988\$280 réis

e no de 1903-1904 de mais, em relação ao anterior, 2:942\$380 réis, o que dá para augmento de encargos total, nos dois annos que decorrem de 1902 a 1904, 6:353\$445 réis.

D'esta verba ha a distinguir como encargo permanente o augmento das pensões a maiores, que importam em 3:359\$900 réis, e se refere a viuvas, mães, filhas e irmãs dos funcionarios fallecidos e cujas familias estavam nas condições de serem protegidas pelo instituto. A quantia de 2:993\$545 réis, que perfaz a verba de augmento total de despesa acima indicada, foi despendida em educação a menores, enxovaes, subsidios extraordinarios, etc., que, sendo, de seu character, eventual e extraordinaria, poderá n'um momento de crise ser supprimida sem affectar immediatamente a alimentação das familias, quando uma sempre possivel redução de receitas possa aconselhar ou melhor ainda exigir tão infeliz redução de subsidios concedidos.

Durante os dois annos de 1902-1905 falleceram 16 pensionistas e deixaram de receber pensão: — por terem contrahido matrimonio 7, e por diversos outros motivos 4.

Conforme foi decidido por Vossa Majestade, annuindo a propostas repetidas da Commissão executiva, ás pensionistas que contrahiram novas nupcias foi ab nado por uma só vez um dote correspondente a um anno da pensão, para compra de enxoval e pagamento das pequenas dividas que acompanham sempre as pessoas menos abastadas e muito particularmente aquellas que, como as pensionistas do instituto, tão pouco têm para satisfazer aos seus encargos obrigatorios de alimentação, e a quem a mais pequena circumstancia extraordinaria, como por exemplo uma doença, sempre frequente em quem tão mal se alimenta, reduz a difficuldades tantas vezes constantes e tão difficéis de saldar.

Em conclusão deverei dizer que as circumstancias do instituto para os seus encargos presentes têm consideravelmente melhorado de 1902 a 1904; infelizmente, porém, os encargos sempre crescentes e a difficuldade, sempre instante, de procurar novas receitas, que os contrabalcem, aconselham a mais prudente reserva. principalmente no contrahir de novos compromissos permanentes, parecendo á Commissão executiva que não deve na administração do instituto mudar-se de politica financeira, e que deve, como até agora, resumir-se á orientação, modesta sim mas segura, até hoje seguida, de conceder o maximo que pode, sem pruridos de grandes capitalisações, mas regulando sempre a sua conducta de forma que para os encargos de character permanente tenhamos a absoluta garantia da sua possivel liquidiação sem *deficits*, que seriam a morte de um instituto que, apesar da modestia dos seus recursos, tanto bem faz a quem tanto o merece, e que serve com o seu viver honesto, zeloso e sem reclamos, para saldar uma divida de honra contrahida com a memoria d'aquelles que tanto pela patria se sacrificam.

N'esta ordem de ideias tem Vossa Majestade sempre dirigido superiormente o Instituto ultramarino, e de Vossa Majestade esperam os infelizes que d'elle dependem que o instituto continue a viver como até aqui, constituindo para Vossa Majestade o justo e tão bem merecido galardão que a Vossa Majestade de certo concederá a divisa do immortal D. Henrique «o talento de bem fazer», que á consciencia de Vossa Majestade por certo mais intimamente se affirma nos serviços piedosos prestados a Portugal pela sua Augusta e querida Rainha, do que poderiam fazer as formulas sêccas e fatigantes de um relatorio administrativo.

Que Deus guarde, pois, a preciosa vida de Vossa Majestade, mãe desvelada dos que pela patria soffrem, e que os beneficios que Vossa Majestade, com tão larga mão espalha sobre os que, perdendo os seus chefes de familia, só no bello coração de Vossa Majestade encontram lenitivo ás suas permanentes maguas, se transformem em outras tantas prosperidades para Vossa Majestade e seu Augusto Esposo, e que as humildes, mas cinceiras, flôres da alma popular, representadas na gratidão dos que soffrem e são por Vossa Majestade protegidos, cubram como um benefico e auspicioso manto de esperanças e carinhos os delicados hombros de vossos filhos, aos quaes competirá de futuro continuar a obra meritoria de seus bons paes, são os votos sinceros e sentidos da Commissão executiva do instituto, cujos sentimentos dedicados tenho a satisfação de mais uma vez consignar no modesto relatorio que, com esta invocação de alma, que representa de certo o pensamento de toda a assembleia, tenho a honra de concluir.

Sala das sessões da assembleia do Instituto ultramarino, 30 de junho de 1904. — O secretario, *Francisco Joaquim Ferreira do Amaral*.

Convindo que todas as representações das Camaras municipaes do ultramar, dirigidas a Sua Majestade El-Rei, ou ás diversas Secretarias de Estado, sejam devidamente informadas pelos governadores das respectivas provincias: ha por bem o mesmo Augusto Senhor determinar, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, que as alludidas representações sejam sempre enviadas a essa Secretaria por intermédio dos alludidos governadores, que informarão o que se lhes offerecer sobre os assumptos n'ellas tratados.

O que, para os fins conv. nientes, se communica aos governadores das provincias ultramarinas e do districto autonomo de Timor.

Paço, em 31 de janeiro de 1905. — *Manoel Antonio Moreira Junior.*

(Diario do Governo n.º 30)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, por seu despacho de 30 do corrente, auctorisou que ao chefe do concelho da Bahia dos Tigres, quando seja funcionario civil, se abone vencimento igual ao que percebe o chefe do concelho de Porto Alexandre, inscripto no artigo 19.º da tabella de despesa d'essa provincia do corrente exercicio, ficando reforçada a verba do respectivo artigo com a importancia indispensavel para o competente pagamento.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, em 31 de janeiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O inspector geral, *José Navarro de Andrade.*

(Boletim official d'Angola n.º 8)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Relativamente ao officio de v. ex.^a, datado de 23 de dezembro ultimo, tenho a honra de communicar a v. ex.^a que o ex.^{mo} Ministro da marinha e ultramar, por seu despacho de 9 de janeiro de 1904, auctorisou que, aos missionarios das associações portuguezas «Fé e Patria» e «Missionaria portugueza», bem como aos auxiliares dos mesmos, sejam dados os mesmos direitos, quanto a passagens, que a todos os outros missionarios do Real Padroado, a fim de poderem, em caso de doença ou passado o tempo prescripto, virem refazer suas forças á Europa; o que, effectivamente, foi assim communicado, em 22 do referido mez de janeiro, ao reverendo prelado de Moçambique.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 31 de janeiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Moçambique. — O director geral, *F. F. Dias Costa.*

(Boletim official de Moçambique n.º 10)

FEVEREIRO

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 1034/6388, de 14 de novembro ultimo, em que solicita o ser elucidado sobre a extensão a dar ao decreto com força de lei de 26 de novembro de 1903, que isentou do pagamento do imposto do sêllo os processos e actos de alienação de baldios, comprehendendo os alvarás de concessão, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a, que não são comprehendidos nas disposições d'aquelle decreto os requerimentos e documentos annexos apresentados pelos interessados, por isso que uns e outros

fazem parte apenas dos processos preparatorios das concessões, nos termos do art. 13.º das Instrucções de 30 de outubro de 1902, e não dos processos de concessão propriamente ditos.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negócios da marinha e ultramar, em 1 de fevereiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Moçambique. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito)

Sendo-me presente a consulta da Junta consultiva do ultramar ácerca do processo da reclamação em favor da isenção da contribuição predial pretendida para a ilha de Corjuém, Estado da India, por Frederico Salvador Antonio Ferreira, possuidor e proprietario da mesma ilha a titulo de aforamento;

Attendendo a que o decreto de 1 de setembro de 1881, que creou no Estado da India a contribuição predial de quotidade, não comprehendeu nas isenções do imposto a ilha de Corjuém, nem ainda o territorio das Novas Conquistas, ao qual o requerente allega pertencer essa ilha;

Considerando que esta ilha de Corjuém e a contigua de Ponolém, nas suas variadas relações com o Estado, administrativas, judiciaes e fiscaes, pertenciam e pertencem ao concelho e comarca de Bardez e não ás mesmas Novas Conquistas, como se mostra das informações juntas ao processo; e tanto que, por este fundamento, a antiga e extincta Junta de fazenda, em 26 de março de 1889, mandára organizar a respectiva matriz predial;

Considerando que todos os prazos de vidas ou de nomeações revestiram pelo Codigo civil a natureza de fidei-juramentos hereditarios puros, sendo sujeitos aos impostos que lhes forem lançados, e, segundo consta do processo, já está decidido pelo Poder judicial que os foros a que a mesma ilha é sujeita não são sequer contribuições devidas ao Estado, como o eram os chamados foros das Novas Conquistas, mas verdadeiro canon emphyteutico, sendo seu senhorio directo a casa do Conde de Sarzedas e proprietario do dominio util o requerente;

Considerando que as mesmas terras das Novas Conquistas, das quaes aliás, como dito fica, não faz parte a ilha de que se trata, não foram isentas da contribuição predial, gozando da isenção do imposto sómente os predios taxativamente exceptuados na lei;

Considerando que no processo não se allega nenhum fundamento plausivel que possa justificar a isenção requerida, emquanto ella não aproveitou sequer nem ás mesmas Novas Conquistas, nem a outras propriedades que eram de antes verdadeiros prazos da Corôa e isentas do dizimo;

E, visto o disposto no artigo 175.º do regulamento da contribuição predial de 20 de novembro de 1896, vigente no mesmo Estado da India:

Hei por bem, conformando-me com a dita consulta da Junta consultiva do ultramar, e usando da faculdade concedida pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto adicional á Carta constitucional da Monarchia de 5 de julho de 1852, negar provimento á mesma reclamação e decretar o seguinte:

Artigo 1.º A ilha de Corjuém é obrigada ao pagamento da contribuição predial desde que este imposto foi applicado ao concelho de Bardez, de que a mesma ilha faz parte.

Art. 2.º O governador geral do Estado da India expedirá immediatamente as ordens necessarias para se proceder á cobrança da contribuição predial na ilha de Corjuém, em harmonia com a legislação vigente.

Art. 3.º São applicadas ao lançamento e cobrança da contribuição predial na ilha de Corjuém as disposições do artigo 351.º, §§ 1.º e 2.º do regulamento geral da contribuição predial na metropole, approvado, em execução da lei de 17 de maio de 1881, por decreto de 25 de agosto do mesmo anno, e applicavel ao Estado da India, em casos omissoes, nos termos do artigo 175.º do regulamento da contribuição predial vigente no mesmo Estado.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de fevereiro de 1905. — REI. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

Attendendo ao que me representou o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros; e

Usando da auctorisação concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto adicional á Carta constitucional da monarchia;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' approvedo o regulamento de conservação e policia das estradas e das ruas no interior das cidades, villas e povoações da provincia de Cabo Verde, que baixa assignado pelo Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O mesmo Ministro e secretario d'Estado assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 4 de fevereiro de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior.*

Regulamento de conservação e policia das estradas e das ruas no interior das cidades, villas e povoações da provincia de Cabo Verde

TITULO I

Disposições relativas á conservação e policia das estradas

CAPITULO I

Organisação geral dos serviços

I

Classificação e designação das estradas

Artigo 1.º A classificação das estradas na provincia de Cabo Verde comprehende:

1.º Estradas reaes.

2.º Estradas muni ipaes.

Art. 2.º As estradas serão designadas pela classe a que pertencerem, pelo numero de ordem respectivo e pelos seus pontos extremos.

Art. 3.º A conservação, policia e reparação das estradas reaes compete ao Governo provincial pela Direcção das obras publicas.

§ 1.º A's ruas das povoações atravessadas pelas estradas reaes e que d'ellas façam parte é applicavel o que é estabelecido para a conservação e policia das mesmas estradas.

II

Demarcação das estradas

Art. 4.º A zona de terreno pertencente ás estradas de dominio publico será limitada pela intersecção do terreno natural com os planos dos taludes das trincheiras ou dos aterros, e, nos lanços de nivel, pelas arestas exteriores das valletas.

Art. 5.º As estradas serão demarcadas por marcos de legua e marcos de kilometro, havendo, além d'estes, marcos nos pontos de ramificação e bifurcação, nos cruzamentos e entroncamentos e nos limites dos cantões.

§ 1.º Os pontos do cruzamento e entroncamento serão tambem assignalados por postes com taboletas.

§ 2.º A medição ou kilometragem das estradas será feita em harmonia com a designação dos seus pontos extremos, partindo, como origem, do ponto primeiro enunciado para o outro extremo.

Art. 6.º Os marcos serão collocados junto da aresta exterior das bermas, á esquerda

de quem caminhar no sentido da kilometragem, com excepção dos marcos de cantão, que serão collocados do lado opposto.

Art. 7.º Os marcos das estradas serão de pedra.

§ 1.º Os marcos de legua, collocados de 5 em 5 kilometros, ficarão com a altura de 0^m,70 acima do terreno, terão secção rectangular de 0,35 \times 0,25, e terminarão, superiormente, por um semicylindro horisontal de 0,25 de diametro.

Na face mais larga, parallelá á estrada e para ella voltada, terão uma inscripção, a tinta preta, indicando a classificação, a designação e numeros respectivos, a distancia á origem, e bem assim a cota correspondente do leito da estrada sobre o nivel do mar. Nas duas faces lateraes será indicada a distancia ás villas que mais proximas fiquem, conforme a direcção para que essas faces fiquem voltadas.

§ 2.º Os marcos de kilometro ficarão com a altura de 0,50 acima do terreno, e serão prismas rectos, tendo por base um quadrado de 0,20 de lado. Na face parallelá á estrada, e para ella voltada, será inscripta, a tinta preta, a distancia, em kilometros, á origem.

§ 3.º Os marcos de ramificação, cruzamento e entroncamento terão dimensões eguaes ás dos marcos de legua, mas o seu coroamento será em fórma de cunha. Nas faces voltadas para as estradas terão inscripções, a tinta preta, indicando, respectivamente para cada uma d'ellas, a sua classificação, designação, numero correspondente e distancia á origem.

§ 4.º Os marcos dos extremos dos cantões ficarão com a altura de 0,20 acima do terreno, e serão prismas rectos, tendo por base um triangulo equilatero de 0,20 de lado.

Estes marcos serão collocados de forma que uma das faces do prisma seja parallelá ao eixo da estrada, ficando a aresta opposta áquella face para o lado do mesmo eixo. Nas duas faces que formam o angulo com o eixo da estrada serão, respectivamente, inscriptos os numeros de ordem dos dois cantões limitrophes.

§ 5.º Os postes nos cruzamentos e entroncamentos das estradas serão de ferro, tendo a altura de 3 metros sobre o terreno.

Estes postes servirão de supporte a taboletas, collocadas parallelamente a cada uma das estradas, cuja designação será inscripta, a tinta branca sobre fundo azul, na taboleta correspondente.

III

Cadastro das estradas

Art. 8.º O director das obras publicas fará organizar e remetterá á Direcção geral do ultramar, por intermédio do Governo da provincia, no principio de cada anno economico e referida ao fim do anno anterior, uma carta na escala 1/250000, na qual serão representadas as estradas reaes e municipaes, designadas pelos numeros que lhes pertencerem na respectiva classificação.

Na representação das estradas empregar-se-ha o carmin para as estradas reaes e o verde para as municipaes.

§ 1.º Esta carta será acompanhada de um mappa escripto com a designação das estradas, sua classificação, numero de ordem, divisão em lanços ou troços designados pelos pontos notaveis por onde passem, extensão d'esses lanços ou troços, e indicação de estarem, ou não, estudadas, construidas ou em construcção, seguindo-se em tudo o modelo A.

Art. 9.º Na Direcção das obras publicas será tambem organizada uma carta na escala de 1/250000, representando as estradas construidas e a cargo do Estado, que serão designadas pelo seu numero de ordem, e a sua divisão em secções de conservação, que serão indicadas por côres differentes.

§ 1.º A mesma carta conterá um quadro com a indicação da extensão dos diversos lanços ou troços de estrada que compõem cada secção de conservação, da sua extensão total e do numero e extensão dos cantões que a secção comprehender.

§ 2.º Esta carta conterá a indicação da época a que se referir, e será feita de novo sempre que seja alterada a divisão das secções ou dos cantões.

§ 3.º Esta carta será sempre feita em duplicado, devendo um dos exemplares ser enviado á Direcção geral do ultramar e o outro ficar na Secretaria da Direcção.

Art. 10.º Por cada secção de conservação será também organizada uma carta na escala 1/100000, representando os diferentes cantões por meio de cores distinctas e indicando a sua extensão rectificada.

§ 1.º Esta carta será acompanhada de um mappa escripto, organizado conforme o modelo B.

§ 2.º Carta e mappa serão feitos em duplicado, ficando um dos exemplares na secção e sendo o outro enviado ao director.

Art. 11.º Organisar-se-ha também um guia itinerario, no qual, para cada estrada, se representarão a planta, o perfil longitudinal, os diversos perfis transversaes e typos das obras de arte correntes e especiaes.

§ 1.º As plantas das estradas, que serão unicamente representadas pelas respectivas directrizes, serão desenhadas na escala de 1/100000, e indicarão a accidentação do terreno e os caminhos e povoações existentes n'uma faixa de 2 a 3 kilometros para cada um dos lados da directriz.

§ 2.º Os perfis longitudinaes, referidos ao nivel do mar, serão desenhados nas escalas de 1/10000 para as distancias, e 1/1000 para as alturas, conterão indicações ácerca da extensão dos alinhamentos, comprimentos dos traneis e suas cotas extremas e declividades, situação e designação das obras de arte.

§ 3.º Os perfis transversaes, desenhados na escala de 1/200, serão levantados nos pontos onde, para cada estrada, mais divirjam do typo normal.

§ 4.º As obras de arte correntes serão representadas por uma secção transversal e pelo desenho das testas que será feito na escala de 1/200.

§ 5.º As obras de arte especiaes serão representadas pelas respectivas plantas e alçados desenhados em escala apropriada.

IV

Divisão das estradas em secções e cantões

Art. 12.º Para os effeitos da conservação e policia das estradas a cargo do Estado serão ellas divididas em secções e estas em cantões.

§ 1.º Os cantões terão de 2 a 3 kilometros de extensão, salvas as excepções exigidas por circumstancias especiaes.

§ 2.º As secções de conservação abrangerão pelo menos 30 kilometros.

Art. 13.º A divisão das estradas em cantões será regulada por circumstancias especiaes, como sejam a maior ou menor difficuldade na conservação, provenientes da intensidade do transito, da qualidade do terreno e natureza dos materiaes empregados na faixa de rolagem.

Art. 14.º A divisão das estradas em secções e cantões será feita pelo director das obras publicas e submettida á approvação do governador da provincia.

CAPITULO II

Do pessoal

Art. 15.º A direcção, fiscalisação e execução dos trabalhos de policia e conservação e arborisação das estradas é exercida:

- a) Pelo director das obras publicas da provincia.
- b) Pelos chefes dos serviços de conservação (engenheiros ou conductores) que forem necessarios, sob as ordens do director.
- c) Pelos chefes de conservação, um por cada secção de conservação em que estiverem divididas as estradas reaes da provincia.
- d) Pelos guardas da policia rural;
- e) Por cabos de cantoneiros, dois por cada secção de conservação.
- f) Por cantoneiros.

Art. 16.º Os chefes de conservação serão nomeados pelo governador da provincia sobre proposta do director das obras publicas.

Art. 17.º A nomeação dos cantoneiros e cabos de cantoneiros é das attribuições do mesmo director.

Art. 18.º Só poderão ser nomeados cabos os cantoneiros que tenham, pelo menos, dois annos de bom e effectivo serviço n'esta classe, que se tenham distinguido pelo seu comportamento e dado provas de zelo, actividade e aptidão para o cargo.

§ 1.º Não poderão ser nomeados cabos os cantoneiros que não souberem ler e escrever.

§ 2.º Em igualdade de circumstancias serão preferidos para cabos os cantoneiros que tenham servido com comportamento exemplar no exercito ou na armada.

Art. 19.º A nomeação de cantoneiro só pode recahir em individuo que satisfaça as seguintes condições:

1.º Ser portuguez;

2.º Ser robusto e não ter doença ou defeito que o impeça de trabalhar com assiduidade;

3.º Ser de bom comportamento;

4.º Ter cumprido os preceitos da lei do recrutamento.

§ unico. Em igualdade de circumstancias serão preferidos os individuos que tiverem servido com exemplar comportamento no exercito ou na armada.

Art. 20.º Os cantoneiros e cabos de cantoneiros terão vencimento diario, incluindo domingos e dias santificados.

§ 1.º Os jornaes dos cantoneiros serão fixados pelo governador da provincia, sob proposta do director das obras publicas.

§ 2.º Os cabos de cantoneiros vencerão mais 100 réis diarios que os cantoneiros da secção em que servirem.

Art. 21.º Aos cantoneiros e cabos de cantoneiros, que faltarem ao serviço por motivo de doença devidamente comprovada e cuja gravidade os impeça de trabalhar, poderá ser abonado o salario por inteiro até quinze dias.

§ 1.º Se a doença se prolongar além de quinze dias, o director poderá ainda abonar-lhe, por mais quinze dias, metade do salario. Só em casos excepcionaes e com auctorisação do governador da provincia, precedendo proposta do director, será abonado o jornal por inteiro no segundo periodo.

§ 2.º Se a doença se prolongar por mais de trinta dias, o governador da provincia resolverá, ouvido o Conselho tecnico, sobre o abono que se deve fazer, o qual dependerá das causas da doença e mais circumstancias a attender, não podendo, comtudo, este abono prolongar-se além de noventa dias.

Art. 22.º Quando os cantoneiros e cabos assim o desejarem, lerão, em caso de doença, alojamento no hospital militar e civil, soccorridos pela Direcção das obras publicas, cessando em tal caso os abonos a que se refere o artigo 21.º, salvo nos dias de convalescença que vierem marcados na baixa que obtiverem.

Art. 23.º Aos cantoneiros e cabos não será abonado vencimento algum quando tenham tido licença para se ausentar do serviço, salvo em caso de doença ou de cumprimento de intimação judicial que diga respeito ao seu serviço, o que será devidamente comprovado.

Art. 24.º Aos cantoneiros e cabos de cantoneiros poderão em cada trimestre ser concedidas licenças sem vencimento:

De um dia, pelo chefe de secção de conservação.

Até tres dias, pelo chefe dos serviços de conservação.

Por mais de tres dias, até quinze, pelo director das obras publicas.

§ unico. O chefe dos serviços de conservação e os chefes de conservação participarão sem demora aos seus superiores immediatos as licenças que tiverem concedido nos termos d'este artigo.

Art. 25.º Os cantoneiros terão por uniforme uma blusa de zuarte com botões amarellos e cinto de coiro, tendo fivella grande. Usarão calças do mesmo panno e chapau de feltro alvadio. Na estação das chuvas poderão usar chapau de oleado, botas altas e casaco ou capa tambem de oleado. No braço esquerdo da blusa usarão um numero de ordem de metal amarello de 0^m,03, e na frente do chapau uma chapa do mesmo metal com as armas reaes de 0^m,08 de altura.

Art. 26.º O uniforme dos cabos de cantoneiros differirá do dos cantoneiros em ter o numero de ordem collocado do lado esquerdo e na parte anterior da gola da blusa, sendo collocada na parte correspondente da direita da mesma gola a letra S, precedida do numero de ordem da secção a que pertençam.

Tanto as letras como os numeros serão de metal amarello e com 0^m,03 de altura.

Art. 27.º O uniforme completo dos cantoneiros e cabos de cantoneiros só é obrigatorio nos domingos e dias santificados, ou em quaesquer actos de serviço fóra da estrada, sendo, n'esta sempre obrigatorio o uso dos distinctivos no braço e gola, e do chapau com o emblema.

§ unico. A chapa distinctiva e o numero de ordem serão, por emprestimo, fornecidos pelo Estado; o uniforme será á custa do cantoneiro.

CAPITULO III

Atribuições

Art. 28.º O director das obras publicas tem a seu cargo a direcção superior e fiscalisação de todo o serviço de conservação, reparação, arborisação, policia e cadastro das estradas da provincia, independentemente de todos os outros serviços que lhe competem.

§ 1.º Este funcionario deverá inspecionar todas as estradas entregues á conservação duas vezes, pelo menos, em cada anno, uma durante a estação das chuvas e outra durante a estação sêcca.

§ 2.º O mesmo funcionario referir-se-ha, no relatorio a que diz respeito o artigo 24.º do decreto de 20 de agosto de 1892, circumstanciadamente, ao estado de conservação de cada uma das estradas a seu cargo, indicando em mappas minuciosos todas as despesas feitas com a conservação de estradas, distinguindo as que respeitam ao pessoal permanente, ao pessoal auxiliar, ao fornecimento de materiaes e ás despesas diversas.

§ 3.º Ao director das obras publicas incumbe a concessão de licenças para obras junto ás estradas, conforme o disposto no capitulo VI.

Art. 29.º Ao chefe dos serviços de conservação compete:

1.º Fiscalisar e visar as folhas de jornaes, documentos de despesa e respectiva escripturação, enviando-as ao director;

2.º Organisar os projectos e orçamentos das obras necessarias para a conservação e reparação de estradas;

3.º Presidir ás arrematações que se realisarem na Secretaria da Direcção, sempre que tiverem por objecto execução de trabalhos ou fornecimento de materiaes destinados á conservação;

4.º Fazer, como delegado do director, as situações a empreiteiros;

5.º Visitar todas as estradas a seu cargo pelo menos uma vez em cada trimestre;

6.º Fazer e enviar ao director, no fim de cada anno economico, um relatorio descrevendo os trabalhos executados, os materiaes empregados, discriminando a despesa pelas diversas origens, propondo os trabalhos que julgue necessarios para o anno seguinte, e fazendo menção de quaesquer factos que se relacionem com os serviços a seu cargo.

Art. 30.º Aos chefes de conservação incumbe:

1.º Determinar, dirigir e fiscalisar o trabalho e serviços da conservação das estradas, tendo sempre em attenção as instrucções que para esse fim lhe forem dadas pelo director ou chefe dos serviços de conservação sob cujas ordens servirem;

2.º Percorrer todos os dias uma parte das estradas a seu cargo, regulando este serviço por forma que a visita minuciosa e completa da secção seja feita pelo menos uma vez em cada semana;

3.º Dar as ordens aos cantoneiros, marcar-lhes tarefas, fiscalisar-lhes e medir-lhes os trabalhos e organisar as devidas notas, que deverão ser datadas e rubricadas em cadernetas que estarão em poder de cada um dos cantoneiros (modelo C) e que, depois de preenchidas, serão recolhidas, archivadas e substituidas por outras;

4.º Informar sobre o comportamento e aptidão dos cantoneiros e communicar ao seu superior immediato as faltas que pratiquem, podendo propôr as penalidades a applicar;

5.º Receber as queixas contra os cantoneiros e as queixas, representações e requerimentos d'estes, apresentando tudo, devidamente informado, aos seus superiores;

6.º Requisitar os materiaes e mais objectos necessarios para o serviço;

7.º Examinar e receber os materiaes;

8.º Dirigir e fiscalisar a execução das grandes reparações e quaesquer outras obras nas estradas a seu cargo;

9.º Fazer no terreno os estudos e nivelamentos precisos, levantar plantas, marcar alinhamentos e fazer as sondagens necessarias para o serviço da conservação ;

10.º Informar sobre os assumptos relativos ao serviço de que esteja incumbido ;

11.º Fazer com prévia ordem ou auctorisação e mandar affixar nos logares publicos com quinze dias de antecedencia, pelo menos, os annuncios para venda, em praça, de lenhas, hervas ou quaesquer outros objectos do Estado que hajam de ser vendidos ; assistir a estas praças, lavrar, registar em livro e enviar para a Direcção, com o respectivo processo, os competentes autos ;

12.º Fazer as folhas e documentos, organizar e manter em dia a contabilidade da sua secção, discriminando as diversas origens de despesa, em conformidade com as instruções da Direcção ;

13.º Manter em ordem o archivo da secção, tendo escripturados sempre em dia os seguintes livros :

Registo da correspondencia expedida ;

Autos de praça para a venda de objectos ;

Autos de arrematação de tarefas ou empreitadas ;

Cadastró de cantoneiros ;

Contabilidade.

Além d'estes livros, deve haver em cada secção cadernetas elementares por estradas, duplicados dos mappas que forem remettidos para a Direcção, triplicados das folhas e documentos de despesa, uma pasta com a correspondencia recebida e relativa a assumptos pendentes, as pastas que forem necessarias para conter arrumada por ordem chronologica a correspondencia respeitante a assumptos liquidados, inventario de ferramentas e utensilios (modelo E) ;

14.º Fazer enviar ao chefe dos serviços de conservação, todos os mezes, um relatorio descrevendo o trabalho executado e todas as occorrencias do serviço, os materiaes recebidos e empregados, a despesa discriminada pelas diversas origens e os dados obtidos para a estatistica do movimento, fazendo sobre o serviço as observações que lhe occorrerem ;

15.º Organizar e remetter no fim de cada semestre ao respectivo chefe dos serviços de conservação o inventario dos materiaes e o das ferramentas e utensilios ;

16.º Enviar ás officinas da Direcção, para serem devidamente concertadas, as ferramentas que tiverem sido distribuidas aos cantoneiros e auxiliares que servirem sob as suas ordens ;

17.º Procurar evitar, por advertencias ou intimações, que se pratiquem quaesquer actos que pelas leis e por este regulamento sejam prohibidos ;

18.º Dar aos proprietarios confinantes com as estradas as explicações necessarias em relação ás edificações e plantações junto a ellas, e, em geral, em relação aos seus direitos e obrigações no tocante á policia das estradas ;

19.º Fiscalisar o cumprimento das condições em que tenham sido concedidas licenças para edificações ou plantações, marcar os alinhamentos e cotas de nivel e os espaços que possam ser occupados com materiaes ;

20.º Autoar os que praticarem transgressões e os que desobedecerem ás intimações ;

§ 1.º Estes autos, que tambem podem ser lavrados pelos guardas da policia rural, cantoneiros ou cabos, devem, no praso de tres dias, ser enviados ao delegado do procurador da Corôa e Fazenda em expediente, sendo no mesmo praso enviada á Direcção uma copia por intermédio do chefe dos serviços de conservação ;

21.º Fazer todos os mais trabalhos relativos ao serviço que lhe forem ordenados pelos seus superiores.

Art. 31.º A residencia do chefe de conservação será designada pelo director e deverá ser, quanto possivel, central em relação á respectiva secção.

Art. 32.º Aos guardas ruraes compete :

Auxiliar os chefes de conservação no serviço de conservação e policia das estradas, e fiscalisar o serviço dos cantoneiros.

Art. 33.º Os cabos de cantoneiros devem :

1.º Dirigir e coadjuvar todos os trabalhos dos cantoneiros e auxiliares que servirem sob as suas ordens :

2.º Receber os materiaes enviados á secção ou por ella adquiridos directamente ;

3.º Tomar conhecimento de todas as ordens dadas aos cantoneiros e fiscalisar o respectivo cumprimento ;

4.º Dar conhecimento ao seu chefe immediato da marcha dos serviços e de todas as occurrencias ;

5.º Autoar os que praticarem transgressões e os que desobedecerem ás intimações, lavrando os respectivos autos, que immediatamente enviarão ao chefe da conservação ;

6.º Executar quaesquer trabalhos relativos aos serviços que lhe sejam ordenados pelos seus superiores.

§ 1.º O cabo de cantoneiros terá a seu cargo, como cantoneiro, um cantão de pequena extensão, não mais de 1 kilometro .

§ 2.º Não é permittido aos cabos dos cantoneiros ter estabelecimento de venda na secção a que pertencerem.

Art. 34.º Aos cantoneiros compete :

1.º Fazer o serviço da policia no seu cantão, assegurar o prompto escoamento das aguas, tendo para esse fim limpas as valletas, aqueductos e sangrias, remover do pavimento a lama e pó e as immundicies, juntar em montes regulares sobre as bermas as pedras desprendidas do pavimento, conservar limpos de terra, plantas ou quaesquer outros corpos, os plintos, cordões e parapeitos das obras de arte, cuidar da conservação e limpeza dos marcos de demarcação das estradas, tomar, quando lhes fôr ordenado, as notas precisas para a estatistica do movimento, prevenir o chefe de conservação de todas as occurrencias que se derem dentro do cantão em que se achem fazendo serviço, e, finalmente, cumprir rigorosamente e sem demora as ordens que sobre o serviço lhes forem dadas pelos cabos ou quaesquer outros superiores ;

2.º Proceder em esquadras, ou em grupos de esquadras, sob as ordens dos cabos, aos trabalhos de conservação continua ou a quaesquer outros que superiormente lhes sejam ordenados ;

3.º Autoar os que praticarem transgressões e os que desobedecerem ás intimações, lavrando os respectivos autos, que immediatamente enviarão ao chefe de conservação, devendo, quando não saibam escrever, participar o facto aos superiores, indicando testemunhas, se as houver, para serem lavrados os autos ;

4.º Estar presentes todos os dias na estrada, sem que as chuvas ou intemperies possam ser invocadas como pretexto de ausencia, e n'ella permanecer desde as 6 horas da manhã ás 6 da tarde. As horas de descanso e refeição, durante as quaes não é permittido aos cantoneiros ausentar-se da estrada, serão das 7 horas ás 7 $\frac{1}{2}$ da manhã, e das 11 horas da manhã á 1 $\frac{1}{2}$ da tarde ;

Nos domingos e dias santificados os cantoneiros farão, em regra, sómente serviço de policia, sendo, comtudo, obrigados a outros trabalhos n'esses dias, quando as necessidades do serviço o exigirem ;

5.º Conservar no melhor estado que o serviço permitta as seguintes ferramentas e utensilios, que lhe deverão ser entregues pelo cabo e que serão :

Um carrinho de mão ;

Uma pá de aço ;

Uma enxada ;

Uma picareta ;

Um rodo de ferro ;

Um ancinho de ferro ;

Uma vassoura ;

Um maço de calceteiro ;

Uma marreta grande ;

Uma marreta pequena para britar pedra ;

Tres anneis de ferro, um de 0^m,06, outro de 0^m,05, e o terceiro de 0^m,04 de diametro interior ;

Um cordel de 20 metros de comprimento ;

Um machim ;

Um regador ;

Cruzetas ;

Um bastão ferrado, de 2 metros de altura, dividido em decimetros, tendo na parte superior uma placa de madeira ou ferro de 0^m,24 de largura e 0^m,16 de altura, pintada de azul, e tendo inscripto de um lado o numero da secção e do outro o do cantoneiro ;

Uma caixa de lata para trazer o diploma da nomeação, a caderneta a que se refere o n.º 3.º do artigo 26.º, e um exemplar d'este regulamento ;

Se por negligencia dos cantoneiros estas ferramentas se deteriorarem, a Direcção providenciará, sendo reembolsada da despesa por descontos no salario dos cantoneiros, descontos que não serão superiores a $\frac{1}{6}$ do mesmo salario, salvo no caso de deixar o serviço;

6.º Trazer sempre comsigo a caixa de folha com os documentos mencionados no numero anterior, cravando o bastão de que trata o mesmo numero a menos de 100 metros do local em que estiver trabalhando;

7.º Entregar ao cabo as chapas, numero do uniforme, diploma, ferramentas e utensilios que lhe tenham sido confiados, se deixar o serviço por qualquer motivo. O valor de qualquer d'estes objectos que não fôr restituído será descontado na importancia que estiver em divida ao cantoneiro;

8.º Participar ao cabo, ou a qualquer dos seus superiores com quem primeiro esteja, qualquer occorrença ou circumstancia que lhe pareça relacionar-se com o serviço, e, especialmente, tudo o que possa causar prejuizo á estrada;

9.º Dar aos viandantes as indicações e os auxilios que lhes forem pedidos e possam prestar;

10.º Collocar os convenientes resguardos, quando houver na estrada qualquer obra que possa occasionar perigo ou prejuizo para os transeuntes.

11.º Vigiar as propriedades confinantes evitando a invasão e furtos.

§ unico. Não é permittido ao cantoneiro ter estabelecimento de venda no seu cantão, nem nos immediatos.

Art. 35.º Quando no cantão sobrevenham ruinas de importancia tal que as reparações não estejam ao seu alcance, o cantoneiro participal o ha sem demora ao cabo, que, acto contínuo, o communicará ao chefe de conservação, para que chegue ao conhecimento do chefe dos serviços de conservação e do director, a fim de serem dadas as providencias convenientes.

Art. 36.º Os chefes de conservação, cabos e cantoneiros, nomeados em virtude dos artigos 16.º e 17.º, serão ajuramentados, devendo o director das obras publicas enviar aos administradores dos concelhos uma relação nominal d'esses empregados com indicação da respectiva residencia.

§ 1.º Para o cumprimento da primeira parte d'este artigo os chefes de conservação, cabos e cantoneiros apresentarão as suas nomeações ao juiz de direito em expediente ou aos juizes municipaes, que lhes deferirão juramento de bem e fielmente cumprirem os deveres do seu cargo.

§ 2.º O pessoal ajuramentado poderá usar armas, prender os delinquentes em flagrante delicto, reclamar a presença das auctoridades administrativas ou judiciaes e o auxilio da força publica, segundo as suas attribuições.

Art. 37.º As penas disciplinares, applicaveis aos chefes de conservação, são:

- 1.º Admoestação verbal;
- 2.º Censura em ordem de serviço;
- 3.º Multa em desconto no salario;
- 4.º Suspensão;
- 5.º Demissão.

A pena de demissão só será applicada pelo governador da provincia, sobre proposta do director das obras publicas.

Art. 38.º As penas disciplinares applicaveis aos cabos de cantoneiros, são:

- 1.º Admoestação;
- 2.º Multa em desconto no salario;
- 3.º Baixa de classe;
- 4.º Demissão.

Art. 39.º A admoestação será applicada por faltas leves. A multa em desconto no salario pela reincidencia em falta leve pela qual já tenha sido applicada a pena de admoestação, ou pelo commettimento de falta a que deva corresponder pena mais severa que a de admoestação. A baixa de classe será imposta aos cabos que, por falta de competencia, não desempenhem convenientemente os deveres do seu cargo, e aos que tiverem sido multados, por duas vezes, por a elles faltarem por desleixo. A demissão será dada aos que reincidirem em faltas pelas quaes lhes tenha sido dada baixa de classe, e aos que faltarem ao respeito aos seus superiores, devendo, no caso de haver offensas corporaes, serem entregues ao Poder judicial.

Art. 40.º O cantoneiro que se ausentar do seu posto ficará sujeito ao desconto de um dia de salario pela primeira vez, e tres dias pela segunda, e, se reincidir, poderá ser despedido.

Art. 41.º O cantoneiro, que, durante o serviço, não tiver comsigo a sua caderneta, sofrerá o desconto de metade do salario de um dia.

§ unico. Se a perder, será multado em tres dias.

Art. 42.º O cantoneiro que não desempenhar convenientemente o serviço que lhe é incumbido será, pela primeira vez admoestado, pela segunda multado.

§ 1.º A multa será proporcional á gravidade da falta.

§ 2.º O que reincidir será despedido.

Art. 43.º O cantoneiro que faltar ao respeito aos seus superiores será despedido.

§ unico. Se a falta do respeito fôr aggravada com offensas corporaes, além de ser despedido, será entregue ao Poder judicial.

Art. 44.º A pena de demissão só será applicada pelo director das obras publicas.

Art. 45.º As multas poderão ser applicadas:

Até um dia, pelo chefe de conservação;

Até tres dias, pelo chefe dos serviços de conservação;

Por mais de tres dias, pelo director das obras publicas.

§ 1.º O modo de applicação das multas será o desconto no salario na respectiva folha.

§ 2.º As penas de multa serão sempre submettidas á approvação do director das obras publicas, podendo por elle ser alteradas.

Art. 46.º De seis em seis mezes serão abonados como gratificação dez dias do seu salario a cada um dos dois cantoneiros que mais se distinguirem, e que tenham mais de um anno de bom e effectivo serviço.

§ unico. Esta gratificação será proposta pelo chefe dos serviços de conservação e approvada pelo director das obras publicas, sendo em ordem de serviço mencionado o facto ou factos que a motivaram.

CAPITULO IV

Instruções sobre o modo de executar os trabalhos de conservação

Art. 47.º Para manter o pavimento em bom estado deve o cantoneiro:

1.º Conservar-o limpo de poeira e de lama, removendo aquella com a vassoura e esta com o rodo ou, se está muito fluida, tambem com a vassoura, fazendo d'esta uso com cuidado para não desagregar as pedras;

2.º Pôr em montes sobre as bermas a poeira e lama que tirar da estrada, se puder servir para saibro nos concertos ou para regularisar as bermas, deitando-a, em caso contrario, nos terrenos vizinhos, se os proprietarios o consentirem, ou removendo-a para vassadouros;

3.º Percorrer por occasião das chuvas abundantes toda a estrada, armado com a vassoura e picareta, para dar sahida prompta a todas as aguas represadas, deitando com a primeira a agua fóra das covas ou depressões, e servindo-se da segunda para desobstruir as sahidas por onde a agua passe e, sendo preciso, abrir sangrias especiaes;

4.º Conservar as valletas desobstruidas, limpando os depositos que n'ellas se formem. O seu perfil normal deve ser restabelecido quando fôr preciso, alinhando-se as arestas com o cordel e nivelando-se o fundo com cruzetas;

5.º Fazer no principio da estação sêcca e da estação das chuvas uma limpeza geral das valletas;

6.º Conservar a regularidade da superficie dos taludes, enchendo as depressões e sulcos, que se formem, com terra, que se baterá com a pá, conservando sempre livres as sahidas das aguas, arrancando as hervas más e renovando as plantações que seccaram;

7.º Conservar as bermas, quando não forem mais altas que o pavimento, bem concordadas com elle, com inclinação transversal, limpas de hervas, e superficie lisa, para o que devem logo desfazer-se as impressões das rodas e dos pés que accidentalmente passem nas bermas, encher as covas ou deitar terra a mais, tendo o cuidado, n'este ultimo caso, de picar primeiro o sitio onde se tem de deitar a terra e, depois de deitada, bater com o maço;

8.º Fazer as cortadoras nas bermas mais altas que o pavimento em nivel igual ou inferior aos bordos d'elle, com inclinação sufficiente, perfil regular, e conservar-as desobstruidas;

9.º Revestir as arestas exteriores das bermas, nas extensões em que as estradas passem em aterro, de leivas, que serão collocadas com uma pequena inclinação de fóra para dentro, dispondo de espaço a espaço pequenas regueiras de forma semi circular de 0^m,25 de diametro no sentido de maior inclinação dos taludes. Estas regueiras devem igualmente ser revestidas com leivas e terminar nas bermas por pequenas gargantas, ás quaes a disposição do revestimento das arestas conduzirá as aguas pluviaes;

10.º Abrir sempre que seja possivel, nas porções de estrada em excavação, pequenas vallas parallelas ás arestas dos taludes, a fim de desviar d'estes as aguas pluviaes;

11.º Arrancar e raspar a ferro, com cuidado, as vegetações que se formem nas juntas de obras de arte.

Art. 48.º Nos pequenos concertos devem observar-se os seguintes preceitos :

1.º Limpar primeiro bem da pocira e da lama a depressão que se quer encher;

2.º Picar o pavimento, especialmente nos bordos da depressão, mas sómente na profundidade de 0^m,04 a 0^m,05;

3.º Lançar a pedra com cuidado, a mais grossa no centro e a mais miuda nos bordos, conchegando-a com o maço;

4.º Fazer estas operações em pequenos espaços que não tenham mais de 2 a 6 metros de comprimento e 1 a 2 metros de largura;

5.º Fazer-as, em regra, em tempo humido, mas, havendo necessidade de as fazer em tempo sêcco, fazer uso da rega e bater os materiaes com o maço até que tenham feito presa. As pancadas com o maço devem ser primeiramente com pouca força e successivamente mais fortes, devendo começar-se a bater dos bordos para o centro;

6.º Não fazer esses concertos a seguir em uma certa extensão de estrada, mas começar pelos pontos onde as depressões sejam mais fundas e mais numerosas, e seguir successivamente pelos pontos onde a estrada esteja menos deteriorada;

7.º Não fazer os concertos em seguida uns aos outros no mesmo alinhamento, mas uns da direita e outros da esquerda, para que os vehiculos não sigam um trilho e desgastem mais um lado da estrada;

8.º Não abandonar os concertos enquanto a pedra não ligar, repondo com o ancinho as pedras deslocadas pelas rodas dos vehiculos e pelos pés dos animaes, regando, se fôr preciso e possivel, conchegando as pedras com o maço.

Art. 49.º Quando houver motivo para julgar que em alguma porção de estrada a espessura do empedrado está diminuta, ou quando o director o julgar conveniente, e, em todo o caso, por determinação d'elle, observar-se-ha esta espessura por meio de pequenas cortaduras no pavimento.

§ unico. Se por esta sondagem se demonstrar que a espessura do empedrado, que deve ser de 0^m,25, está diminuida além do limite conveniente e deve ser reforçada, o director determinará a espessura da camada de pedra que deve ser applicada.

Art. 50.º Para fazer esta applicação dever-se ha:

Limpar o pavimento de poeira ou de lama, pical-o nos bordos, ou, se fôr preciso, em toda a superficie, na profundidade de 0^m,04 a 0^m,05; espalhar por igual a pedra, que deve ser limpa de materias estranhas, e passar em seguida o cylindro, começando por comprimir as margens por passagens successivas com elle successivamente mais carregado, percorrendo sempre as mesmas zonas no mesmo sentido; empregar sómente o saibro no final da operação, quando a passagem do cylindro já não produzir movimento na superficie, e apenas na quantidade precisa para ligar a pedra; não cessar a acção do cylindro sem que esteja completamente feita a ligação dos materiaes.

Art. 51.º Quando a espessura do empedrado estiver excessivamente diminuida, ou a estrada estiver de todo arruinada e precisar o pavimento feito de novo em certa extensão, levanta-se inteiramente toda a pedra existente, que, convenientemente limpa e escolhida, se aproveita novamente, regularisa-se a caixa, espalha-se a pedra por camadas, comprime-se com o cylindro e ensaibra-se do mesmo modo que se pratica na construcção do pavimento.

Art. 52.º Nas applicações de material convem, em quanto o mac-adam não estiver ligado, e a fim de apressar a ligação, estabelecer travessanhos nas bermas, com montes de pedra, para obrigar o transito a seguir pela parte empedrada, e fazer com que a circulação se faça indistinctamente por todo o leito, havendo para isso o cuidado de fazer desaparecer os vestigios dos carros, para que não sigam os trilhos uns dos outros.

Art. 53.º Nas reparações extraordinarias e nas grandes reparações convém, para a perfeição e homogeneidade do trabalho, que elle seja feito de uma vez em toda a largura da estrada. Quando, porém, a estrada fôr de grande transito, far se-ha em metade da largura por cada vez.

A extensão em comprimento a empedrar de cada vez é tambem dependente de maior ou menor transito. Não deve, em regra, ser superior a 200 metros, principalmente nas declividades mais fortes, a fim de evitar um esforço extraordinario de tracção.

Art. 54.º Completo o empedramento, serão seguidamente limpas e regularisadas as bermas e valletas.

Art. 55.º A pedra a empregar em todas as reparações deve ser bem limpa de materias estranhas, dura, o mais possivel, britada em dimensões proximamente uniformes e de forma angulosa. As suas dimensões devem ser comprehendidas entre 0,04 e 0,06.

Art. 56.º O saibro deve ser só na quantidade precisa para a ligação da pedra; a proporção deve ser approximadamente um terço do volume da pedra.

CAPITULO V

Disposições relativas á policia das estradas

I

Obrigações dos transeuntes e de outros, em relação á policia das estradas

Art. 57.º É prohibido:

1.º Cavar, fazer buracos ou cravar qualquer objecto na via publica, ou desfazer qualquer parte da calçada ou mac-adam;

2.º Conduzir quaesquer objectos arrastando-os pelo solo e descarregal-os deitando-os de alto;

3.º Encostar ou prender qualquer cousa aos candieiros e ás arvores do terreno publico, subir áquelles ou a estas, varejar as arvores, quebrar-lhes alguma vergonteia, ou deterioral-as por qualquer forma;

4.º Ter ou conservar na via publica vehiculos desengatados, matto, estrume, pedras, lenha, madeira ou quaesquer outros objectos, não estando esses objectos em acto de carga, descarga ou conducção;

5.º Ter animaes domesticos divagando na via publica;

6.º Limpar vasilhas, vehiculos, ou animaes, partir lenha, fazer fogueiras na via publica; em summa, pejal-a por qualquer forma, ou praticar n'ella quaesquer trabalhos ou operações, ou fazer d'ella usos differentes d'aquelles para que é destinada;

7.º Lançar nas valletas, ou sobre o pavimento das estradas, aguas ou quaesquer despejos liquidos ou solidos;

8.º Ter nas paredes exteriores dos andares terreos, sobre a via publica, quaesquer objectos que fiquem salientes em relação ao plano da parede;

9.º Ter, sobre qualquer parte que deite sobre a via publica, sem resguardo, vasos, caixotes ou quaesquer outros objectos;

10.º Assentar na via publica, sem licença do Governo, quaesquer construcções ou abrigos, moveis, candieiros, postes, balanças automaticas ou semelhantes, e estabelecer á superficie, no ar ou no sub solo, tubos ou fios conductores de fluidos, ou outros quaesquer.

Art. 58.º Quem tiver sujado a via publica com quaesquer detritos provenientes de cargas ou descargas é obrigado a limpar convenientemente o logar onde taes serviços se fizeram.

Art. 59.º Qualquer animal domestico solto na via publica, ou objecto ali demorado, sem ser em acto de carga, descarga ou conducção, será considerado como perdido e removido para logar conveniente.

§ 1.º Se fôr conhecido o dono, ou elle apparecer no praso de tres dias, ser-lhe-ha entregue o animal ou objecto, pagando elle as despesas feitas e a multa correspondente, se não preferir abandonal-o.

§ 2.º Se o dono não fôr conhecido, ou não se apresentar no praso de tres dias, será o animal ou objecto apresentado á aucteridade administrativa da parochia onde tiver sido

encontrado para esta auctoridade proceder nos termos dos artigos 408.º ou 415.º do Código civil.

Art. 60.º Ninguém poderá apascentar quaesquer animaes sobre os taludes, valletas ou bermas, nem sobre estas conduzir quaesquer vehiculos.

Art. 61.º Não é permittido atravessar as estradas fóra das serventias estabelecidas sem que para isso haja licença, a qual só pode ser concedida em casos especiaes e impondo-se ao pretendente a responsabilidade por quaesquer estragos.

Art. 62.º As Empresas de transportes de passageiros ou mercadorias pelas estradas ordinarias são consideradas, para todos os effeitos da lei civil e commercial, como commissarios de transportes, recoveiros ou alquiladores, e são responsaveis por perdas e damnos, quer elles resultem da inobservancia das leis e regulamentos, quer da inhabilidade ou incuria dos seus empregados e agentes.

§ unico. Se occorrer accidente de que resultem offensas corporaes, ferimentos ou morte, serão punidos, segundo a respectiva culpabilidade, nos termos do Código penal:

1.º Aquelles que involuntariamente commetterem ou forem causas d'esses crimes pela sua impericia, inconsideração, negligencia, falta de destreza ou inobservancia das leis e regulamentos;

2.º Aquelles que voluntariamente commetterem ou forem causa dos referidos crimes.

Art. 63.º Nas Administrações dos concelhos haverá um livro onde será aberto o registo de todos os carros de transporte, quer de passageiros, quer de mercadorias, pertencentes ao respectivo concelho. Cada carro terá inscripto na sua parte externa, de modo bem visivel, o concelho a que pertence e o numero de policia.

Art. 64.º Nos escriptorios das Empresas ou companhias de transporte de passageiros haverá tambem um livro, fornecido pelos empresarios e rubricado pelo administrador do concelho respectivo, no qual os passageiros poderão inscrever quaesquer queixas, ou estas sejarã contra cocheiros ou conductores de vehiculos, ou concernentes a transgressões dos regulamentos policiaes.

§ unico. As Empresas ou companhias são obrigadas a patentear á respectiva auctoridade administrativa e aos empregados da conservação o livro de que trata este artigo, todas as vezes que o reclamem.

Art. 65.º E' prohibido aos conductores de diligencia conduzir um numero de passageiros maior do que o da respectiva lotação.

Art. 66.º A chapa de rasto nas rodas de qualquer vehiculo deverá ser lisa, sem relevo de pregos ou outro, nem chanfros ou entalhes.

§ unico. A largura do rasto para vehiculos de carga e para vehiculos de conducção de pessoas, tirados por mais de dois animaes, não sendo carruagens de luxo, não será inferior a 0^m,07. Para as carruagens de luxo e outros vehiculos de conducção de pessoas, tirados por um ou dois animaes, a largura do rasto não será inferior a 0^m,045.

Art. 67.º E' prohibido jungir a par mais de dois animaes bovinos, ou engatar a par mais de tres animaes de outra especie, em qualquer vehiculo.

Art. 68.º Os trens de luxo e os carros de transporte de passageiros ou mercadorias, tirados por cavallos ou muares, ou automoveis, velocipedes ou qualquer vehiculo, não poderão transitar de noite nas estradas sem, pelo menos, uma lanterna accêsa;

§ 1.º Em um dos vidros da frente ou lado externo da lanterna dos carros de transporte de passageiros ou de mercadorias estará escripto, e bem visivel, o respectivo numero de policia.

§ 2.º Nos carros de bois as lanternas poderão ser substituidas por campainhas que toquem constantemente.

Art. 69.º Os cocheiros, carroceiros e carreiros são obrigados a guiar os respectivos vehiculos do seguinte modo:

O cocheiro do logar que lhe fôr proprio no vehiculo;

O carroceiro, ao lado ou adiante da carroça, conduzindo o gado pela arreata á distancia maxima de 1^m,5;

O carreiro, a pé, na frente do carro, á distancia de 1^m,5.

Art.º 70.º Ninguém, guiando ou conduzindo vehiculos, pode deixal-os abandonados na via publica.

§ 1.º Os carros de transporte de passageiros ou mercadorias, que houverem de estar parados na via publica para largarem ou receberem pessoas ou cargas, só poderão

demorar-se o tempo necessario para esse fim, e deverão ser collocados do modo por que menos embarcem o transitio.

§ 2.º Os conductores de carros de transporte, quando tenham de dar descanso ou comida ao gado, ou precisem parar na estrada, são obrigados a collocar os carros a um dos lados da estrada, deixando o maximo caminho livre entre o carro e o outro lado da estrada.

Art. 71.º É prohibido que os carros, quer de passageiros, quer de mercadorias, sigam a par nas estradas, e bem assim que sigam enfileirados no mesmo trilho sem guardarem a distancia de 4 metros, pelo menos.

Art. 72.º Quando dois vehiculos transitarem no mesmo sentido, o da frente, sendo de menor andamento, terá obrigação de dar passagem ao outro, quando lhe seja pedido, desviando-se para o lado esquerdo.

Art. 73.º Sempre que nas estradas se encontrem quaesquer vehiculos caminhando em sentido opposto, deverá cada um d'elles desviar-se para o seu lado esquerdo, dando-se assim reciprocamente a direita.

§ unico. Quando se encontrarem vehiculos transitando em sentido opposto em estrada ou parte da estrada tão estreita que não possam cruzar-se, recuará um d'elles nos termos seguintes:

1.º Sendo o caminho em declive, o que estiver mais abaixo;

2.º Em caminho plano, o que estiver mais proximo do lugar onde o cruzamento fôr possivel e, sendo a distancia igual, o que fôr mais leve;

3.º Sendo eguaes todas as circumstancias, recuará o que transitar do norte para o sul, ou do nascente para o poente.

Art. 74.º Aos conductores de carros de qualquer especie é prohibido:

1.º Dar volta com elles dentro das guardas de qualquer obra de arte;

2.º Traval os com travões de telha ou prendendo uma roda; é, porém, obrigatorio em todos os carros de eixo fixo o travão que possa ser manobrado pelo cocheiro;

3.º Carregar os carros de transporte com ramos, madeiras ou outros quaesquer objectos por forma que as pontas arrastem sobre a via publica, e bem assim levar a rastos qualquer objecto preso a elles.

Art. 75.º Nas estradas, dentro das povoações e junto ás pontes, ou sobre estas, é prohibido lançar a galope os animaes, quer montados, quer atrelados a vehiculos.

Art. 76.º Os conductores de animaes devem conduzi-los pela arreata, e é-lhes prohibido trazer mais de tres cavalgaduras a par, transitar com récuas de mais de cinco, conduzir uma récu a par da outra, ou em seguida a outra com intervallo inferior a 4 metros.

Art. 77.º É prohibido o transitio de gado, cavalgaduras de sella ou de carga e vehiculos pelas bermas das estradas.

Art. 78.º É prohibido prender cavalgaduras ou outros animaes na via publica ou deixal os ahi peados.

II

Direitos e obrigações dos proprietarios confinantes com as estradas em relação á policia d'ellas

Art. 79.º Não poderá ser auctorisada a pesquisa de aguas sob o pavimento das vias publicas.

Art. 80.º Quando os proprietarios tiverem necessidade de fazer passar aguas de um para o outro lado de uma estrada, só o poderão fazer em canos soterrados, construidos á sua custa com a devida segurança, se para isso lhes fôr concedida licença pelo Governo.

Art. 81.º Os proprietarios de predios confinantes com as estradas não poderão dirigir para estas os canos, rêgos ou vallas de desaguamento, e são obrigados a desviar as aguas, fazendo para esse fim os necessarios canos, rêgos ou vallas e conservando-os sempre desobstruidos.

Art. 82.º Os proprietarios de terrenos confinantes com as estradas são obrigados a conservar os vallados.

§ 1.º Os vallados devem ter o talude conveniente para que as terras não desabem,

evitando-se assim que vão entulhar as valletas e canos, e impedir a prompta sahida das aguas.

§ 2.º Nos vallados que os respectivos proprietarios não conservarem serão feitas á sua custa, por ordem dos respectivos administradores de concelho, as obras que necessarias forem para a sua conservação.

Art. 83.º Os proprietarios ou possuidores das fazendas e terrenos abertos, confinantes com as estradas, podem vedar essas fazendas ou terrenos, mediante licença e auctorisacão do Governo.

Art. 84.º Os proprietarios dos predios confinantes com as estradas publicas são tambem obrigados:

1.º A não edificar nem plantar arvoredos em uma faixa de terreno de 0^m,50 de largura, medida a partir da linha que, nos termos do artigo 4.º, limita a zona occupada pela estrada, sem que para isso tenham licença do director das obras publicas;

2.º A não edificar sobre os muros de viaducto ou de supporte, sem licença expressa, por escripto, do director das obras publicas.

3.º A submeter á approvação do director das obras publicas, nos termos do regulamento da metropole de 6 de junho de 1895, o projecto das obras que pretenderem executar;

4.º A não construir alpendres, balcões ou passadiços, nem aqueductos, sobre as estradas publicas, sem licença do director das obras publicas;

5.º A não fazer sobre os leitos do transito publico depositos de materiaes sem licença expressa do director das obras publicas;

6.º A não construir nas ruas, que fizerem parte das estradas, edificações urbanas, sem que o director das obras publicas ou algum dos seus delegados marquem os alinhamentos e dêem as cotas de nivel;

7.º A não fazer excavações em uma zona igual á altura vertical do aterro, quando este se eleve a mais de 3 metros do terreno natural.

Art. 85.º Pelas restricções prescriptas no artigo antecedente não têm os proprietarios direito a indemnisação, e igualmente o não têm quando o Governo lhes negar ou revogar as licenças a que o mesmo artigo se refere.

Art. 86.º As arvores que existirem no espaço em que, segundo o artigo 84.º, não é permittido fazer plantações, poderão ser mandadas cortar e arrancar, pagando-se previamente ao respectivo proprietario o valor d'aquellas que já existissem ao tempo da construcção da estrada e não tivessem sido expropriadas.

§ 1.º As que, porém, n'elle nascerem ou forem plantadas posteriormente serão cortadas e arrancadas sem indemnisação alguma.

§ 2.º Quando houver arvores que estendam os ramos sobre o leito de estradas, poderão ser cortados pelos empregados das obras publicas, se o dono das arvores, sendo avisado, o não fizer dentro de tres dias, os ramos que ultrapassem o plano vertical que passe pela linha limite da zona da estrada.

§ 3.º Os edificios que forem construidos e as obras que forem feitas, sem a devida auctorisação, no espaço em que, segundo o artigo 84.º, isso não é permittido, serão mandadas demolir pelo respectivo administrador do concelho á custa d'aquelles que as tiverem mandado fazer.

Art. 87.º Aos proprietarios dos terrenos confinantes com as estradas publicas poderá ser concedida pelo Governo a occupação do terreno dos taludes, obrigando-se elles a construir em logar dos mesmos taludes muros de sustentação do aterro, e pagando o valor do terreno de que por esse facto se apropriarem.

Art. 88.º Aos proprietarios dos terrenos confinantes com as estradas será permittido:

1.º Edificar sobre os muros de viaducto e muros de supporte, se a edificação não prejudicar estas obras de arte e o requerente pagar metade do custo dos muros sobre que pretender edificar, ficando além d'isso obrigado a custear por metade as despesas de conservação dos mesmos muros;

2.º A construcção de serventias nas suas propriedades para as estradas, devendo elles cobrir as valletas nos logares das serventias e estabelecer estas solidamente.

Art. 89.º Os proprietarios dos predios confinantes com estradas são obrigados:

1.º A demolir em um praso razoavel, que lhes será indicado pelo director das obras publicas, e depois de intimados, as edificações que ameacem ruinas e desabamento sobre os leitos das estradas;

2.º A remover das estradas, no praso que lhes fôr marcado, todos os entulhos e materiaes que as obstruïrem por effeito de desabamento ou demolição de qualquer edificação ou construcção.

Se assim o não cumprirem, será a demolição ou remoção feita á custa dos proprietarios pelos empregados das obras publicas.

Art. 90.º Nas frontarias dos pavimentos terreos sobre a via publica não é permitido ter :

Gradês com bojo nas janellas;

Janellas ou portas abrindo para fóra;

Balcões sahindo das hobreiras;

Candieiros exteriores a altura inferior a 2^m,5 acima do pavimento da estrada.

§ unico. Pode ser permittida a armação de toldos durante o tempo em que o sol dêr no predio, devendo a largura d'elles não exceder a do passeio, se o houver, ou 1^m,5 não o havendo, e a altura minima, desde o pavimento até á orla inferior da sanefa, não ser inferior a 2 metros.

Art. 91.º Nos predios urbanos que se construirem junto ás estradas a altura da edificação será regulada pelos seguintes preccitos :

1.º Quando a largura da estrada ou rua que d'ella faça parte fôr inferior a 5 metros, a altura dos edificios não será superior a 12 metros;

2.º Quando essa largura ficar comprehendida entre 5 e 7 metros, a altura dos edificios não será superior a 15 metros;

3.º Quando a dita largura fôr superior a 7 metros, a altura dos edificios não será superior a 20 metros.

§ 1.º Estas alturas serão medidas no meio da fachada, desde a calçada até á parte superior da cornija.

§ 2.º Acima da cornija e no plano da parede da fachada não poderá ser elevada nenhuma construcção, excepto os acroterios e seus accessorios.

§ 3.º Estes preceitos não se applicam aos templos, aos edificios destinados para serviço publico, nem aos monumentos, quer sejam construidos pelo Governo, quer pelas Camaras municipaes.

Art. 92.º Em todos os predios que de novo se construirem, ou nos já construidos que soffrerem obras de grande reparação, as aguas pluviaes serão recebidas em algeroses ou calhas nos telhados e d'ahi conduzidas até o réz da via publica. Onde houver passeio, a canalisação será prolongada por baixo d'este até desaguar na valleta.

§ unico. Nos predios onde haja canalisação já feita nos telhados, com gotteiras ou gargulas para exgotto das aguas pluviaes, serão destruidas as gotteiras e completada a canalisação até á valleta.

CAPITULO VI

Disposições relativas ás licenças para obras junto das estradas

Art. 93.º É da competencia do director nas obras publicas da provincia a concessão de licenças para plantações ou córtes de arvores, edificações, vedações e outras obras particulares de qualquer natureza junto das estradas reaes.

§ 1.º Quando haja opposição de terceiro á concessão da licença requerida, ou se offereça alguma duvida ao seu deferimento, deverá o funcçionario acima referido submeter o respectivo requerimento á deliberação do Governo da provincia, que ouvirá o Conselho technico de obras publicas.

§ 2.º Os requerimentos solicitando estas licenças, feitos em papel sellado, indicarão com precisão e clareza a natureza e importancia da obra, plantação ou corte de arvores a emprender, e o local onde deva realisar-se, e serão entregues na Direcção das obras publicas, directamente ou por intermédio do chefe de conservação dentro de cuja secção aquelles trabalhos tenham de ser effectuados.

§ 3.º O director das obras publicas mandará levantar, sempre que o julgue necessario, pelos empregados que servirem ás suas ordens, as plantas dos terrenos em que devam effectuar-se as obras, plantações ou córtes de arvores, em harmonia com as indicações dos proprietarios, relativas ás obras ou aos logares escolhidos para a plantação das arvores, ou aos pontos occupados pelas que se pretender cortar,

§ 4.º A disposição do paragrapho anterior não dispensa a apresentação, por parte do requerente, do projecto em duplicado e devidamente sellado, quando se trate de obras ou construcção que, além da licença, careça para a sua execução da approvação do respectivo projecto.

§ 5.º O proprietario não será obrigado a pagar ao empregado que proceder ao levantamento das plantas a que se refere o § 3.º. Apenas correrão por sua conta os salarios do pessoal jornalheiro que houver de auxiliar o referido empregado e os sellos que devam ser appostos nas plantas que hajam de ficar juntas aos processos de licença.

§ 6.º A concessão ou denegação das licenças será communicada ao requerente por intermédio do chefe de conservação.

Art. 94.º Quando as licenças possam ser concedidas, o director das obras publicas enviará aos requerentes, juntamente com as communicações a que se refere o artigo anterior, uma guia para o pagamento da importancia dos emolumentos que forem devidos e que entrarão no cofre da receita eventual.

Art. 95.º Logo que os proprietarios, aos quaes tenha sido enviada a guia mencionada no artigo anterior, próvem ter entrado com a respectiva quantia no cofre da receita eventual da recebedoria do concelho em que estiver situada a propriedade, ser-lhe-hão entregues os diplomas das licenças, acompanhados de uma copia da planta que lhes disser respeito.

Art. 96.º O director das obras publicas deverá fazer registar na Repartição a seu cargo os diplomas das licenças concedidas, e determinará que no terreno sejam marcados os alinhamentos e as cotas de nivel necessarias para a construcção auctorisada.

§ 1.º Entre a aresta exterior da berma da estrada e a linha da construcção auctorisada deverá ficar uma faixa de 1 metro de largura, pelo menos, quando isso não fique em desaccordo com o alinhamento de outras construcções já ali existentes.

§ 2.º Quando, na fixação do alinhamento para a construcção ou reconstrucção dos predios, os proprietarios forem obrigados a recuar, serão indemnizados do terreno que perderem.

§ 3.º Se, pelo contrario, em resultado do alinhamento dado, os proprietarios forem obrigados a avançar sobre o terreno publico a sua construcção, devem pagar o terreno que adquirirem.

§ 4.º Estas indemnisações serão liquidadas nos termos das leis de expropriação.

§ 5.º Quando se trate de construcção de um predio que tenha uma frente para estrada real, ou para rua que d'ella faça parte, e outra frente para rua de povoação que não faça parte de tal estrada, ou para estrada municipal, deverão os alinhamentos e cotas de nivel ser determinados pelo director das obras publicas e pela Camara municipal, cada um na parte sobre que tiver jurisdicção.

§ 6.º A approvação do projecto, tanto dentro como fóra das povoações, dependerá do director das obras publicas, sem prejuizo das faculdades conferidas ás Camaras municipais pelo Codigo administrativo.

Art. 97.º Em frente das casas de novo construidas será calçada, á custa dos proprietarios, a berma e a faixa de terreno entre esta e a construcção. Os proprietarios deverão tambem cobrir a valleta nos logares de serventias e estabelecer estas solidamente segundo as indicações do director das obras publicas.

Art. 98.º O director das obras publicas poderá permittir a occupação temporaria de uma parte da via publica com deposito de materiaes destinados á execução da obra auctorisada, quando o interessado não tenha terreno proprio que para esse fim possa ser aproveitado.

Art. 99.º Nas licenças para construcção de obras junto á via publica, o director das obras publicas determinará o praso maximo dentro do qual a obra deverá ficar concluida, tendo em attenção as condições que facilitem ou dificultem a construcção. Bem assim determinará o tempo que possa durar a occupação de parte da via publica com deposito de materiaes destinados á construcção auctorisada, quando essa occupação tiver sido permittida.

Art. 100.º A abertura de canos através das estradas para a conducção de aguas de um para outro predio e a passagem d'essas aguas pelas valletas das estradas, com o mesmo fim, só poderão ser permittidas aos que forem senhórios dos predios d'onde a agua sahir e d'aquelle para onde a agua entrar, ou aos que se mostrarem para isso devidamente auctorisados pelos senhórios d'essas propriedades.

Art. 101.º Quando qualquer proprietario obtiver auctorisação para construir cano ou aqueducto, collocal-o-ha á profundidade e construí-o-ha com a capacidade e solidez que o director das obras publicas julgar necessario para assegurar a sua conservação.

Deverá tambem o mesmo funcionario determinar a qualidade dos materiaes que deverão ser empregados.

Art. 102.º Quando fôr concedida licença para construir alpendre, balcão, passadiço ou aqueducto sobre estrada publica, o director das obras publicas fixará na propria licença a altura a que deva ficar em relação ao leito da estrada.

Art. 103.º Quando qualquer proprietario tenha obtido auctorisação para construir muros de vedação, ou para substituir taludes de aterros ou trincheiras por muros de suporte, o director das obras publicas fará assentar os alicerces em terreno resistente, dar aos muros as dimensões necessarias para assegurar a sua estabilidade, e empregar os materiaes que mais apropriados forem.

Art. 104.º A occupação dos taludes, substituindo-os por muros de suporte, e a edificação sobre os muros de viaducto, só poderá ser permittida aos proprietarios dos terrenos confinantes.

§ unico. Sobre os muros de suporte construidos em substituição dos taludes, se a estrada fôr construida em aterro, poderão ser levantados muros de guarda de altura não inferior a 0^m,8 nem superior a 1^m,5.

Art. 105.º Quando os proprietarios, tendo obtido licença para edificar sobre muros de viaducto, ou para substituir taludes por muros de suporte, houverem por esse facto de pagar metade do custo dos muros de viaducto, ou o valor do terreno de que se apropriarem pela substituição dos taludes, esse pagamento deverá preceder a occupação dos muros de viaducto ou do terreno dos taludes.

Art. 106.º As licenças para plantações de arvoredos, edificações, vedações e outras obras particulares de qualquer natureza só podem ser concedidas aos que tiverem a propriedade, ou, pelo menos, a posse presumida dos predios em que taes obras tenham de ser effectuadas.

Art. 107.º Quando seja concedida licença para plantação de arvores na orla das estradas, será condição d'essa licença que aquelle que a obtiver não terá direito á propriedade d'essas arvores, nem a indemnisação alguma, quando ellas hajam de ser arrancadas, por ordem do Governo, para melhorar a estrada, para assentar carris nas bermas, ou para outro qualquer fim de utilidade publica.

Art. 108.º Quando, para a execução de qualquer obra para que tenha sido concedida licença a algum proprietario, fôr necessario remover alguma ou algumas arvores da estrada, não se procederá ao seu corte ou arranque sem auctorisação do director das obras publicas.

Art. 109.º O director das obras publicas não consentirá que os proprietarios dos predios confinantes com as estradas publicas façam edificações, construcções, plantações ou quaesquer outras obras, sem licença do Governo ou auctorisação sua, nos termos d'este regulamento; e para execução d'esta prescripção solicitará, quando fôr preciso, a intervenção da auctoridade administrativa e dos tribunaes.

Art. 110.º Os proprietarios que, por effeito de expropriação ou por causa das obras de construcção, ou alargamento das estradas ou das ruas que d'ellas façam parte, forem forçados a construcções e obras para vedação dos seus predios ou reconstrucção de frontarias de casas, não são obrigados a requerer licença, mas devem pedir auctorisação ao director das obras publicas, communicando-lhe a obra que pretenderem fazer.

§ 1.º O director das obras publicas verificará a necessidade da obra e as suas condições, e auctorisará a construcção de modo que não seja prejudicada a estrada.

§ 2.º Serão tambem concedidas pelo director das obras publicas as licenças para reedificações de construcções já existentes, ou para obras exteriores de reparação para o lado da via publica.

Art. 111.º Serão concedidas pelo director das obras publicas, nos termos que forem de justiça, as licenças para a construcção de serventias requeridas pelos proprietarios confinantes com as estradas.

Art. 112.º Pelas licenças a que se referem os dois artigos anteriores não será exigido emolumento algum.

Art. 113.º O director das obras publicas, por si e pelos seus subordinados, fiscalisará as construcções ou quaesquer serviços executados pelos proprietarios confinantes com as estradas e para cuja execução tenha sido concedida a necessaria licença.

Art. 114.º Quando pela execução de qualquer obra auctorisada se causar algum damno á via publica, será esta, logo que seja concluida a obra, restituída ao estado anterior á custa d'aquelle que tiver usado da licença.

Art. 115.º Se das obras que se fizerem em algum predio resultar entulho que tenha de ser lançado de alto, será lançado por meio de um conductor fechado.

Art. 116.º Nas licenças para edificações e plantações junto ás estradas poderão ser impostas, além das condições expressas n'este regulamento, quaesquer outras que em casos especiaes se torne necessario estabelecer.

Art. 117.º Os que obtiverem licença para construcção de obras junto á via publica ficam, em geral, obrigados a observar todos os preceitos que pelo director das obras publicas lhes forem impostos, e a seguir todas as indicações que por elle forem feitas para evitar o estrago das estradas e, em geral, o prejuizo dos legítimos interesses publicos ou particulares.

Art. 118.º A concessão de licenças para construcções junto á via publica não isenta os que as tiverem obtido da obrigação de repararem, nos termos do Codigo civil, qualquer damno que directa ou indirectamente possa resultar ao Estado, ou á propriedade particular, da execução das obras ou trabalhos a que taes licenças se refiram.

§ unico. Quando os que tiverem obtido as licenças recusarem sujeitar-se a este preceito, o director fará cessar desde logo a continuação dos trabalhos, e, se tanto fôr necessario, levantará o competente auto para se tornar effectiva a responsabilidade civil que o infractor possa ter contrahido pelos seus actos.

Art. 119.º Os emolumentos devidos por licenças serão entregues pelos individuos que deverem e mediante guia, passada pelo director das obras publicas, no cofre da receita eventual da recebedoria do concelho respectivo.

Art. 120.º A concessão de licenças para obras junto á via publica não presume nos que as obtiverem direitos de propriedade sobre os predios em que as obras tenham de ser feitas, nem dispensa outros actos ou formalidades que devam preceder, perante quaesquer auctoridades ou corporações officiaes, a execução dos trabalhos, nem poderá, tão pouco, ser allegada para contestar a opposição fundada em direitos de propriedade ou de legitima posse que por parte de terceiros se possa apresentar ao uso da licença concedida. Quando se levante qualquer duvida no sentido indicado, o director das obras publicas dará parte ao Governo, deixando inteiramente livre ás auctoridades competentes a apreciação das questões levantadas.

CAPITULO VII

Disposições penaes

Art. 121.º As desobediencias, injurias, offensas corporaes e resistencia aos empregados ajuramentados no serviço da conservação e policia das estradas serão punidas com as penas que o Codigo penal impõe aos que commetterem qualquer d'aquelles crimes contra agentes da auctoridade.

§ unico. Se estes empregados forem accusados de algum crime, a sua condemnação ou absolvição não prejudicará o direito que o Governo tem de lhes applicar as correções disciplinares nos termos das leis especiaes e regulamentos.

Art. 122.º Aquelles que, sem justa causa, se oppuzerem por qualquer modo:

1.º A que dos seus terrenos se tirem pedras e terra para as obras das estradas, e se façam para isso as explorações e excavações necessarias;

2.º A que os engenheiros entrem nas suas propriedades para fazerem os estudos e trabalhos que lhes forem necessarios, e os que destruirerem ou deslocarem as balisas e signaes por elles collocados;

3.º A que das suas propriedades se lhes occupe a parte que fôr necessaria para obras ou para construir a habitação dos que fiscalisarem a conservação das estradas e d'ella forem encarregados;

4.º A supportar as servidões de agua e quaesquer outras na direcção e extensão conveniente;

5.º Serão correccionalmente obrigados a desistir da sua opposição e condemnados na pena de tres a trinta dias de prisão e no dobro do maximo por cada reincidencia;

Art. 123.º Aquelles que praticarem, sem licença, qualquer acto, que nos termos d'este regulamento d'ella dependa, ou praticarem qualquer transgressão a este regulamento, serão punidos com a multa de 1\$000 a 20\$000 réis e prisão de tres a trinta dias.

§ unico. Estas penas serão julgadas correccionalmente.

Art. 124.º Aos transgressores do regulamento é facultativo pagar desde logo a multa em que incorrerem, evitando assim a policia correccional.

§ 1.º Querendo o multado usar d'esta faculdade, o chefe de conservação enviará o auto ao director, que determinará a importancia da multa e fará passar a competente guia para pagamento.

§ 2.º Se o transgressor não realizar o pagamento no praso de tres dias, a contar d'aquelle em que lhe fôr entregue a guia, será enviado o respectivo auto ao delegado do procurador da Corôa e Fazenda em expediente.

Art. 125.º Pelo pagamento das multas estabelecidas n'este regulamento serão responsáveis: o pae pelo filho menor, o marido pela mulher, o amo pelo criado, o tutor pelo tutelado, o administrador pelo senhorio, o patrão pelo serviçal e, finalmente, todos os chefes de familia pelos seus familiares ou subordinados na conformidade do disposto nos artigos 2379.º a 2381.º do Codigo civil.

Art. 126.º As multas impostas aos transgressores das disposições d'este regulamento entram na receita geral do Estado e devem ser cobradas nas recebedorias da comarca por meio de guias passadas pelos escrivães dos processos, em cumprimento de sentenças dos juizes, quando forem impostas em Juizo correccional, ou pelo director das obras publicas quando forem pagas, de prompto, voluntariamente, pelos transgressores que pretendam evitar a policia correccional.

§ 1.º No ultimo dia de cada mez deve o director das obras publicas remetter á Repartição superior de fazenda da provincia uma nota das multas cobradas judicialmente, se lhe constar, e das pagas por espontaneidade do multado, com a declaração do nome d'este, da transgressão, da importancia da multa, e da data da entrada na recebedoria, para ser remettida á Inspeção geral de fazenda a fim de se fiscalisar a sua escripturação.

§ 2.º Outro sim devem os mesmos funcionarios enviar ao Governo da provincia uma nota dos autos remettidos para Juizo, com a declaração do nome do delinquente, da transgressão e da data da remessa, a fim de que possam ser tomadas as providencias convenientes para o regular andamento dos respectivos processos.

Art. 127.º Independentemente das penas a que ficam sujeitos, aquelles que fizerem qualquer obra que, segundo este regulamento, lhes não possa ser permittida, ou a fizerem sem a devida licença, serão intimados para a demolir dentro do praso que para esse fim lhes fôr marcado.

§ unico. Se não cumprirem, será o trabalho feito á custa d'elles pelos empregados das obras publicas.

Art. 128.º As despesas que os empregados do Governo fizerem com trabalhos de demolição, remoção ou outros a que os proprietarios são obrigados, nos termos d'este regulamento, e que não executarem nos prazos marcados, serão cobradas administrativamente, servindo de base a conta formulada na Direcção das obras publicas.

Art. 129.º Aquelle que cortar ou destruir qualquer arvore plantada em logar publico ou estrada, ou a mutilar ou damnificar de modo que a faça perecer, será condemnado na prisão de tres a trinta dias e multa até 20\$000 réis.

§ unico. Se fôr mais do que uma arvore, a pena será multiplicada pelo numero das arvores destruidas, comtanto que não exceda o maximo da prisão correccional e multa correspondente.

Art. 130.º Serão punidos nos termos dos artigos 466.º a 485.º do Codigo penal os gerentes das empresas e os arrematantes ou empreiteiros de trabalhos de viação ordinaria por quaesquer prejuizos que d'elles resultem, sempre que esses trabalhos não tenham sido devidamente auctorisados.

Art. 131.º Serão punidos com as penas dos artigos 466.º e seguintes até 485.º, inclusive, do Codigo penal todos os individuos que, por quaesquer meios, impedirem ou tentarem impedir a execução dos trabalhos auctorisados pelo Governo, e aquelles que destruir ou de qualquer modo damnificarem, praticando qualquer dos factos incriminados nos citados artigos, os trabalhos e obras feitas ou em construcção, arvores, ferramentas e quaesquer cousas que pertençam ao Estado ou aos empreiteiros.

CAPITULO VIII

Disposições geraes

Art. 132.º Os autos lavrados pelo pessoal ajuramentado terão força legal em Juízo até prova plena em contrario, servindo de corpo de delicto quando pelo Ministerio publico ou pelo contraventor não fôr requerido auto especial.

Art. 133.º Não podem ser embargadas as obras e trabalhos de reparação das estradas, executados em virtude de projectos approvados pelo Governo e sobre terrenos publicos ou particulares para esse fim expropriados ou cedidos

Art. 134.º Nas questões que os particulares, as municipalidades, associações, empresas ou companhias quizerem intentar contra o Estado a respeito da construcção, conservação e policia das estradas publicas, não poderão ser citados os engenheiros do Governo nem outro qualquer funcionario ou empregado das obras publicas, mas unicamente será citado o delegado do procurador da Corôa e Fazenda, para com elle correr a demanda.

Art. 135.º Os empregados publicos, de qualquer ordem ou graduação que sejam, não são responsaveis pelas perdas e danos que causem no desempenho das obrigações que lhes são impostas pela lei, excepto se excederem ou não cumprirem de algum modo as disposições da mesma lei.

Art. 136.º Se os ditos empregados, excedendo as suas attribuições legais, praticarem actos de que resultem para outrem perdas e danos, serão responsaveis do mesmo modo que os simples cidadãos.

Art. 137.º O Governo, os empresarios ou arrematantes de quaesquer obras de viação ordinaria são responsaveis:

1.º Nos termos das leis de expropriação por utilidade publica e do decreto de 31 de dezembro de 1864, pela indemnisação das servidões temporarias ou permanentes;

2.º Pela indemnisação que nos termos do direito civil fôr devida aos proprietarios, rendeiros ou colonos por perdas e danos directamente causados nos bens de raiz, nos moveis e nos semoventes, durante a execução das ditas obras.

Art. 138.º Os directores e os fiscaes de quaesquer trabalhos de viação ordinaria, e bem assim os empresarios e arrematantes d'estes trabalhos, têm obrigação, na parte que lhes fôr applicavel, de observar escrupulosamente os preceitos do decreto de 31 de dezembro de 1864, os regulamentos de serviço, as clausulas e condições geraes de empreitadas, as especiaes dos respectivos contractos, e de tomar todas as precauções para evitar, quanto possivel, o perigo das pessoas empregadas nos referidos trabalhos e os danos e prejuizos dos predios confinantes, dos seus proprietarios ou rendeiros; e são responsaveis por quaesquer danos ou prejuizos que causarem ás propriedades alheias ou ás pessoas, quando se verificar que voluntariamente deixaram de observar ou de fazer observar os ditos preceitos, regulamentos e clausulas, e as regras communs e seguidas na praxe para obviar a taes inconvenientes.

Art. 139.º Independentemente da responsabilidade civil, que é do Governo ou das empresas e dos arrematantes de quaesquer obras de viação ordinaria, nos casos de indemnisação por servidões temporarias ou permanentes ou por perdas e danos directamente causados nos bens de raiz, nos moveis e nos semoventes durante a execução das ditas obras, os delegados do Governo e os das empresas e arrematantes que dirigem os trabalhos têm a responsabilidade criminal ou como auctores ou cúmplices de factos criminosos, ou por occultarem esses factos, ou por não promoverem os processos para serem verificados e punidos.

Art. 140.º Os pleitos para liquidar a indemnisação que fôr devida por expropriações, servidões e danos ou prejuizos á propriedade, em resultado da construcção ou exploração das estradas publicas, e as questões sobre dominio, pertencem aos tribunaes civis.

TITULO II

Disposições relativas ás ruas e edificações no interior
das cidades, villas e povoações

CAPITULO IX

Art. 141.º O governador da provincia de Cabo Verde nomeará uma Commissão composta do director das obras publicas, de um vogal proposto pelas corporações municipaes da provincia e do respectivo delegado de saude, a qual será incumbida de organizar um plano geral dos melhoramentos de cada uma das cidades, villas e povoações da provincia, attendendo n'elle ao das ruas, praças, jardins e edificações existentes, e á' construcção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações com as condições de hygiene, decoração, commodo alojamento, e livre transito do publico. Esta Commissão terá ás suas ordens os necessarios empregados technicos.

§ 1.º A Commissão encarregada da organização d'estes planos, logo que tenha concluido qualquer d'elles, envia-o-ha ao governador da provincia com uma memoria descriptiva.

§ 2.º O governador da provincia apresentará ao Conselho technico de obras publicas o plano e memoria para ser approvado, e para serem fixadas e reguladas as condições da sua execução.

§ 3.º O plano e os projectos para a sua execução serão, depois de approvados pelo Conselho technico, communicados á corporação municipal respectiva, a qual poderá no praso de trinta dias reclamar e propôr quaesquer alterações. As reclamações das corporações municipaes, instruidas com o parecer do Conselho technico de obras publicas, e com todos os ma's documentos que lhe forem relativos, serão enviadas ao Governo, o qual, ouvindo a Commissão superior technica de obras publicas do ultramar, resolverá definitivamente e sem recurso.

Art. 142.º Nos projectos que se fizerem para execução dos planos ordenados pelo artigo antecedente, além das indispensaveis condições de luz, ventilação e abastecimento de aguas, attender-se-ha ao seguinte:

1.º Ao melhor systema de deposito, desinfeção, exgotto, despejo ou remoção de liquidos e solidos;

2.º Á drenagem do solo, quando fôr paludoso ou carregado de substancias organicas;

3.º Ao systema de exgotto geral, encanamentos de aguas e tubagens de illuminação;

4.º Á largura das novas ruas, que não deve ser inferior a 15 metros, nem a sua declividade inferior a 7 por cento;

5.º Aos encanamentos interiores que conduzam aos canos de exgotto as aguas dos telhados;

6.º Ao chanfrado dos angulos ou esquinas;

7.º A' altura das edificações determinada pela largura das ruas e segundo regras geraes elaboradas pela Commissão a que se refere o artigo antecedente.

Art. 143.º São declaradas de utilidade publica e urgente todas as expropriações necessarias para inteira execução dos planos ordenados pelos artigos antecedentes, observando-se no processo d'estas expropriações as leis em vigor.

Art. 144.º Logo que sejam approvados os planos de edificações e melhoramentos, nos termos dos artigos antecedentes, ás condições d'esses planos ficam sujeitas as novas edificações, as reedificações, abertura de ruas, praças e jardins.

§ unico. Depois de feito e approvado qualquer d'esses planos, o Governo da provincia, ouvido o Conselho technico de obras publicas, poderá approvar, por partes, os projectos definitivos para a sua execução.

Art. 145.º O governador da provincia, ouvidas as corporações municipaes e a Junta de saude da provincia, regulará o modo de fiscalisar a execução dos preceitos de hygiene no interior dos edificios publicos ou particulares.

Art. 146.º Todos os proprietarios que depois de approvado o plano de melhoramentos pretendam construir edificios novos, ou reconstruir os antigos que por qualquer causa ou motivo foram demolidos, ficam obrigados a observar as disposições d'este decreto e do regulamento a que se refere o artigo antecedente.

Art. 147.º É prohibido accrescentar novos andares nas edificações existentes ou sobre ellas fazer qualquer outra construcção, quando d'esse facto resulte ficar o edificio com altura superior á que fôr fixada nas regras a que se refere o n.º 7.º do artigo 142.º

Art. 148.º Os proprietarios que pretenderem edificar, reedificar, ou de qualquer modo alterar as suas edificações são obrigados a submeter á approvação do director das obras publicas, ou de quem o represente, o respectivo projecto.

§ 1.º Não se comprehendem n'este artigo os simples concertos e reparos para conservação dos predios.

§ 2.º Da decisão do director das obras publicas sobre os projectos que, em virtude d'este artigo, lhe foram submittidos podem os interessados interpôr recurso para o governador da provincia.

Art. 149.º A Direcção das obras publicas compete fixar os alinhamentos e dar as cotas de nivel necessarias para a construcção de novos predios ou para a reconstrucção dos actuaes.

Art. 150.º Quando na fixação do alinhamento para a reconstrucção dos predios actuaes os proprietarios forem obrigados a recuar, serão indemnizados do terreno que perderem, e esta indemnisação será liquidada nos termos das leis de expropriação por utilidade publica.

§ 1.º Se, pelo contrario, em resultado do alinhamento dado, os proprietarios forem obrigados a avançar sobre a via publica a sua construcção, devem pagar o terreno que adquirirem nos termos d'este artigo.

§ 2.º As corporações municipaes da provincia pertence pagar e receber as indemnisações a que se refere este artigo e seu § 1.º; e são ellas partes legitimas nos ajustes amigaveis ou nos processos judiciaes permittidos e ordenados nas leis de expropriação por utilidade publica.

Art. 151.º Os proprietarios de terrenos que confinem com as vias publicas existentes são obrigados a construir edificações n'esses terrenos, segundo os projectos que forem approvados, devendo começar as obras no praso de dois annos, a contar da intimação que para esse fim lhes deve ser feita pela corporação municipal respectiva.

§ 1.º Se os proprietarios, no caso d'este artigo, não começarem as obras no praso fixado, ou responderem á intimação declarando que não podem ou não querem edificar, serão os terrenos avaliados por ajuste amigavel ou processo judicial, nos termos das leis geraes de expropriação, e vendidos em hasta publica a quem por elles mais dêr e se obrigar a começar a construcção no praso de um anno, a contar da data da arrematação. O preço da arrematação, qualquer que seja, será entregue ao expropriado.

§ 2.º Se o arrematante dentro do anno não começar a construir, ou, começando, se não continuar por modo que n'um praso razoavel possa concluir, proceder-se ha contra elle nos termos do § 1.º. E assim successivamente a respeito dos outros arrematantes.

§ 3.º Se em qualquer das vendas em hasta publica não comparecer licitante que arremate, a corporação municipal pagará o preço em que o terreno tiver sido avaliado, e mandará construir por sua conta, vendendo depois em hasta publica o predio feito.

§ 4.º Proceder-se ha na forma d'este artigo e seus paragraphos contra os proprietarios de construcções começadas e suspensas. N'este caso, depois da vistoria, a corporação municipal fixará o praso que fôr razoavel para a conclusão das obras.

§ 5.º Para os effeitos d'este artigo são considerados edificações os jardins vedados do lado da rua por muros ou gradeamentos apropriados.

Art. 152.º Todos os proprietarios de edificações que ameacem ruina são obrigados a demolil-as no praso fixado pela corporação municipal respectiva. Se os proprietarios não obedecerem á intimação que para esse fim lhes deve ser feita pelos empregados da Camara, ordenará esta que, sem mais aviso nem processo, aquellas edificações sejam demolidas á custa dos proprietarios, requisitando á Direcção das obras publicas um empregado tecnico para dirigir o trabalho da demolição.

§ 1.º Para ordenar a intimação de demolição no caso d'este artigo se deve previamente proceder a vistoria, á qual assistirá sempre o director das obras publicas ou quem o represente.

§ 2.º Das decisões das corporações municipaes, tomadas em virtude d'este artigo, haverá recurso para o governador da provincia, que o resolverá definitivamente, ouvido o Conselho tecnico de obras publicas.

Art. 153.º É prohibido a todos os proprietarios que construam novas edificações ou

reconstruam as antigas, por qualquer causa e motivo demolidas, alterar, e por qualquer forma modificar o projecto approved, sahir do alinhamento ou não guardar as cotas de nivel. Se assim o fizerem, contra elles se procederá pelo modo prescripto no artigo antecedente.

Art. 154.º Todas as disposições d'este titulo são applicaveis a quaesquer sociedades, companhias, empresas ou associações e instituições de qualquer denominação e natureza que pretendam edificar ou reedificar, ou possuam ou venham a possuir quaesquer edificações ou terrenos, confinando com as vias publicas existentes ou com as que de futuro se abrirem.

Art. 155.º As disposições d'este titulo não-revogam nem alteram as attribuições que, pelo Codigo administrativo, leis e regulamentos de administração publica pertençam ás Camaras municipaes, excepto na parte em que se oppuzerem aos artigos antecedentes.

Art. 156.º Os proprietarios que deixarem de cumprir alguma das obrigações designadas n'este titulo incorrerão na multa de 20\$000 réis a 200\$000 réis, imposta no Juizo correccional.

Art. 157.º As despesas feitas com as demolições a que se refere o artigo 152.º serão cobradas administrativamente pelo processo das contribuições publicas, servindo-lhe de base a conta formulada pelas corporações municipaes.

Art. 158.º O producto das multas em que os proprietarios forem condemnados pertence aos cofres municipaes.

Art. 159.º Os processos para approvação de projectos de edificações, para dar alinhamentos e cotas de nivel e para concessão de licenças de quaesquer edificações, serão gratuitos.

Art. 160.º O governador da provincia de Cabo Verde submeterá á approvação do Governo um regulamento especial contendo todas as providencias indispensaveis á execução d'este titulo e estabelecendo a fiscalisação que deve ser exercida pelos empregados das corporações municipaes e pelos da Direcção das obras publicas.

Paço, em 4 de fevereiro de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diario do Governo n.º 37).

Tendo-se reconhecido haverem cessado as circumstancias que determinaram, com a elevação da equivalencia da moeda, o augmento do preço das franquias das correspondencias expedidas do ultramar para os paizes estrangeiros;

Convindo auxiliar o desenvolvimento das relações postaes entre as provincias ultramarinas e os outros paizes:

Hei por bem decretar que, a começar no 1.º de julho do corrente anno, a franquia das correspondencias expedidas das provincias ultramarinas com destino aos paizes estrangeiros e respectivas colonias, possessões ou protectorados, com excepção d'aquelles para onde a franquia é actualmente mais reduzida, seja fixada pela forma que segue:

**Em Cabo Verde, Guiné, S. Thomé e Príncipe,
Angola e Moçambique**

Cartas, cada 15 grammas ou fracção de 15 grammas	50	réis
Cartões postaes	50	"
Bilhetes postaes simples	20	"
Bilhetes postaes de resposta paga	40	"
Jornaes, cada 50 grammas ou fracção de 50 grammas	10	"
Impressos, cada 50 grammas ou fracção de 50 grammas	10	"
Amstras:		
Até 100 grammas	20	"
Cada 50 grammas além dos 100	10	"
Manuscriptos:		
Até 250 grammas	50	"
Cada 50 grammas além dos 250	10	"
Premio de registo	50	"
Avisos de recepção, cada um	50	"

No Estado da India

Cartas, cada 15 grammas ou fracção de 15 grammas.....	2 tangas
Cartões postaes	2 »
Bilhetes postaes simples	10 réis
Bilhetes postaes de resposta paga	20 »
Jornaes, cada 50 grammas ou fracção de 50 grammas	5 »
Impressos, cada 50 grammas ou fracção de 50 grammas	5 »
Amstras :	
Até 100 grammas	10 »
Cada 50 grammas além dos 100	5 »
Manuscriptos :	
Até 250 grammas	2 tangas
Cada 50 grammas além dos 250	5 réis
Premio de registo	2 tangas
Avisos de recepção, cada um	2 »

Em Macau e Timor

Cartas, cada 15 grammas ou fracção de 15 grammas	10 avos
Cartões postaes	10 »
Bilhetes postaes simples	4 »
Bilhetes postaes de resposta paga	8 »
Jornaes, cada 50 grammas ou fracção de 50 grammas	2 »
Impressos, cada 50 grammas ou fracção de 50 grammas	2 »
Amstras :	
Até 100 grammas	4 »
Cada 50 grammas além dos 100	2 »
Manuscriptos :	
Até 250 grammas	10 »
Cada 50 grammas além dos 250	2 »
Premio de registo	10 »
Avisos de recepção, cada um	10 »

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 4 de fevereiro de 1905. = REI = *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 37).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 9:231, em que é recorrente José Teixeira Sampaio de Albuquerque, e recorrido o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar :

Mostra-se que o presente recurso vem da Portaria expedida pelo Ministerio da marinha e ultramar, em data de 30 de novembro de 1892, que confirmou uma outra do governador geral da provincia de Moçambique, em que se applicava ao recorrente o castigo de inactividade temporaria por espaço de um anno ;

O que visto e o parecer do Ministerio publico :

Considerando que o objecto do recurso é da competencia do Conselho superior de disciplina do ultramar, conforme o § 1.º do art. 173.º do decreto de 14 de novembro de 1901 :

Hei por bem, conformando me com a mesma consulta, rejeitar o mesmo recurso por incompetencia do tribunal.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 4 de fevereiro de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 36.)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em additamento á circular d'esta Inspeccão geral, n.º 503, de 21 de setembro de 1904, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de solicitar de v. ex.^a se digne ordenar ao inspector de fazenda que, a contar do dia 20 do corrente mez e em igual dia dos mezes seguintes, passa o texto do telegramma a que se refere aquella circular a ser concebido nos seguintes termos:

«Existencia nas recebedorias em 1 do corrente mez ...§.... pertencendo a deposito....§.... Existencia na thesouraria na mesma data ...§.... pertencendo a deposito ...§.... Deve o Estado aos mesmos depositos_____» bastando, portanto, que o telegramma a expedir pelo mesmo inspector n'esses dias mencione apenas, por ordem dos intervallos que se notam, os algarismos com que devam ser preenchidos segundo as existencias, os quaes representarão apenas numeros redondos de contos de réis, desprezando se as suas fracções; não havendo quantia alguma a indicar será inscripto um zero. Nas cifras a inscrever deve excluir-se a importancia dos valores postaes sellados, que existam em deposito tanto nas recebedorias como na thesouraria. — Deus guarde v. ex.^a — Inspeccão geral de fazenda do ultramar, em 4 de fevereiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O inspector geral, *José Navarro de Andrade*,

(Boletim official d'Angola n.º 10.)

Lisboa, 6 de fevereiro de 1905.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tendo a Companhia do caminho de ferro de Benguella, em officio n.º 26, de 24 de outubro do anno findo, pedido que lhe fôsse concedida uma faixa, com a largura uniforme de 100 metros, de terrenos do Estado necessarios para a construcção da linha, tenho a honra de comunicar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que, em virtude do despacho de s. ex.^a o Ministro, de 3 de fevereiro corrente, se officiou na mesma data á Companhia nos termos seguintes: Sob o exclusivo ponto de vista da exploração da linha, a faixa de terrenos a usar e expropriar para o caminho de ferro do Lobito á fronteira léste da provincia de Angola não deve ser fixada *à priori*, mas sim deduzida dos projectos approvados, nos termos do n.º 11 do artigo 4.º do contracto de 28 de novembro de 1902.

No que respeita, porém, ao uso dos terrenos para a construcção da linha, poderá a Companhia do caminho de ferro de Benguella, provisoriamente e só para o fim exclusivo da construcção da mesma linha, fazer uso da faixa com a largura de cem metros de terrenos do Estado, ficando bem entendido que essa Companhia nunca poderá allegar qualquer direito á faixa cujo uso agora se lhe concede, e que, á medida que se fôr concluindo a construcção, reverterão successivamente para o Estado as parcelas de terreno d'aquella faixa que excederam a que fôr definitivamente fixada em presença dos perfis transversaes dos projectos approvados pelo Governo.

Deus guarde a v. ex.^a — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Angola. — O engenheiro-director, *Manuel da Terra Pereira Vianna*,

(Boletim official d'Angola n.º 10.)

Suscitando-se duvidas sobre se os administradores das 4.^a e 5.^a circumscripções das Terras da Corôa, no districto de Lourenço Marques, estão comprehendidos na designação generica de funcionarios, a que se refere o art. 1.º do decreto de 28 de dezembro de 1903; manda Sua Majestade El-Rei declarar, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, que os referidos administradores são incluidos na alludida designação. O que se communica ao governador geral da provincia de Moçambique para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 6 de fevereiro de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 37.)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de participar a v. ex.^a que, por seu despacho de hoje, permittiu que a firma Gomes Menéres & C.^a, Limitada, entrasse no Banco de Portugal com a quantia de 10\$000 réis, como avença do imposto do sello por um calendario-annuncio da mesma firma, que assim fica auctorizada a distribuir n'essa provincia. A referida importancia deu hoje entrada no deposito do ultramar no Banco de Portugal.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, em 6 de fevereiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official d'Angola n.º 18).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Respondendo ao officio de 20 d'agosto ultimo, no qual v. ex.^a faz diversas considerações tendentes a mostrar a necessidade de serem os commandantes militares auctorisados a fazer o registo civil, incumbe-me o ex.^{mo} Ministro da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que não é precisa tal auctorisação.

Dispondo o decreto de 30 de dezembro de 1897, na alinea a) do artigo 14.º, que os commandantes militares exerçam as funções de administradores do concelho em Timor, e sendo o administrador do concelho o official do registo, conforme prescreve o artigo 4.º do regulamento do registo civil para Macau e Timor, approvado por decreto de 15 de junho de 1887, aquelles commandantes hão de fazer o registo sem necessidade de providencia nova. — Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 17 de fevereiro de 1905 — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Governador do districto autonomo de Timor. — O Director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Timor n.º 18)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Respondendo ao officio d'esse Governo, de 15 de dezembro ultimo, no qual se pedem esclarecimentos sobre quem ha-de substituir o conservador do registo predial no caso de qualquer impedimento do delegado da respectiva comarca, visto que o artigo 2.º do decreto de 19 de junho de 1901 só prevê a hypothese de o delegado estar em correição, incumbe-me o ex.^{mo} Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a o seguinte:

Nos termos do artigo 45.º do regimento de justiça de 20 de fevereiro de 1894, applicavel a essa provincia por virtude do disposto no artigo 18.º de identico regimento approvado em decreto de 23 de dezembro de 1897, os conservadores são substituidos, nas suas faltas ou impedimentos, pelo respectivo delegado.

Dispõe o artigo 8.º d'este ultimo regimento de justiça que o delegado, nas suas faltas ou impedimentos, é substituido por pessoa idonea nomeada pelo governador, e, como o substituto nomeado por esta forma exerce todas as attribuições que por lei competem ao delegado substituido, e nos mesmos termos, é evidente que, estando o delegado impedido, seja qual fôr o motivo, o seu substituto, ou, na sua falta e impedimento, a pessoa idonea que o governador nomear conforme o artigo 9.º do citado regimento de 23 de dezembro de 1897, substituirá o conservador.

O artigo 2.º do decreto de 19 de junho de 1901 não é, pois, senão uma consequencia legal das disposições que ficam indicadas, applicada á hypothese da correição.

Não se dando, porém, o delegado como impedido, caso succedeu e motivou a hesitação d'esse Governo communicada no officio, não pode o governador ordenar que o substituto d'elle funcione como substituto do conservador; mas, se houver prejuizo de serviço, pode o delegado ser punido. — Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 17 de fevereiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, em satisfação ao seu officio, n.º 234 de 29 de dezembro ultimo, que, tomando em consideração o exposto por v. ex.^a no mencionado officio, resolveu por seu despacho de 15 do corrente mez:

1.º Que da futura tabella orçamental seja eliminada a verba destinada á guarda fiscal na importancia de 14:972\$000 réis, sendo esta extincta em artigo do respectivo decreto;

2.º Que seja dispensada a Camara municipal do pagamento da prestação de 4:000\$000 réis para despesas da policia, eliminando-se igualmente essa verba do futuro orçamento da receita;

3.º Que por conta da verba inscripta no artigo 29.º da tabella de despesa do exercicio corrente para despesas da guarda fiscal v. ex.^a mande entregar á Camara municipal de S. Thomé a quantia de 4:000\$000 réis exclusivamente destinada a despesas de hygiene no corrente anno economico, e á da ilha do Principe a quantia do 1:000\$000 réis com identica applicação;

4.º Que nas futuras tabellas de despesa e até ulterior resolução se consignem eguaes subsidios.

O mesmo ex.^{mo} sr. me incumbe mais de solicitar de v. ex.^a as providencias necessarias para que semelhantes subsidios tenham exclusivamente a applicação a que são destinados, attendendo-se nos respectivos orçamentos aos melhoramentos que haja a effectuar, segundo a sua mais reconhecida necessidade. — Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, 18 de fevereiro de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador da provincia de S. Thomé e Principe. — O inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official de S. Thomé n.º 11)

Estando concluida a cunhagem das 300:000 rupias destinadas á circulação do Estado da India, auctorizada por decreto de 31 de dezembro de 1902, e sendo urgente, para restabelecimento da normalidade do regimen monetario e fiduciario d'aquelle dominio, dar completa execução ao decreto de 22 de dezembro de 1895 que auctorizou o Governo a remodelar o regimen monetario e fiduciario das provincias ultramarinas; hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Logo que o cofre geral do Estado da India receber as 250:000 rupias de prata, que constituem o resto da emissão, auctorizada pelo decreto de 31 de dezembro de 1902, e 25:000 recunhadas com as do antigo cunho retiradas da circulação, mandará o governador geral proceder á troca das notas de Fazenda em circulação no mesmo Estado, em harmonia com as instrucções que serão transmitidas pela Inspecção geral de fazenda do ultramar.

§ 1.º O praso para a troca das notas de Fazenda pela nova moeda de prata, a que se refere este artigo, terminará em 30 de setembro de 1905, podendo o governador geral prorogar o até 31 de dezembro seguinte se assim fôr julgado indispensavel.

§ 2.º Findo o praso a que se refere o parographo antecedente, cessará e fica prohibida, para todos os effeitos, a circulação das notas de Fazenda do Estado da India.

§ 3.º A' maneira que forem sendo trocadas por moeda as notas de Fazenda, serão ellas cancelladas, procedendo-se depois á sua inutilisação na presença dos clavicularios do cofre geral, do que se lavrará o competente auto com especificação dos respectivos numeros e valores, enviando-se copia á Inspecção geral de fazenda do ultramar.

Art. 2.º As rupias de prata do antigo cunho, que existam nos cofres do Estado da India e que se achem cerceadas, e, por isso, retiradas da circulação, serão remetidas ao Ministerio da marinha e ultramar, a fim de serem recunhadas e reforçarem a disponibilidade de moeda para completar a troca das notas de Fazenda, mandadas retirar da circulação pelo presente decreto.

Art. 3.º Fica expressamente prohibida, não sómente no Estado da India, mas tambem em todos os territorios ultramarinos, qualquer nova emissão de notas de Fazenda, sem prévia auctorisação do Governo da metropole, concedida em diploma régio, sob proposta fundamentada dos respectivos governadores.

Art. 4.º Dentro do prazo estabelecido no artigo 1.º do presente decreto, sem faculdade de prorrogação, o governador geral da provincia de Moçambique mandará proceder á troca das notas de fazenda ainda existentes na provincia, seguindo-se a sua inutilisação nos termos do § 3.º do mesmo artigo, cessando para todos os effeitos o seu curso legal em 30 de setembro de 1905.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro o secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 18 de fevereiro de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 43)

Ill.º e ex.º sr. — Encarrega-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.ª que, por despacho de 21 do corrente mez, foi determinado que as encommendas postaes originarias da metropole e ilhas adjacentes, expedidas pelo correio de Lisboa com destino a essa provincia, sejam, para os effeitos de contagem de direitos ou outros impostos, sempre consideradas como nationaes qualquer que seja a nacionalidade do navio que as transporte.

Esta providencia foi tomada em virtude de umas considerações expendidas pela Direcção dos correios d'essa provincia sobre as encommendas postaes procedentes do continente do reino e ilhas adjacentes serem, no acto da respectiva verificação aduaneira, consideradas como estrangeiras quando conduzidas pelos paquetes inglezes da companhia «Pacific Steam Navigation». — Deus guarde a v. ex.ª — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 22 de fevereiro de 1905. — Ill.º e ex.º sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 10)

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:428, em que é recorrente Caetano Francisco Xavier Gracias e recorrido o governador geral do Estado da India portugueza, e de que foi relator o Conselheiro, vogal effectivo, Antonio Telles Pereira de Vasconcellos Pimentel:

Mostra-se que o recorrente foi demittido do logar de delegado de saude no concelho de Praganã-Nagar-Avely por Portaria, n.º 41, de 29 de janeiro de 1901;

Mostra-se que a referida Portaria tomou como fundamento para a demissão do recorrente o não ter este satisfeito pela ambulancia a seu cargo, com a promptidão que o caso requeria, uma receita do medico da canhoneira *Bingo*, para acudir ao commandante, victima de um desastre, faltando aos deveres profissionais;

Mostra-se que o recorrente, logo que chegou ao seu conhecimento a referida Portaria que o demittiu, requereu ao recorrido a revogação da Portaria, allegando que as informações dadas contra elle não são exactas, pois que, recebendo uma receita que demandava agua destillada ou filtrada, que não tinha por lhe não ter sido pelas Estações competentes fornecido um filtro, apesar de requisitado, devolvera a receita, e que, voltando para ser aviada com agua potavel, foi immediatamente satisfeita, e tudo levaria cinco minutos;

Mostra-se que o requerimento do recorrente foi indeferido, e d'este despacho e da Portaria, o recurso;

Mostra-se que o recorrente não foi ouvido sobre o procedimento de que foi accusado;

Mostra-se que o processo seguiu seus termos regulares;

O que tudo visto e ponderado e a resposta do Ministerio publico;

Considerando que não foi cumprido o disposto no artigo 43.º do decreto de 24 de dezembro de 1885, que, se manda ouvir o funcionario antes de ser suspenso, com maioria de razão elle deveria ser ouvido antes de ser demittido, circumstancia esta que annulla a Portaria de que se recorreu:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, dar provimento no recurso, e revogar a Portaria e despacho de que se recorreu, para todos os efeitos.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de fevereiro de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 52).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 11:967, em que é recorrente Albano de Mendonça, e recorridos o Conselho de provincia de Moçambique e a Comissão municipal de Lourenço Marques, e de que foi relator o Conselheiro, vogal effectivo, Eduardo José Segurado:

Mostra-se que o presente recurso vem do accordão do Conselho de provincia de Moçambique, proferido em 3 de junho de 1903, pelo qual foi o recorrente desatendido no seu recurso contra as deliberações da Comissão municipal do concelho de Lourenço Marques, pelas quaes foi suspenso por quinze dias em 23 de janeiro de 1901, e demittido em 14 de agosto do mesmo anno do logar de amanuense da Secretaria da Camara municipal d'aquelle concelho, sendo esta demissão confirmada por accordão do Conselho administrativo em 7 de outubro do mesmo anno;

Mostra-se que a suspensão que o recorrente soffreu foi-lhe dada com o fundamento de ter faltado quatro dias á Repartição, e que fôra demittido por mau procedimento no exercicio das suas funcções, desprezando o serviço e desrespeitando a lei e os seus superiores, segundo informou o presidente da referida Comissão quando pediu ao Conselho administrativo que confirmasse a exoneração dada ao recorrente pela citada deliberação de 14 de agosto;

Mostra-se que na sessão da Comissão municipal em que resolveu demittir o recorrente não se discutiu nem se falou do modo como elle desempenhava os deveres do seu cargo; apenas se tomou como motivo da sua exoneração o facto de elle fazer parte da firma Mendonça & C.^a, motivo esse que o Conselho administrativo desprezou, fazendo obra, porém, pelas accusações que o presidente, sem auctorisação da Comissão municipal, expôz ao Conselho contra o recorrente;

Mostra-se que o recorrente allega e prova não ter sido ouvido sobre a sua suspensão, nem sobre os motivos que determinaram a sua demissão;

Mostra-se que, desde fl. 24 a fl. 68, existem documentos, juntos pelo recorrente, que provam a sua capacidade e zelo pelos serviços que têm estado a seu cargo como empregado da alludida Camara, tendo sido por vezes gratificado pelo bem que desempenhou esses serviços, e que nunca soffreu qualquer castigo ou reprehensão, tudo anteriormente á suspensão de que recorre;

Mostra-se que o Conselho recorrido sustenta o seu accordão com a informação a fl. 135, em que se apontam algumas faltas praticadas pelo recorrente, que podem merecer castigo, mas nunca o de demissão, attendendo a que anteriormente á suspensão procedera sempre de forma que nunca mereceu castigo, mas gratificações pelo seu bom procedimento, e também se deve attender á má vontade que parece ter havido contra elle nas accusações que lhe foram feitas:

O que visto e a resposta do Ministerio publico;

Considerando que se acha consignado no Código administrativo o salutar principio de eterna justiça: «ninguém p. de ser condemnado sem ser ouvido»;

Considerando que os autos provam sem contestação que o recorrente não foi ouvido sobre os motivos da sua suspensão, nem sobre os que realmente determinaram a sua demissão do logar de amanuense que exercia na Secretaria da Camara municipal do concelho de Lourenço Marques;

Considerando que, ainda quando se provasse que o recorrente praticava alguma das faltas de que é arguido, não lhe podia ser applicavel a pena de demissão, em vista do seu bom procedimento anterior, que consta do processo:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, conceder provimento no recurso, revogando o accordão recorrido para os devidos efeitos.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de fevereiro de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior*.

Processo de recurso n.º 96, de 1904, em que é recorrente a Nova Companhia de navegação do Quanza e recorrida a Fazenda nacional. Relator o ex.^{mo} sr. Conselheiro João José da Silva.

Sendô-me presente a consulta da Junta consultiva do ultramar ácerca do recurso n.º 96, de 1904, em que é recorrente a Nova Companhia de navegação do Quanza e recorrida a Fazenda nacional:

Mostra-se que a Nova Companhia de navegação do Quanza, com séde em Loanda, recorreu extraordinariamente para a Junta consultiva do ultramar do accordão do Conselho de provincia de Angola, a fl. 16 v., que, por motivo de infracção da lei do sêllo, deixou de conhecer do recurso para elle interposto de uma decisão da Junta fiscal das matrizes, sobre materia de contribuição industrial, em que era reclamante a mesma companhia;

Em vista do disposto no artigo 13.º do regulamento da contribuição industrial da provincia de Angola de 5 de novembro de 1885 com referencia ao artigo 46.º do regulamento da contribuição predial da mesma data, é admissivel este recurso extraordinario, por se allegar que não havia fundamento para a companhia recorrente ser collectada em contribuição industrial no anno economico de 1901-1902, sendo a Junta consultiva do ultramar competente para conhecer de tal recurso, em conformidade com o disposto no artigo 3.º do decreto de 21 de julho de 1898;

Mostra-se tambem de fl. 7 que a companhia recorrente foi collectada em 500\$000 réis de contribuição industrial pelo exercicio da sua industria no anno económico de 1901-1902, não obstante a mesma companhia ter opportunamente declarado que n'aquelle anno não auferira lucros alguns, mas tivera avultados prejuizos na importancia total de réis 8:055\$007, como se vê de fl. 6;

Mostra-se mais de fl. 2 e 11 que a companhia reclamou contra a collecta perante a Junta fiscal das matrizes, mas foi por ella desattendida com o fundamento de que a copia do balanço de ganhos e perdas não estava devidamente legal, isto é, não provava o que se pretendia:

Mostra-se finalmente de fl. 15 v. que o Conselho de provincia não tomou conhecimento do recurso para elle interposto, com o fundamento de que o termo de reconhecimento de fl. 9 v., em que o tabellião certificava que a conta corrente de fl. 9 estava conforme com a interpretação do diario, não tinha o sêllo de 100 réis devido pela certidão:

Attendendo a que existiu a arguida infracção da lei do sêllo, que serviu de fundamento ao accordão do Conselho de provincia para não conhecer do recurso, é, comtudo, certo que o denominado termo de reconhecimento de fl. 9 v. foi devidamente revalidado, como se exigia, pelo pagamento da multa respectiva, como se mostra a fl. 16;

Attendendo a que do documento de fl. 50 se mostra indubitavelmente que a Nova Companhia de navegação do Quanza não realizou lucros alguns liquidos no anno economico de 1901-1902, mas soffreu préjuizo na importancia de 7:817\$430 réis, como consta da sua escripturação, que se acha competentemente arrumada e sellada na conformidade da lei;

Attendendo a que a matriz collectavel da contribuição industrial é o rendimento liquido resultante do exercicio de qualquer profissão, officio, arte ou industria, como se declara expressamente no artigo 1.º do citado regulamento de 5 de novembro de 1885;

Attendendo a que a companhia, recorrendo, não realizou lucros liquidos pelo exercicio da sua industria no anno economico de 1901-1902:

Hei por bem, conformando me com a mencionada consulta, conceder provimento ao recurso, para que seja annullada a collecta que é objecto do mesmo e se restitua á recorrente a importancia que tiver pago, sem custas.

O Ministro e secretario d'Estado de negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de fevereiro de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior.*

MARÇO

Por ordem superior se publicam, para os devidos effeitos, os seguintes documentos :

I

Do sr. José Batalha de Freitas, encarregado de negocios de Portugal em Tokio, ao sr. Komura Jutaro, ministro dos negocios estrangeiros do Japão.

Tokio, le 24 septembre 1901. — Monsieur le ministre. — Ayant demandé des instructions à Lisbonne, je suis autorisé à notifier à votre excellence que le gouvernement portugais interprète l'article xv du traité de 1897 conclu à Lisbonne, dans ce sens que, à titre de reciprocité, les consuls de l'Empire Japonais dans les États et possessions du Portugal auront le droit d'y exercer toutes les fonctions et d'y jouir de tous les privilèges, exemptions et immunités accordés aux consuls de la nation la plus favorisée, même en vertu de conventions consulaires spéciales.

J'ose esperer qu'en présence de cette déclaration votre excellence voudra bien donner également à l'article xv l'interprétation assurant aux consuls de Portugal au Japon l'exercice de toutes les fonctions, privilèges, exemptions et immunités accordés aux consuls de la nation la plus favorisée, même par des conventions consulaires spéciales.

Veillez agréer, etc., etc. — *J. B. de Freitas.*

Traducção

Tokio, 24 de setembro de 1901. — Sr. Ministro. — Tendo pedido de Lisboa instruções, estou autorizado a notificar a v. ex.^a que o Governo portuguez interpreta o artigo xv do Tratado de 1897, concluido em Lisboa, no sentido de que, a titulo de reciprocidade, os consules do Imperio japonex nos Estados e possessões de Portugal terão o direito de ali exercer todas as funcções e gosar de todos os privilegios, isenções e immunidades concedidos aos consules da nação mais favorecida, mesmo em virtude de convenções consulares espeziaes.

Ouso esperar que em presença d'esta declaração v. ex.^a se servirá dar igualmente ao artigo xv a interpretação assegurando aos consules de Portugal no Japão o exercicio de todas as funcções, privilegios, isenções e immunidades concedidos aos consules da nação mais favorecida, mesmo por convenções consulares espeziaes.

Acceitae, etc., etc. — *J. B. de Freitas.*

II

Do sr. Komura Jutaro, Ministro dos negocios estrangeiros do Japão, ao sr. José Batalha de Freitas, encarregado de negocios de Portugal em Tokio.

Traduction. — Tokio, le 27 septembre de 1901. — Monsieur le Chargé d'Affaires. — J'ai l'honneur de vous accuser reception de votre lettre en date du 24 courant, par laquelle vous avez bien voulu me faire savoir qu'ayant demandé au gouvernement portugais les instructions relatives à l'interprétation de l'article xv du Traité conclu le 26 janvier 1897 entre le Japon et le Portugal, vous êtes autorisé à me notifier que votre gouvernement interprète le dit article en ce sens que, à titre de reciprocité, les consuls de l'Empire du Japon dans les États et possessions du Portugal auront le droit d'y exercer toutes les fonctions et d'y jouir de tous les privilèges, exemptions et immunités accordés aux consuls de la nation la plus favorisée, même en vertu de conventions consulaires spéciales.

Je m'empresse de vous faire connaître qu'en présence de cette déclaration du gouvernement Portugais, le gouvernement Impérial interprète le dit article de la même manière, et les consuls du Royaume Portugais dans l'Empire du Japon auront, à titre de reciprocité, le droit d'y exercer toutes les fonctions et d'y jouir de tous les privilèges, exemptions et immunités accordés aux consuls de la nation la plus favorisée, même en vertu de conventions consulaires spéciales.

Veillez agréer, etc., etc. — *Komura Jutaro.*

Tradução

Tradução.—Tokio, 27 de setembro de 1901.—Sr. encarregado de negocios.—Tenho a honra de accusar-vos a recepção da vossa carta, datada de 24 do corrente, pela qual me participaes que, tendo pedido ao Governo portuguez instrucções relativas á interpretação do artigo xv do Tratado concluido em 26 de janeiro de 1897 entre o Japão e Portugal, estaes auctorizado a notificar-me que o vosso Governo interpreta o dito artigo no sentido de que, a titulo de reciprocidade, os consules do Imperio do Japão nos Estados e possessões de Portugal terão o direito de ali exercer todas as funcções e gosar de todos os privilegios, isenções e immunidades concedidos aos consules da nação mais favorecida, mesmo em virtude de convenções consulares especiaes.

Apresso-me a communicar-vos que, em presença d'esta declaração do Governo portuguez, o Governo Imperial interpreta o dito artigo da mesma maneira, e os consules do reino de Portugal no Imperio do Japão terão, a titulo de reciprocidade, o direito de aqui exercer todas as funcções e gosar de todos os privilegios, isenções e immunidades concedidos aos consules da nação mais favorecida, mesmo em virtude de convenções consulares especiaes.

Acceitae, etc., etc.—*Komura Jutaro.*

Direcção geral dos negocios commerciaes e consulares, 1 de março de 1905.—*Eduardo Montufar Barreiros.*

(*Diario do Governo* n.º 50)

III.^{mo} e ex.^{mo} sr.—S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, tendo em vista as respostas dadas pelos Governos provinciaes ao officio d'esta Secretaria d'Estado de 31 de agosto ultimo, relativo a differentes disposições facultativas do regulamento de Londres, e considerando de toda a conveniencia tornar uniforme no ultramar o modo de proceder em relação a cada uma d'ellas, no momento em que qualquer razão ponderosa a isso se não opponha, encarrega-me de communicar a v. ex.^a se digne providenciar para que nas redes telegraphicas da provincia a seu digno cargo se observem as prescripções seguintes, a que o Governo já se obrigou para com todas as Administrações telegraphicas estrangeiras, por intermédio da Secretaria internacional de Berne:

1.^a (Artigo XII § 3.º e XVI § 3.º do regulamento de Londres). As indicações eventuaes, os telegrammas de serviço e as notas de serviço que acompanham a transmissão dos telegrammas, serão escriptos sempre em francez, salvas as excepções seguintes:

Os telegrammas de serviço permutados entre o Ministerio da marinha e as provincias ultramarinas e vice versa, que são redigidos em portuguez;

As indicações eventuaes, os telegrammas de serviço e as notas de serviço trocadas entre a rede do sul da provincia de Moçambique e as colonias britannicas da Africa do Sul, e entre a rede da Zambesia e as companhias, «British South African» e «African Transcontinental», que são escriptas em inglez.

2.^a (Artigo XIII § 10.º) Os endereços em forma convencional ou abreviada podem ser registados na estação telegraphica da localidade onde reside o destinatario, mediante o pagamento de 45500 réis em cada anno civil. Não serão, porém, acceites para este fim os nomes proprios e os appellidos vulgares ou communs a muitas familias; os nomes ou as palavras já registados na lista dos endereços; e qualquer outra palavra que possa occasionar duvidas sobre a identidade do destinatario.

3.^a (Artigo XIX § 9.º) Cobrar-se-ha do destinatario de telegrammas internacionaes a differença de taxa proveniente da reunião ou alteração de palavras contrarias ao uso da lingua portugueza, seguindo-se todas as demais disposições do mesmo paragrapho.

As taxas a cobrar por cada palavra contada a menos serão as estabelecidas entre o paiz de origem e o de destino.

4.^a (Artigo XXVII § 1.º) As taxas por palavra dos telegrammas internacionaes serão arredondadas, augmentando-as com o numero de réis indispensavel para que terminem em zero ou 5.

5.^a (Artigo XXIX § 3.º) É fixada em 20 réis a taxa dos recibos dos telegrammas entregues nas estações telegraphicas para transmissão, obrigando-se a esse pagamento todos os expedidores que exigirem tal formalidade, qualquer que seja o systema

empregado para se certificar ou accusar a recepção do telegramma ou da sua respectiva taxa.

6.^a (Artigo XLVI § 1.^o) Não se permite que a transmissão dos telegrammas internacionais recebidos seja feita por telephone para o domicilio do destinatario.

7.^a (Artigo LV § 3.^o) Far-se-ha de officio, dentro da mesma rede, a reexpedição de qualquer telegramma internacional recebido, no caso de se não terem recebido instrucções para o conservar em deposito e de no domicilio do destinatario não haver sido dada ordem para o reexpedir, mas apenas indicado o novo endereço do mesmo destinatario.

Serão executadas todas as demais disposições do artigo LV, referentes aos telegrammas a reexpedir por ordem dos destinatarios.

8.^a (Artigo LXV § 6.^o) É adoptado e obrigatorio o emprego dos bilhetes indicados no paragrapho citado para uso dos correspondentes dos jornaes, publicações periodicas ou agencias auctorisadas, e dispensada de qualquer auctorisação especial a admissão dos jornaes e agencias á recepção das correspondencias com tarifas reduzidas.

9.^a (Artigo LXXII §§ 3.^o e 4.^o) É isenta do pagamento de qualquer importancia a apresentação das reclamações para a restituição da taxa de quaesquer telegrammas.

10.^a (Artigo LXXIII § 2.^o) É mantido o uso do recibo de entrega de todos os telegrammas internationaes, qualquer que seja a sua categoria.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 4 de março de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official d'Angola n.º 14)

Attendendo ao que lhe representou a Companhia algodoeira do Congo portuguez, solicitando que sejam transferidas para os terrenos nas margens do rio Lulonvo, no districto do Congo, da provincia de Angola, as concessões feitas nas margens do rio Lulondo, no mesmo districto, a Alfredo Rodrigues Gaspar, Antonio da Silva Gouveia, Augusto Freire de Salter Cid, José Maria de Sousa Horta e Costa, Miguel Maria de Sousa Horta e Costa, Sebastião Maria de Sousa Horta e Costa, respectivamente, pelas Portarias do Governo geral da provincia de Angola, n.º 390, de 27 de outubro de 1898, e n.ºs 103, 104, 105 e 106, de 2 de março, n.º 161 de 20 de março e n.º 211, de 7 de abril de 1900, e confirmadas pelas Portarias régias, n.º 235-AA, de 12 de junho de 1899, n.ºs 320-A, 320-L, 314, 311, 313 e 312, de 21 de junho de 1900, cujos individuos foram depois auctorisados, por Portarias régias de 1900 e de 10 de abril de 1902, a entrar com as suas concessões na constituição da citada companhia que fundamenta o seu pedido no facto, que diz haver averiguado, de serem os terrenos nas margens do rio Lulonvo mais proprios e adequados á cultura intensiva do algodão do que os concedidos pelos citados diplomas: Sua Majestade El-Rei, desejando promover e facilitar a cultura algodoeira na provincia de Angola, ha por bem, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, auctorisar o governador geral d'esta provincia a transferir as referidas concessões para os terrenos disponiveis nas margens do supracitado rio Lulonvo, quanto possivel pelo modo indicado na carta annexa a esta Portaria, e, bem assim, a cancelar quaesquer titulos de posse, porventura, já passados com respeito ás citadas concessões primitivamente feitas, que forem transferidas para o novo local acima designado, devendo as transferencias realisar-se com as mesmas condições e clausulas que foram impostas nas primitivas concessões.

O que se communica ao governador geral da provincia de Angola, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 4 de março de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Boletim official d'Angola n.º 14)

Attendendo á proposta da Junta de saude da provincia de Moçambique para ser modificada a tabella dos honorarios medico-cirurgicos em vigor n'aquella provincia,

approvada por decreto de 25 de novembro de 1874, e tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar; hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os honorarios medicos dos facultativos do quadro de saude da provincia de Moçambique são os que constam da tabella annexa a este decreto e que d'elle faz parte integrante.

§ unico. Não se comprehende nos honorarios a importancia da despesa que, por motivo das visitas aos doentes e das conferencias, os facultativos tiverem de fazer com transportes para bordo dos navios ou para fóra das povoações. Taes despesas ficam a cargo dos doentes.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 9 de março de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior.*

Tabella a que se refere o artigo 1.º do decreto d'esta data

Designação dos serviços		Honorarios	
		Mínimo	Máximo
1	Por cada visita:		
	Durante o dia....	-5-	25000
	Durante a noite.....	-5-	35000
2	Por cada visita de diferentes doentes pertencentes á mesma familia, na mesma casa e na mesma occasião:		
	Os honorarios indicados no n.º 1 para o primeiro doente.		
	De cada um dos outros.....	-5-	15000
3	Por cada consulta verbal em casa do medico:		
	Durante o dia.....	-5-	15000
	Durante a noite.....	-5-	15500
4	Por cada consulta por escripto.....	25500	55000
5	Por uma conferencia, a cada um dos facultativos.....	55000	205000
6	Por cada operação de pequena cirurgia, exceptuando applicações de grandesapparelhos.....	55000	205000
7	Pela applicação de grandes apparelhos.....	205000	605000
8	Por cada operação sobre a pelle (incisões, suturas, anaplastias tegumentares, etc.).....	55000	305000
9	Por cada operação sobre os vasos (laqueações, etc.) sobre os tendões, musculos, aponevroses e synoviales (tenotomia e myotomia, synoviotomia e synovectomia, etc.) ou sobre os nervos (neurotomia, neuroectomia, etc.).....	205000	2005000
10	Por cada operação sobre os ossos, cartilagens ou articulações (osteotomia, chondrotomia, ressecções, trepanações, etc.).....	205000	2005000
11	Por cada operação mutilante (amputações, desarticulações).....	205000	2005000
12	Por cada operação de cirurgia especial em qualquer dos apparelhos da economia, incluindo as operações obstetricas.....	205000	5005000
13	Os honorarios dos serviços medicos prestados fóra das povoações serão augmentados por cada kilometro de distancia:		
	Durante o dia.....	-5-	15500
	Durante a noite.....	-5-	25500
14	Pelos serviços medicos prestados a bordo de navios fundeados em localidades de onde o regresso se não possa fazer no mesmo dia, quando o transporte seja fluvial ou maritimo, ou quando o medico tenha de ficar junto do doente por um ou mais dias.....	Os honorarios que previamente se combinarem.	
15	Por cada attestado medico.....		
		-5-	15000

Observações

1.ª São consideradas operações de pequena cirurgia as que vêem descriptas no tratado de pequena cirurgia do Dr. P. Chavasse;

2.ª Nas operações em que sejam necessarios medicos ajudantes, receberá cada um d'elles um terço dos honorarios a que o operador tiver direito pelo acto operatorio, não devendo em nenhum caso a

somma d'essas importancias exceder áquella que, em virtude do mesmo acto operatorio, fôr paga ao operador na conformidade da respectiva tabella;

3.ª Para os effeitos d'esta tabella considera-se dia o tempo decorrido desde as seis horas da manhã ás nove horas da noite.

Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 59)

III.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar encarga-me de comunicar a v. ex.^a, para os fins convenientes, que, por despacho de 20 de fevereiro ultimo, determinou que seja abonado novo premio de alistamento ás praças ás quaes tenha sido concedido continuarem no ultramar por periodos de 2 annos, devendo para esse fim as respectivas quantias, até á publicação das futuras tabellas orçamentaes, sahirem das verbas de readmissões relativas a cada unidade a que pertençam as mesmas praças, verbas que deverão ser reforçadas, caso seja necessario.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de março de 1905. — III.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia da Guiné. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official da Guiné n.º 27).

Tendo a experiencia demonstrado a impossibilidade de continuar a arrecadação e guarda dos fundos da Direcção dos telegraphos da Zambesia a cargo do respectivo director, pela ausencia quasi permanente da séde da Direcção a que o mesmo director é obrigado por effeito de inspecção aos serviços das diversas estações e outros a seu cargo, como são os da direcção da montagem das linhas telegraphicas e fiscalisação d'estas;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do art. 15.º do Acto addicional á Carta constitucional da monarchia, de 5 de julho de 1852:

Hei por bem decretar o seguinte:

E' creado na Direcção dos telegraphos da Zambesia o cargo de chefe da pagadoria e contabilidade com o vencimento de 900\$000 réis, sendo 450\$000 réis de categoria, 350\$000 réis de exercicio e 100\$000 réis para falhas, competindo a este funcionario receber todos os rendimentos da rede telegraphica da Zambesia, e bem assim quaesquer outras importancias que tiverem de ser arrecadadas no cofre da Direcção, o qual fica a seu cargo, pelo que terá de caucionar-se nos termos da secção 2.ª do capitulo VIII do regulamento de 3 de outubro de 1901, e bem assim o dever de responder por todo o serviço de contabilidade, de effectuar todos os pagamentos que haja a realisar pela mesma Direcção e de executar quaesquer ordens relativas aos serviços que superiormente lhe forem commettidos.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 9 de março de 1905. — REI. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 60).

Sua Majestade El-Rei, a quem foi presente o projecto do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira da Swazilandia, datado de 30 de novembro do 1904: ha por bem, conformando-se com o parecer da Commissão superior technica de obras publicas do ultramar, approvar o referido projecto, e bem assim determinar que na sua execução sejam attendidas as indicações do mencionado parecer.

Paço, em 10 de março de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 70)

Convindo regular, para bem da disciplina, as disposições dos artigos 145.º e 146.º da Ordenança geral da armada, de modo a não haver duvida alguma no seu exacto cumprimento, ha por bem Sua Majestade El-Rei determinar o seguinte :

Os officiaes da armada, quando trajarem a paizana, têm por dever cumprimentar, em qualquer logar onde se encontrem, não só os officiaes fardados que tiverem direito á sua continencia e com quem tenham já concorrido em serviço, bem como aquelles que, em trajo civil, seja do seu dever conhecer, segundo o que está determinado no artigo 156.º da referida Ordenança geral da armada, ou sob cujas ordens tenham anteriormente servido.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao major general da armada para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 11 de março de 1905, — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diario do Governo n.º 59)

Circular aos consules. — Exigindo-se nas alfandegas do reino, aos capitães de navios, a apresentação das declarações de carga a que se refere o artigo 143.º do regulamento consular, torna-se necessario que v. sr.ª dê aos que não forem d'ellas portadores, em virtude do disposto no § 15.º do mesmo artigo, uma resalva d'esse facto, a qual do mesmo modo elles terão de entregar ali.

Direcção geral dos negocios commerciaes e consulares, em 11 de março de 1905. — *Eduardo Montufar Barreiros.*

(Diario do Governo n.º 179).

Sendo indispensavel definir quaes os deveres que competem ao chefe da pagadoria e contabilidade da Direcção dos telegraphos da Zambesia, na provincia de Moçambique, além dos que lhe são impostos no decreto de 9 do corrente mez: manda Sua Majestade El-Rei declarar que ao referido funcionario compete:

1.º Arrecadar, exclusivamente, no cofre da Direcção, em acto continuo á sua recepção, todas as quantias provenientes dos rendimentos dos telegraphos, cobrados nas diversas circumscripções, as quaes serão transferidas para o cofre da Direcção, quando o director o determinar, mas de forma que as transferencias do rendimento mensal se effectuem o maximo até ao dia 5 do mez immediato áquelle a que respeitar, devendo todas as importancias ser acompanhadas de guias em duplicado.

Estas guias serão assignadas pelos chefes das circumscripções, que são os responsaveis pela arrecadação de fundos nas mesmas circumscripções, e, depois de visadas pelo director, serão entregues com as respectivas importancias ao chefe da contabilidade, o qual passará o competente recibo no duplicado, que restituirá ao director para ser devolvido ao respectivo chefe de circumscripção.

As guias expedidas por cada circumscripção serão numeradas seguidamente por annos economicos.

Por igual forma se procederá sempre com respeito a quaesquer outras importancias que tenham de ser recebidas pela Direcção, sendo expressamente prohibido ao referido chefe receber qualquer importancia senão em presença de guia visada pelo director.

O director no acto de visar as guias numeral-as ha seguidamente por annos economicos e averbal-as-ha em livro especial que terá a seu cargo, onde apenas mencionará o numero de ordem geral que puzer em cada guia e a sua importancia.

O chefe da contabilidade, depois de feita a devida escripturação, archivará todas as guias, que servirão de documentos de debito da sua conta de responsabilidade.

2.º Effectuar todos os pagamentos que tenham de ser realisados na Direcção em harmonia com as auctorisações do governador do districto e em face de documentos em duplicado, visados pelo director, nos quaes cobrará sempre recibo em forma legal.

3.º Transferir, em face de ordem por escripto do director, para as diversas circumscripções, e por meio de guias em duplicado, as importancias que para alli seja necessario remetter para pagamentos que haja a effectuar. O duplicado da guia ser-lhe-ha devolvido com o recibo do destinatario.

Os documentos pagos nas circumscripções serão enviados á Direcção, acompanhados igualmente de guias em duplicado, como representativos de dinheiro, procedendo-se pela forma estabelecida no n.º 1.º

Com os documentos acima mencionados remetterão os chefes das circumscripções á Direcção, mensalmente, uma conta corrente da receita e despesa.

4.º Verificar se as taxas cobradas pelos telegrammas expedidos estão de harmonia com as que forem devidas em face das respectivas tabellas, dando, em caso contrario, conhecimento ao director para que o empregado responsavel pelo engano entre em cofre com a differença que houver cobrado a menos.

5.º Verificar a exactidão e legalidade de todos os documentos de contabilidade que dêem entrada na Direcção, lavrando n'elles a nota de *conferido*, que assignará, participando por escripto ao director qualquer irregularidade que encontre, para elle providenciar como entender conveniente. De todas essas participações guardará registo em livro especial para sua salvaguarda.

6.º Organisar todos os documentos de despesa que tiver de ser paga á Direcção em face da tabella de despesa da provincia e auctorisações especiaes, tanto com relação ao pessoal como ao material, adoptando o processo estabelecido na provincia e entregando-os na Repartição de fazenda nos prazos designados para os effeitos da liquidação e pagamento, depois de visados pelo director ou por quem suas vezes fizer.

7.º Entregar por meio de guia em duplicado, visada pelo director, no cofre da recebedoria, no primeiro dia util de cada mez, a importancia que no mez anterior der entrada no cofre da Direcção, proveniente do rendimento telegraphico, designando na mesma guia a proveniencia e natureza das receitas.

Todas as receitas darão integralmente entrada no cofre da Fazenda, não sendo permittido o desvio de qualquer receita, embora para pagamento de despesas auctorisadas; a importancia necessaria para estas será recebida da Fazenda em face dos respectivos documentos.

Sendo absolutamente necessario, poderá o director solicitar do governador do districto que seja abonado á Direcção um fundo permanente para occorrer a quaesquer despesas que haja a effectuar de prompto na Direcção.

No ultimo dia de cada mez o director, ou quem suas vezes fizer, verificará se a existencia em cofre confere com a escripturação accusada no livro caixa, a qual será n'este acto encerrada por meio de termo que o mesmo director e o chefe da contabilidade assignarão e onde conste por extenso a importancia do saldo accusado pela escripturação, certificando-se que esta confere com a existencia em cofre.

A escripturação do mez seguinte abrirá com o saldo do mez antecedente, e da primeira verba do credito constará a importancia entregue na recebedoria por effeito do disposto n'este numero.

O director tem por dever proceder a balanço de surpresa ao cofre da Direcção, sempre que o entenda conveniente, mas pelo menos uma vez por trimestre. D'estes balanços se lavrará termo em livro especial.

8.º Organisar até ao dia 20 de cada mez uma conta corrente do movimento havido no cofre da Direcção no mez anterior, que, depois de visada pelo director, será remetida ao escrivão de fazenda.

9.º Organisar no fim de cada anno economico o processo relativo á sua conta de responsabilidade e remettel-o á Repartição de fazenda no prazo regulamentar, cumpridos todos os preceitos estatuidos no decreto regulamentar de 3 de outubro de 1901 e regimento do Tribunal de contas.

10.º Propôr ao director tudo quanto entender conveniente á boa regularidade do serviço de contabilidade e fiscalisação a seu cargo, a fim de que pelo mesmo director sejam dadas as instrucções ou ordens convenientes aos chefes das circumscripções.

11.º Cumprir todas as ordens ou instrucções que lhe sejam dadas pelo director, a quem está subordinado, e que digam respeito á especialidade do serviço a seu cargo.

12.º A responsabilidade pela arrumação e boa conservação do archivo do serviço a seu cargo.

13.º Desempenhar todos os serviços de contabilidade da Direcção, escripturando ou fazendo escripturar sob sua unica responsabilidade, com a maior regularidade, asseio e clareza, os seguintes livros, além de outros que julgarem necessarios:

a) Livro caixa, onde dia a dia se escripturarão todas as entradas e sahidas de fundos do cofre;

b) Livro de carga geral do material telegraphico da Direcção, comprehendendo, não só o material em deposito, mas o que estiver distribuido ás diversas circumscripções para serviço. N'este livro se abrirão, em folhas separadas, contas de material com as diversas circumscripções, onde se irá fazendo successivamente todo o movimento resultante do augmento ou diminuição de artigos, não podendo, porém, fazer-se qualquer movimento senão em presença de ordens por escripto do director, que ficarão archivadas como documentos comprovativos.

Todos os artigos incapazes de serviço recolherão á Direcção e serão entregues por meio de guias em duplicado á Repartição de fazenda, passando o escrivão de fazenda o competente recibo n'uma das guias, que será archivada pelo chefe da contabilidade e servirá de documento para o abatimento dos mencionados artigos na carga geral da Direcção.

c) Livro de carga da mobilia e utensilios da Direcção, que será escripturado por forma igual;

d) Livro de vencimentos do pessoal technico dos telegraphos, devendo da casa das observações d'este livro constar tudo que diga respeito aos vencimentos a abonar ou a deduzir a cada empregado;

e) Livro de contractos;

f) Livro de termos de arrematações e outros;

g) Livro de termos de balanço de surpresa.

Todos estes livros terão termos de abertura, assignados pelo governador do districto, que mandará numerar seguidamente e rubricará todas as suas folhas.

Os livros designados nas alíneas e) e f) serão de formato de papel sellado, por serem os termos que n'elles têm de ser exarados sujeitos ao imposto do sello.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador geral da provincia de Moçambique para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 13 de março de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Boletim official de Moçambique n.º 36)

Tendo chegado ao conhecimento de Sua Majestade El-Rei que, n'algumas provincias ultramarinas, empregados da fiscalisação aduaneira têm sido nomeados para serviços privativos estranhos aos que lhes são attribuidos pelos regulamentos fiscaes, com manifesto prejuizo dos interesses da fiscalisação: ha por bem o mesmo Augusto Senhor pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, mandar declarar aos governadores das provincias ultramarinas e do districto autonomo de Timor que os empregados da fiscalisação aduaneira não podem ser nomeados para serviço algum estranho ao da mesma fiscalisação, devendo ser annulladas as nomeações que, porventura, hajam sido feitas contra esta disposição.

Paço, em 15 de março de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diario do Governo n.º 66)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Havendo a Direcção dos correios d'essa provincia consultado sobre se podia auctorisar o uso das caixas para as correspondencias apartadas, que foram adquiridas para o novo edificio do correio em S. Vicente, e qual o preço por que cada uma deve ser alugada, s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, por despacho de 13 de corrente mez, determinou que v. ex.^a pode permittir o uso das referidas caixas, mediante o pagamento annual de 4\$500 réis adeantados, devendo o praso do aluguer de cada caixa terminar sempre em 31 de dezembro do anno em que ella houver sido requisitada, seja qual fôr a data em que as correspondencias principiarem a ser apartadas.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 15 de março de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *F. F. Dias Costa.*

(Boletim official de Cabo Verde n.º 15).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tendo o secretario geral do Governo d'essa provincia, na qualidade de governador interino, auctorisado por seu despacho de 3 e 25 de fevereiro ultimo que se excedessem algumas verbas orçamentaes, ultrapassando assim as faculdades que em tal qualidade lhe eram conferidas pelo decreto regulamentar de 3 de outubro de 1901, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, por seu despacho de 11 de corrente mez, de solicitar de v. ex.^a se digne fazer saber ao mesmo secretario, para seu conhecimento futuro, que a concessão de reforços de verbas orçamentaes ou auctorisações de quaesquer pagamentos de despesas não legalmente auctorisadas, é faculdade de exclusiva competencia do mesmo ex.^{mo} sr., como é expresso no artigo 119.^o do decreto regulamentar de 3 de outubro de 1901.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, em 15 de março de 1905 — Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Moçambique — O inspector geral, José Navarro d'Andrade.

(Inédito).

Sendo indispensavel alterar as taxas de sêllos e mais formulas de franquia postaes no ultramar, em harmonia com o que dispõe o decreto de 4 de fevereiro ultimo, cuja execução deve começar em vigor no dia 1 de julho proximo futuro:

Hei por bem determinar que sejam supprimidos do decreto de 24 de abril de 1902, que creou a actual emissão, os sêllos e mais formulas de franquia postaes das taxas que seguem indicadas, com relação a cada provincia ultramarina e districto autonomo de Timor:

Em Cabo Verde, Guiné, S. Thomé e Príncipe, Angola, Congo, Moçambique, Inhambane, Zambezia e Lourenço Marques — os sêllos postaes da taxa de 65 réis, os bilhetes postaes simples de 25 réis e os de resposta paga de 25 + 25 réis, bem como os cartões postaes, de 65 réis;

No Estado da India — os sêllos postaes da taxa de 2 1/2 tangas, os bilhetes postaes simples de 1 tanga e os de resposta paga de 1 + 1 tangas, bem como os cartões postaes de 2 1/2 tangas;

Na provincia de Macau — os sêllos postaes da taxa de 12 avos da pataca;

E no districto autonomo de Timor — os sêllos postaes da taxa de 12 avos da pataca, os bilhetes postaes simples de 5 avos e os de resposta paga de 5 + 5 avos, bem como os cartões postaes de 12 avos da pataca.

O praso para a troca dos valores retirados da circulação será de tres mezes, a contar da data da publicação do presente decreto nos respectivos *Boletins officiaes*.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 16 de março de 1905. — REI. — Manuel Antonio Moreira Junior.

(Diário do Governo n.º 60).

Sendo os reconhecimentos de assignaturas e os vistos nas declarações de carga os actos consulares mais frequentes e que em grande numero se praticam nos consulados, actos estes designados nos n.ºs 42 e 48 da tabella de emolumentos com as verbas respectivas de 1\$500 e 2\$250 réis, e não existindo estampilhas fiscaes com estas taxas: manda Sua Majestade El-Rei, pela Secretaria d'Estado dos negocios estrangeiros, tendo em vista o disposto no artigo 59.^o do decreto com força de lei de 24 de dezembro de 1901 e o artigo 2.^o do decreto de 24 de dezembro de 1903, que ás estampilhas estabelecidas pelo § 9.^o do artigo 283.^o do regulamento consular approvado por aquelle ultimo decreto se adicionem as dos valores de 1\$500 e 2\$250 réis, a fim de que a cobrança dos emolumentos consulares por aquelles actos possa effectuar-se mais facilmente.

Paço, em 17 de março de 1905. — Antonio Eduardo Villaça

(Diário do Governo n.º 108).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em referencia ao officio de v. ex.^a, n.º 70, de 18 do mez findo, incumbe-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que, não podendo

ser concedida a confirmação a Maria da Conceição Ferreira Santos no seu lugar de professora do ensino elementar da freguezia de Santa Izabel, do concelho da Boa Vista, por ter sido a sua nomeação interina posteriormente ao decreto de 17 de agosto de 1901, tem v. ex.^a que abrir novo concurso para o provimento definitivo da cadeira vaga; se aos concursos abertos nenhum candidato se apresenta, a interinidade da requerente, em vista do artigo 7.^o do citado decreto, pode prolongar-se ao abrigo da parte final d'aquelle artigo, sem lhe dar direito a provimento definitivo enquanto não satisfaça ás prescripções legais contidas n'aquelle diploma.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 17 de março de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde n.^o 13.)

Sua Majestade El-Rei ha por bem determinar, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, que os sellos postaes ultramarinos retirados da circulação por decreto de 16 do corrente mez, sejam, para voltarem a circular com os dos typos em vigor nos termos do art. 3.^o do decreto de 24 de abril de 1902 sobretaxados do seguinte modo:

Os sellos de Cabo Verde, Guiné, S. Thomé e Principe, Angola, Congo, Moçambique, Inhambane, Zambezia e Lourenço Marques, da taxa de 65 réis, com a sobretaxa de 50 réis;

Os sellos do Estado da India, da taxa de 2 1/2 tangas, com a sobretaxa de 2 tangas; e

Os sellos da provincia de Macau e do districto autonomo de Timor, da taxa de 12 avos da pataca, com a sobretaxa de 10 avos.

Outro sim, determina o mesmo Augusto Senhor que sejam inutilizados:

Os bilhetes postaes simples e de resposta paga das taxas de 25 réis e 25 + 25 réis, bem como os cartões postaes da taxa de 65 réis da actual emissão, nas provincias de Cabo Verde, Guiné, S. Thomé e Principe, Angola e Moçambique;

Os bilhetes postaes simples e de resposta paga das taxas de 1 tanga e 1 + 1 tangas, bem como os cartões postaes da taxa de 2 1/2 tangas da actual emissão, no Estado da India; e

Os bilhetes postaes simples e de resposta paga das taxas de 5 avos e 5 + 5 avos, bem como os cartões postaes da taxa de 12 avos da pataca da actual emissão, no districto autonomo de Timor.

Paço, em 20 de março de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diário do Governo n.^o 70).

Sendo conveniente regular os serviços da exploração do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal e os da construcção e futura exploração do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira da Swazilandia de modo a estabelecer entre elles uma ligação bem intima, como é da maior conveniencia, dadas as circumstancias especiaes das duas linhas ferreas com uma mesma estação *terminus* e perto de 10 kilometros de linha commum;

Sendo conveniente dar o maior incremento e unidade á execução das obras do porto de Lourenço Marques e estabelecer entre estes serviços e os do caminho de ferro a indispensavel facilidade e harmonia de relações;

Sendo necessario regular o disposto na carta de lei de 7 de setembro de 1899 e no decreto com força de lei de 15 de julho de 1903;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros;

Usando da faculdade concedida pelo § 1.^o do artigo 15.^o do primeiro Acto adicional á Carta constitucional da monarchia;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.^o Os serviços da exploração do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal e os da construcção e exploração do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira da Swazilandia serão exercidos por uma Direcção denominada «Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques», com séde na cidade de Lourenço Marques.

Art. 2.º Os serviços de estudos e construção das obras do porto de Lourenço Marques serão exercidos por uma Direcção denominada «Direcção das obras do Porto de Lourenço Marques», que será organizada em diploma especial.

Esta Direcção é temporaria e durará enquanto a importancia das obras em execução aconselhar a sua existencia.

Art. 3.º Os serviços da Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques, enquanto durar a construção do caminho de ferro da Swazilandia, serão distribuidos por duas Divisões, a saber:

1.ª Divisão — Serviços de exploração.

2.ª Divisão — Serviços de construção.

§ unico. Os serviços da 1.ª Divisão — exploração — serão regulados pela legislação em vigor.

Art. 4.º O pessoal da Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques será composto:

1.º Pelos quadros do pessoal da exploração nos termos do artigo 8.º do decreto com força de lei de 20 de setembro de 1904.

2.º Pelo quadro temporario destinado á construção, variavel segundo as exigencias de serviço.

§ 1.º A nomeação do pessoal do quadro temporario da Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques será feita ou contractada pelo Ministerio da marinha e ultramar, ficando o engenheiro director auctorisado a fazer as propostas que entender mais convenientes quanto á sua nomeação ou substituição.

§ 2.º Em caso de urgencia de serviço, para provêr a qualquer vacatura ou para attender a alguma necessidade de serviço superiormente ordenado, poderá o engenheiro-director requisitar ao governador a nomeação provisoria de funcionarios que o mesmo director julgue competentes.

§ 3.º Terão preferencia no preenchimento de vagas do quadro da exploração os individuos do quadro temporario da construção, que pelas suas habilitações convenham ao serviço e que pelo seu comportamento se tenham tornado dignos de tal preferencia.

Art. 5.º E' creada uma Comissão denominada «Comissão do caminho de ferro da Swazilandia e porto de Lourenço Marques», constituida pelo governador geral da provincia de Moçambique, presidente, pelo governador do districto de Lourenço Marques, vice-presidente, pelo procurador da Corôa e Fazenda, e na sua falta pelo delegado, pelo inspector de fazenda, pelo director da alfandega, pelo capitão do porto, pelo director das obras publicas da provincia, pelo director dos caminhos de ferro de Lourenço Marques, pelo director das obras do porto de Lourenço Marques e por um empregado dos quadros da Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques, escolhido pelo respectivo director, que servirá de secretario sem voto.

Esta Comissão existirá enquanto durar a construção do caminho de ferro da Swazilandia e do porto de Lourenço Marques, e a ella incumbe:

1.º Approvar variantes ou modificações aos projectos de traçado ou obras já approvadas pelo Governo, desde que d'ahi resulte vantagem para a construção ou exploração e que não haja augmento de despesa;

2.º Deliberar, em cada caso, sobre a escolha do systema a adoptar para a construção;

3.º Contractar obras ou fornecimentos de materiaes, que devam ser adquiridos em Africa, de importancia comprehendida entre 500\$000 e 60:000\$000 réis;

Es es contractos serão celebrados mediante concurso publico, excepto quando haja motivo de urgencia e não tenham apparecido concorrentes ou não convenham os preços offerecidos;

4.º Fixar os prazos para os concursos, compatíveis com o grau de urgencia das obras ou fornecimentos, sem que taes prazos possam ser inferiores a quinze dias, a contar da data da publicação do annuncio no *Boletim official*;

5.º Deliberar sobre a abertura á exploração publica dos troços construidos;

6.º Approvar os regulamentos do serviço interno que forem propostos pelos engenheiros-directores;

7.º Tomar conhecimento de todos os assumptos e occorrencias relativos á construção do caminho de ferro da Swazilandia e ás obras do porto de Lourenço Marques;

8.º Dar parecer fundamentado nos assumptos sobre que fôr mandada ouvir pelo Governo;

9.º Deliberar, dentro dos limites estabelecidos nas attribuições anteriores, sobre os assumptos que excedam a competencia dos engenheiros-directores.

Art. 6.º As quantias applicaveis, nos termos do decreto com força de lei de 15 de julho de 1903, á construcção do caminho de ferro da Swazilandia e ás obras do porto de Lourenço Marques, quer arrecadadas na provincia, quer remetidas da metropole, darão entrada no cofre geral da provincia e serão consideradas como deposito á ordem da «Commissão do caminho de ferro da Swazilandia e porto de Lourenço Marques», e não poderão ter outra applicação.

Art. 7.º A «Commissão do caminho de ferro da Swazilandia e porto de Lourenço Marques» reunirá, pelo menos, uma vez por mez e extraordinariamente, sempre que houver assumpto urgente, por deliberação do seu presidente ou a pedido dos engenheiros-directores.

Art. 8.º Ao director dos caminhos de ferro de Lourenço Marques, além dos serviços da sua competencia segundo a legislação em vigor, compete mais:

1.º Proceder á construcção e dirigir a exploração do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira da Swazilandia, tudo nos termos do presente decreto e dos diplomas que forem promulgados;

2.º Fiscalisar os serviços da construcção de modo que tudo obedeça ás condições dos respectivos projectos e contractos;

3.º Executar todas as ordens dadas pelo Governo, por intermédio da Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, e dar a esta conhecimento, por meio de correspondencia directa, de todos os assumptos que a possam interessar relativos aos serviços da construcção, incluindo informações sobre o pessoal e copias, na parte respectiva, das actas da «Commissão do caminho de ferro da Swazilandia e porto de Lourenço Marques».

A remessa da copia das actas será effectuada pelo primeiro paquete que partir apóz cada sessão;

4.º Promover a execução de todas as deliberações da «Commissão» e que digam respeito aos serviços a seu cargo;

5.º Relatar todos os assumptos que devam ser submettidos á deliberação da «Commissão» e prestar todas as informações pedidas por esta «Commissão».

6.º Organisar e submeter á approvação superior os regulamentos dos serviços a seu cargo;

7.º Solicitar a reunião da «Commissão» sempre que carecer das suas deliberações para proseguir nos serviços a seu cargo;

8.º Prestar todas as informações ordenadas pelo governador;

9.º Distribuir o pessoal dos quadros de construcção e de exploração por qualquer das duas Divisões de serviços, conforme as necessidades ou conveniencias;

10.º Propôr as alterações que julgar convenientes nos quadros e na organização geral dos serviços da construcção;

11.º Exercer sobre todo o pessoal a competencia disciplinar equivalente á do director de obras publicas da provincia de Moçambique, com o qual é equiparado; isto sem prejuizo da competencia especial que lhe competir pelos regulamentos em vigor no caminho de ferro de Lourenço Marques;

12.º Passar guia para o Governo do districto aos empregados do quadro temporario, que deixarem de ser necessarios ou não convenham ao serviço do caminho de ferro, a fim de terem o destino conveniente;

13.º Contractar obras e fornecimentos de materiaes, que devam ser adquiridos em Africa, de valor inferior a 500\$000 réis.

Art. 9.º O director das obras do porto de Lourenço Marques terá, em relação aos serviços a seu cargo, as attribuições e obrigações correspondentes ás fixadas no artigo anterior para o director dos caminhos de ferro de Lourenço Marques.

Art. 10.º O Governo promulgará os regulamentos necessarios para a execução do presente decreto.

§ unico. Os serviços relativos á administração, contabilidade e fiscalisação da fazenda ficam sujeitos, na parte não contrariada pelo presente decreto, ás prescripções do decreto de 14 de setembro de 1900 e regulamento de 3 de outubro de 1901.

Art. 11.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 28 de março de 1905. — REI. — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

Convindo regular os serviços da construção do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira da Swazilândia, auctorizada por decreto com força de lei de 15 de julho de 1903, e nos termos do decreto com força de lei de 28 de março de 1905, ha por bem Sua Majestade El Rei determinar o seguinte:

Artigo 1.º Na construção do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira da Swazilândia adoptar-se-hão as condições technicas, que constam do projecto superiormente approvado.

Art. 2.º Na construção empregar-se ha de preferencia o trabalho por partidos de operarios, cujo chefe seja interessado na economia que resultar sobre os preços-bases, por tarefas ou por empreitadas, recorrendo-se ao trabalho a jornal só quando não puder ser applicado qualquer dos outros systemas.

Art. 3.º Em tudo que não fôr contrariado por esta Portaria e pelo decreto de 28 de março de 1905, applicar-se-hão as instrucções e clausulas para a adjudicação das obras publicas e fornecimentos de materiaes nas provincias ultramarinas.

Art. 4.º A Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques deve requisitar á Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, no Ministerio da marinha e ultramar, os materiaes, ferramentas, utensilios, obras de arte metallicas, materiaes fixo e circulante e quaesquer objectos que devam ser adquiridos fóra da Africa, enviando com a precisa antecedencia todos os elementos necessarios para a mesma Direcção provêr opportunamente ao seu fornecimento.

Art. 5.º A Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques requisitará os indigenas de que necessitar para a construção e demais serviços a seu cargo, segundo o disposto no art. 35.º do regulamento do trabalho dos indigenas de 9 de novembro de 1899; podendo, porém, admittir ao trabalho, quando isso convenha, os indigenas que voluntariamente venham offerecer se por si ou por via de algum intermediario, tudo nos termos do citado regulamento.

1.º Cada indigena vencerá diariamente uma ração de 1 a 1 ½ litro de arroz ou o equivalente em farinha, que lhe será distribuido em duas rações diarias e já devidamente cozinhado. A quantidade da ração diaria, mesmo entre aquelles limites, será fixada e só poderá ser alterada por ordem do engenheiro-director.

A ração será, em todos os casos, igual para todos os indigenas trabalhadores, voluntarios ou não, em cada brigada de trabalho.

Os indigenas operarios poderão receber a ração em generos ou dinheiro.

O salario do indigena trabalhador será fixado até um maximo de 300 réis por dia util de trabalho, e os dias uteis de trabalho só se contarão desde a apresentação dos mesmos indigenas nos locais do trabalho.

O salario dos indigenas, operarios e capatazes, será fixado conforme as aptidões dos mesmos indigenas.

2.º A ração será distribuida diariamente, quando cozinhada ou em genero; o equivalente da ração em dinheiro só será distribuido no fim de cada mez;

3.º Os indigenas requisitados em harmonia com o disposto no artigo 5.º serão pagos só ao findar de cada contracto, podendo, porém, receber abonos até um maximo de 50 por cento dos salarios já vencidos, quando haja justos motivos para assim se proceder.

Os indigenas voluntarios poderão receber mensalmente.

4.º Tanto aos indigenas enviados para o trabalho em satisfação de requisições nos termos do artigo 5.º, como aos que se apresentarem voluntarios ao trabalho, será feito o pagamento a um por um pelo respectivo pagador e em presença de, pelo menos, mais dois funcionarios, lavrando-se de cada pagamento um auto por aquelles individuos assignado, em que se mencione os nomes dos indigenas, quantias que lhes foram pagas, periodo de tempo a que se referem e quaesquer occorrencias, como reclamações, etc., que hajam tido lugar.

5.º Os indigenas doentes só vencerão, nos dias em que não trabalharem, a ração ou a sua equivalencia em dinheiro, e poderão ser despedidos ou mandados apresentar ao chefe do concelho ou circumscripção a que pertencerem, depois de liquidados os seus vencimentos em harmonia com o n.º 4.º anterior. Os indigenas desligados do serviço n'estas condições terão direito a transporte para o concelho da sua proveniencia, quando impossibilitados de caminhar por si proprios.

Estas disposições applicam se tambem aos indigenas voluntarios; a estes, porém, não

será dado transporte além de 50 kilometros do local em que se encontrarem, e só transporte por terra ou via fluvial.

Os indigenas, que não produzirem o trabalho compativel com as suas aptidões e robustez, serão mandados apresentar ao chefe do concelho da sua proveniencia, dizendo a respectiva guia os motivos de tal procedimento, e ficando o pagamento dos dias de salario em divida a taes indigenas a cargo d'aquelle chefe, a quem a respectiva pagadoria enviará os mesmos salarios.

6.º Todos os indigenas são obrigados ao trabalho de dez horas por dia, com excepção dos que por indicação medica o não devam ser.

7.º Os indigenas recrutados pelos chefes dos concelhos serão mandados apresentar no local, que pela Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques fôr indicado, devidamente commandados por um capataz por cada 50 indigenas, pelo menos, o qual será portador de guias e de relações nominaes indicando os régulos e povoações a que pertencem.

Aos chefes de concelho, que recrutem pessoal operario nos termos d'este artigo, poderão ser abonadas gratificações arbitradas pela «Commissão do caminho de ferro da Swazilandia», mediante proposta do engenheiro-director dos caminhos de ferro de Lourenço Marques.

8.º Todas as disposições do regulamento do trabalho dos indigenas, de 9 de novembro de 1899, são applicaveis aos indigenas que trabalharem na construcção do caminho de ferro da Swazilandia.

Art. 6.º Para garantir a ordem e a disciplina entre o pessoal em trabalho, poderá a Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques requisitar ao governador a permanencia de forças devidamente armadas e commandadas, ás quaes será confiado o serviço de policia dos acampamentos de trabalho.

Art. 7.º A Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques providenciará para que nos locais de trabalho não falem os víveres necessarios para alimentação do pessoal empregado na construcção, podendo para isso empregar alguns dos seguintes meios:

1.º Transportar gratuitamente para os locais de trabalho os víveres que o pessoal adquira em Lourenço Marques para seu exclusivo consumo;

2.º Conceder, mediante concurso auctorisado e approvedo pela «Commissão do caminho de ferro da Swazilandia», o privilegio de venda nos locais de trabalho a quem apresentar proposta mais vantajosa sobre os preços dos víveres necessarios á alimentação do pessoal.

3.º Estabelecer armazens de venda dos referidos víveres por conta do Estado e pelo seu custo nos locais, tomando a Direcção todas as providencias para evitar a sua deterioração, isto na falta de concorrentes á concessão de que trata o numero anterior.

Art. 8.º A Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques poderá ajustar com individuos idoneos, como chefes de partidos ou capatazes, a execução de trabalho por unidade, fornecendo-lhes material, ferramentas, operarios e trabalhadores indigenas de entre os recrutados nas condições do artigo 5.º, desde que os preços da unidade sejam inferiores aos da serie approvada pelo Governo.

As condições geraes a que taes contractos ou ajustes deverão satisfazer serão, além das technicas impostas pelas circumstancias especiaes do trabalho, as seguintes:

1.ª O capataz com o seu partido só executará o trabalho que lhe fôr determinado pelo pessoal incumbido da direcção e fiscalisação da obra;

2.ª Poderão ser fornecidos ao capataz, pelo preço do orçamento, os materiaes de que carecer, mediante requisição visada pelo chefe de secção da construcção. A importancia d'estes materiaes será debitada ao capataz e deduzida nos pagamentos que lhe forem devidos pelo trabalho executado e liquidado mensalmente;

3.ª Poderão ser fornecidas ao capataz as ferramentas de que carecer, mediante requisição visada pelo chefe de secção da construcção. Estes capatazes ou chefes de partidos ficam responsaveis pela ferramenta e mais artigos que lhe sejam entregues, podendo ser lhes exigida fiança ou outra garantia, quando isso se julgue necessario. A importancia total d'estas ferramentas será, em todo o caso, debitada e deduzida em prestações não inferiores a 5 por cento das quantias que mensalmente forem liquidadas pelo trabalho executado, cessando a obrigação da garantia acima indicada, quando pelas deducções mensaes o capataz tenha em deposito quantia igual ao valor da ferramenta fornecida. As quantias

deduzidas serão restituídas ao capataz mediante a entrega das ferramentas devidamente reparadas, feita no prazo de oito dias a contar d'aquelle em que tiver suspenso o trabalho, salvo a parte correspondente á depreciação que tiverem soffrido e que constituirá receita a amortisar o respeito custo;

4.^a Em todas as verbas que o capataz houver a cobrar, pelas liquidações mensaes, será descontada a importância das rações e férias do pessoal indigena do seu partido;

5.^a O salario de todo o pessoal indigena será fixado pelo chefe da secção da construção, de accordo com o capataz e nos limites indicados no artigo 5.^o;

No caso do capataz se não conformar com os salarios arbitrados pelo chefe de secção da construção, poderá recorrer para o director dos caminhos de ferro de Lourenço Marques, que resolverá em ultima instancia;

6.^a Os chefes de partidos ou capatazes são para todos os effeitos considerados como pessoal jornaleiro, podendo, portanto, ser despedidos, logo que o seu trabalho não satisfaça ou logo que possam ser dispensados os seus serviços, sem que lhes assista direito a reclamações; ficarão, porém, obrigados judicialmente por quaesquer importancias em divida.

Art. 9.^o O Governo poderá fornecer transporte de Lisboa para Lourenço Marques, e de Lourenço Marques para o local de trabalho, a individuos que julgue idoneos para contractar nos termos do artigo 8.^o

Art. 10.^o A importancia dos salarios, não paga por falta de comparencia dos indigenas, que a elles tiverem direito, ficará depositada no cofre da pagadoria da construção, durante tres mezes, para ser entregue ao seu credor. Findo este prazo, será depositada na Agencia do banco nacional ultramarino em Lourenço Marques, á ordem do Governo geral da provincia, para ser applicada ao fundo da Assistencia nacional aos tuberculosos.

Art. 11.^o O serviço de saude será feito por meio de uma ambulancia ou enfermaria de caracter provisorio para tratamento de doenças ligeiras e ferimentos de pequena importancia; os doentes de maior gravidade serão tratados em Lourenço Marques.

O governador geral auctorisará o deposito official de medicamentos e material cirurgico a fornecer os artigos que forem requisitados pelo medico em serviço na construção do caminho de ferro da Swazilandia, quando aquellas requisições venham visadas pelo engenheiro-director.

Art. 12.^o O pessoal do quadro temporario da Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques será, provisoriamente, constituido da seguinte forma:

Secretaria e contabilidade:

- 1 chefe de Secretaria e contabilidade;
- 1 pagador;
- 1 escriptuario e ajudante do pagador;
- 2 amanuenses;
- 2 continuos.

Pessoal tecnico:

- 1 engenheiro;
- 3 conductores de 1.^a classe;
- 2 conductores de 2.^a classe;
- 2 desenhadores;
- 6 apontadores ou fiscaes de obras.

Armazens geraes:

- 1 chefe dos armazens;
- 1 amanuense;
- 3 fiéis;

Pessoal braçal que fôr necessario.

Serviço de saude:

- 1 medico;
- 1 enfermeiro.

Pessoal auxiliar: — O que fôr reclamado pelos differentes serviços.

§ 1.^o O pessoal do quadro temporario da Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques poderá ser modificado conforme as exigencias do serviço, mediante proposta do engenheiro-director.

§ 2.º Os individuos legalmente nomeados para o quadro temporario têm os mesmos direitos, quanto á passagem, subsidios, adeantamentos, licenças, etc., que os do quadro das obras publicas do ultramar, emquanto estiverem ao serviço da Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques.

Quando dispensados do serviço por motivo que não seja disciplinar ou abuso de confiança, terão direito a uma indemnisação especial, equivalente a um mez de vencimentos de categoria e de exercicio por cada anno completo de serviço; e serão preferidos no preenchimento das vagas, que se derem no quadro do pessoal da exploração dos caminhos de ferro de Lourenço Marques, tendo-se em vista as provas de competencia e zelo que houverem dado.

§ 3.º Todos os engenheiros e conductores, que servirem na Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques, terão as vantagens concedidas pelo artigo 11.º do plano da organização dos serviços das obras publicas, commercio e industria na Direcção geral do ultramar e provincias ultramarinas, approved por decreto de 20 de agosto de 1892, durante o tempo que servirem no ultramar.

Art. 13.º A nomeação de empregados eventuaes, que vencem por folha de jornaes, será feita pelo engenheiro-director dos caminhos de ferro de Lourenço Marques.

Art. 14.º Os vencimentos do pessoal do quadro temporario serão regulados pela tabella seguinte:

Categorias	Vencimento de categoria	Vencimento de exercicio	Ajuda de custo	Ajuda de custo diaria
Engenheiro-director (vencimento de director do caminho de ferro de Lourenço Marques)....	-5-	-5-	-5-	65000
Engenheiro.....	7205000	2:1605000	8645000	65000
Conductor de 1.ª classe.....	3605000	1:2005000	9365000	35000
Conductor de 2.ª classe.....	3005000	7205000	6125000	25500
Desenhador de 1.ª classe.....	3005000	7205000	6125000	-5-
Desenhador de 2.ª classe.....	3005000	4005000	4205000	-5-
Apontador ou fiscal de obras de 1.ª classe ...	2405000	2405000	2885000	15000
Apontador ou fiscal de obras de 2.ª classe....	1205000	1205000	1445000	15000
Chefe de Secretaria e contabilidade.....	3605000	1:2005000	9365000	-5-
Thesoureiro pagador.....	3605000	7205000	6485000	55000
Escripturario e ajudante do pagador	2405000	3005000	3245000	25500
Amanuense de 1.ª classe.....	2405000	2405000	2885000	-5-
Amanuense de 2.ª classe.....	1805000	2405000	2525000	15000
Chefe dos armazens.....	4805000	6005000	6485000	45000
Fiel.....	3005000	3005000	3605000	15000
Medico (vencimentos da patente).....	-5-	-5-	-5-	55000
Enfermeiro	3005000	4005000	-5-	15000

§ 1.º As ajudas de custo diarias só serão abonadas, quando os empregados se encontrarem fóra de Lourenço Marques a mais de 10 kilometros da cidade, guardando-se, em todo o caso, os seguintes limites de tal abono por cada periodo de doze mezes:

Engenheiro director, sessenta dias;
 Engenheiro, duzentos e setenta dias;
 Conductor de 1.ª classe, trezentos e sessenta dias;
 Conductores de 2.ª classe, trezentos e sessenta dias;
 Apontadores ou fiscaes de obras, trezentos e sessenta dias;
 Pagador, cento e oitenta dias;
 Ajudante do pagador, cento e oitenta dias;
 Chefe dos armazens, cento e oitenta dias;
 Fiel, cento e oitenta dias;
 Amanuenses de 2.ª classe, noventa dias;
 Medico e enfermeiro, trezentos e sessenta dias.

§ 2.º As ajudas de custo não diarias fazem parte dos vencimentos de exercicio.

§ 3.º Todos os empregados são obrigados a trabalhar mesmo em dias feriados, quando, por exigências do serviço, o engenheiro director assim o determine, sem que por esse facto os mesmos empregados fiquem com direito a qualquer gratificação especial.

§ 4.º Os empregados do quadro da exploração, que prestem serviço na construção, terão os vencimentos e ajudas de custo que forem arbitrados pela Comissão sob proposta do engenheiro director, não podendo, porém, receber mais que os empregados de igual categoria do quadro da construção.

§ 5.º Os empregados, que exercerem funções de categoria superior, perceberão, emquanto as desempenharem, a gratificação ou vencimento de exercício correspondente a essas funções.

Art. 15.º Todo o pessoal da construção do caminho de ferro da Swazilandia terá direito ao transporte por conta do Governo, sempre que tiver de viajar em serviço.

Art. 16.º A Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques deverá regular-se, quanto á requisição de fundos, pelas disposições do titulo VII, parte I, do regulamento geral de administração de fazenda, da sua fiscalização superior e da contabilidade publica nas provincias ultramarinas, de 3 de outubro de 1901.

§ 1.º As requisições de fundos, a que se refere o presente artigo, devem ser sempre assignadas pelo engenheiro-director e por dois vogaes da «Comissão do caminho de ferro da Swazilandia e porto de Lourenço Marques», um dos quaes será o vice-presidente ou quem suas vezes fizer.

§ 2.º Todos os documentos, que tenham de ser entregues na Repartição de fazenda, serão sempre assignados pelo chefe da Secretaria e contabilidade e visados pelo director, com excepção das requisições de fundos para as despesas relativas á construção do caminho de ferro de Lourenço Marques á Swazilandia, as quaes serão assignadas como fica disposto.

§ 3.º A Direcção fará organizar, com relação a cada mez, uma conta corrente relativa á construção do caminho de ferro, onde, a seu debito, escripturará as importancias levantadas do fundo especial existente no cofre geral da Fazenda, destinado a esse fim, e a credito, a importancia de todos os documentos comprovativos das despesas effectuadas durante o mez a que a conta se referir. Tanto a conta como os documentos serão organizados em triplicado, devendo um exemplar da conta com os documentos originaes ter o destino designado no artigo 109.º do citado regulamento de 3 de outubro de 1901, outro ser enviado á Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos, ficando o terceiro archivado na Direcção. Estas remessas effectuar-se-hão dentro de trinta dias do fim do mez a que a conta se referir.

§ 4.º O inspector de fazenda enviará mensalmente á Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos uma nota das quantias existentes em deposito no dia 1 de cada mez e especialmente destinadas á construção do caminho de ferro.

§ 5.º A Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques enviará, com a devida antecedencia, á Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos uma nota da despesa provavel nos mezes seguintes, a fim de que esta possa providenciar sobre a remessa de fundos precisos.

Art. 17.º Na Secretaria da Direcção haverá um cofre de duas chaves, de que serão clavicularios, com responsabilidade solidaria, o director e o thesoureiro pagador, onde darão entrada as importancias recebidas da Fazenda até que tenham a devida applicação, competindo ao thesoureiro pagador todos os serviços relativos á recepção de dinheiro, pagamento de despesas ou restituição de depositos, ajustamento de contas com a Fazenda e outros serviços correlativos.

§ 1.º O pagador não poderá realizar pagamento algum senão em troca do competente titulo processado na secção de contabilidade da Direcção, tendo o «Pague-se» do director.

§ 2.º Todos os pagamentos, que haja a effectuar, devem ser realizados aos proprios na Secretaria da Direcção, na presença do director ou de quem o represente, com excepção dos que se referirem a vencimentos de pessoal, que esteja ao serviço fóra de Lourenço Marques, e a despesas com trabalhos executados ou material adquirido nas mesmas circumstancias, que se realizarão pela forma que o director determinar por despacho nos respectivos documentos.

§ 3.º No primeiro dia util de cada mez o director procederá a balanço ao cofre da pagadoria, verificando se o saldo existente joga com o accusado pelo livro-cofre, cuja escripturação deve estar a cargo do chefe da contabilidade, lavrando-se o respectivo termo no

mesmo livro em seguida ao encerramento da conta mensal, e fará n'esse acto effectuar a passagem para o cofre da Fazenda de todas as importancias que, como receita ou deposito de arrematações ou contractos, tenham sido recebidas no mez anterior.

Art. 18.º O thesoureiro pagador prestará caução á Fazenda nacional nos termos do citado regulamento de 3 de outubro de 1901, e, como exactor da Fazenda, é obrigado a prestar contas da sua responsabilidade ao Tribunal de contas.

Art. 19.º A Direcção dos caminhos de ferro de Lourenço Marques organizará a contabilidade administrativa dos serviços da construcção do caminho de ferro da Swazilandia, que, devidamente classificada, mostre por artigos do orçamento a importancia exacta das despesas feitas, incluindo os gastos geraes, para o que receberá da Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos os documentos relativos ás despesas feitas na metropole, e que devam ser levados á conta da construcção.

Um extracto d'essa conta será remettido trimestralmente á Direcção dos caminhos de ferro ultramarinos.

A mesma conta será fechada no fim de cada anno.

Art. 20.º Além de notas mensaes indicando o adiantamento das obras, o director do caminho de ferro de Lourenço Marques fará, todos os semestres, um relatorio sobre o estado das obras, mostrando a importancia das despesas feitas, e dando para as obras já terminadas a comparação entre os respectivos orçamentos e as quantias despendidas.

Este relatorio será remettido ao Governo por intermédio, successivamente, do governador do districto e do governador geral, que lhe juntarão as observações que entenderem.

Paço, em 28 de março de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diário do Governo n.º 71 — Rectificação no n.º 74).

Attendendo ao que, a pedido da Associação commercial de Lourenço Marques, propôz o governador geral da provincia de Moçambique, sobre a necessidade de se estabelecer um processo especial, breve e summario, para a cobrança das pequenas dividas commerciaes; e

Considerando a conveniencia de simplificar disposições de processo civil em ordem a estabelecer tambem formulas rapidas e simples para demandas de pouco valor;

Tendo em vista as disposições do projecto de lei ultimamente apresentado á Camara dos senhores deputados sobre identico assumpto com respeito ao continente do reino;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros, e usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto adicional á Carta constitucional da monarchia;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Nas acções de valor não excedente a 500\$000 réis, para as quaes o Codigo do processo civil não estabelece processo especial, observar-se ha o seguinte:

§ 1.º Serão apresentados com a petição articulada da acção todos os documentos que a devam instruir, bem como serão desde logo apontadas as testemunhas para prova do allegado, não sendo admittidas mais de tres a cada facto, nem podendo o auctor juntar depois mais documentos.

§ 2.º Distribuida a acção, será o reu citado para, na primeira audiencia depois de accusada a citação, impugnar o pedido e apresentar documentos e rol de testemunhas, não podendo ser admittidas mais que as indicadas no paragrapho antecedente.

§ 3.º A citação será accusada na primeira audiencia, e, decorrido o praso marcado no § 2.º, será facultado ás partes, por oito dias, o exame do processo no cartorio.

§ 4.º Satisfeitas as diligencias a que se referem os artigos 265.º e 398.º do Codigo do processo civil, quando hajam de realizar se, o juiz designará, dentro de cinco dias, dia para a inquirição das testemunhas que devam depôr perante elle e para a discussão da causa.

§ 5.º Na audiencia de discussão serão lidos os articulados e os documentos que houver no processo, bem como os depoimentos das testemunhas inquiridas por deprecada, e o juiz, estando ambas as partes presentes, procurará fixar os pontos do facto em que concórdem, sendo em seguida as testemunhas inquiridas sobre os factos em que não hou-

ver accordo, escrevendo se resumidamente o seu depoimento se as partes não prescindirem do recurso.

§ 6.º Nas acções da competencia dos juizes municipal e popular serão sempre escriptos os depoimentos.

§ 7.º Finda a inquirição, serão lidos os depoimentos, se tiverem sido escriptos, e depois o juiz dará a palavra aos advogados das partes, começando pelo do auctor. Não haverá réplica.

§ 8.º De tudo se lavrará auto, mencionando-se resumidamente as circumstancias que tiverem occorrido, de modo que se reconheça terem sido observadas as formalidades legais, bem como se juntarão as conclusões dos advogados de uma e outra parte, se, porventura, as apresentarem para esse fim.

§ 9.º Se o juiz, pela discussão da causa, entender que o processo necessita de mais esclarecimentos que se possam obter por exame ou vistoria, mandará, por despacho, se proceda a essas diligencias.

§ 10.º A discussão da causa só poderá ser adiada, se no dia para ella designado faltar alguma testemunha de que a parte não prescinda, ou se o reu apresentar novos documentos pertinentes á causa, cujo exame, quando requerido pelo auctor, lhe será facultado no cartorio por cinco dias. Não haverá segundo adiamento sem accordo expresso das partes.

§ 11.º A sentença será proferida na audiencia de discussão, ou no praso de oito dias.

§ 12.º D'esta sentença, sendo proferida pelos juizes municipal ou popular, se as partes não tiverem prescindido de recurso, cabem os recursos estabelecidos no regimento da administração de justiça nas provincias ultramarinas, approvado por decreto de 20 de fevereiro de 1894; e, se fôr proferida pelo juiz de direito, cabe agravo de petição para a Relação do districto, o qual subirá sempre nos proprios autos. A Relação conhecerá não só do fundo da questão, mas tambem da nullidade do processo e da sentença, nos termos do artigo 1019, § unico, doCodigo do processo civil. Do accordo da Relação não cabe recurso.

§ 13.º A certidão da sentença, com transito em julgado, será a base da respectiva execução.

§ 14.º Nos incidentes das causas observar se-hão as disposições doCodigo do processo civil, não podendo dar-se mais de tres testemunhas a cada facto, nem sendo os processos continuados com vista aos advogados.

§ 15.º Quando o valor da causa deva ser determinado por arbitramento, nos termos do artigo 314.º doCodigo do processo civil, os louvados darão o seu laudo no praso de tres dias, a contar do juramento, para o que, durante esse praso, terão o direito de examinar o processo no cartorio.

§ 16.º No incidente de falsidade, os prazos a que se referem os artigos 336.º, § 2.º, e 339.º, doCodigo do processo civil, são de uma audiencia, a contar da intimação, ou da accusação da citação quando haja lugar a ella.

Art. 2.º Este processo é applicavel ás acções commerciaes de valor não excedente a 500\$000 réis e para as quaes oCodigo do processo commercial não estabeleceu processo especial, resolvendo, porém, o juiz de direito as questões sem intervenção de jury.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 28 de março de 1905. — REI. — *Munuel Antonio Morcira Junior*.

(Diario do Governo n.º 20)

Attendendo ao que me representou o governador geral da provincia de Moçambique sobre a necessidade de se tornar extensiva aos escrivães dos Julgados municipaes do districto militar de Tete a faculdade conferida pelo artigo 2.º do decreto de 10 de setembro de 1903 ao escrivão do Julgado municipal de Gaza para celebrar todos os actos do tabellionato;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros, e usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto addicional á Carta constitucional da monarchia;

Hei por bém decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os escrivães dos Julgados municipaes do districto militar de Tete, da provincia de Moçambique, poderão, na área de cada um dos mesmos Julgados, celebrar todos os actos do tabellionato.

Art. 2.º Para as futuras nomeações de escrivães dos julgados municipaes de que trata o artigo antecedente exigir-se ha documento comprovativo de aprovação em concurso de habilitação para os officios de tabellião de notas nas provincias ultramarinas.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 28 de março de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Juni r.*

(Diario do Governo n.º 80)

Tendo-se reconhecido a impossibilidade de n'algumas provincias ultramarinas e no districto autonomo de Timor serem, pelos respectivos governadores, feitas na época competente as nomeações de substitutos dos juizes de direito das comarcas, em razão das distancias a que ficam das sédes das Relações, a cujas presidencias compete formular as propostas para essas nomeações, conforme dispõe o § 2.º do art. 25.º do regimento da administração de justiça nas provincias ultramarinas, approved por decreto de 20 de fevereiro de 1894; e sendo de manifesta necessidade obviar aos inconvenientes que d'ahi resultam para a regularidade do serviço judicial;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros; e usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto adicional á Carta constitucional da monarchia;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os juizes de direito das comarcas, situadas em provincias diferentes d'aquellas que são sédes das Relações, e no districto autonomo de Timor, farão annualmente as propostas para a nomeação dos seus substitutos.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 28 de março de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diario do Governo n.º 80).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em referencia ao officio de v. ex.^a, n.º 77, de 24 de janeiro ultimo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de lhe communicar, para os fins convenientes, que, por despacho de 20 do corrente mez, foi auctorizada a prorrogação do regimen transitorio para a navegação da grande cabotagem d'essa provincia, até que sejam tomadas providencias que habilitem pessoal diplomado nos termos do decreto de 23 de janeiro do corrente anno.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 30 de março de 1905.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde.—O director geral, *F. F. Dias Costa.*

(Boletim official de Cabo Verde n.º 15).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 224/726, de 31 de janeiro ultimo, incumbe-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que, para estipular a gratificação a abonar ás praças da companhia de saude pelo serviço de beneficiação, nos termos do § 2.º do art. 279.º do regulamento do serviço de saude d'essa provincia, deve ser considerado como vencimento apenas o pret.—Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 31 de março de 1905.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Moçambique.—O director geral, *F. F. Dias Costa.*

(Inédito)

ABRIL

Sendo reconhecida a conveniencia de ensaiar a circulação em ouro na provincia de Moçambique e a oportunidade de augmentar no actual momento as disponibilidades em ouro no districto de Lourenço Marques, procurando assim crear facilidades ás transacções commerciaes;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto adicional á Carta constitucional da monarchia de 5 de julho de 1852;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É auctorisado o Banco nacional ultramarino a emittir, na sua filial de Lourenço Marques, notas de 1, 5 e 10 libras esterlinas, convertiveis em ouro na mesma filial e trocaveis por moeda de ouro, ou em saques a tres dias, vista sobre Londres em todas as dependencias do mesmo Banco na provincia de Moçambique e na sua séde em Lisboa.

§ unico. A emissão não excederá 50:000 libras esterlinas.

Art. 2.º O Banco nacional ultramarino fica obrigado a ter na sua filial em Lourenço Marques, como reserva em moeda de ouro, pelo menos, um terço da importancia de notas de ouro em circulação.

Art. 3.º O governador geral da provincia de Moçambique fará verificar, pelo exame do livro dos talões, a importancia das notas de ouro em circulação, e publicar, com a maior regularidade, a respectiva indicação no *Boletim official* do Governo da mesma provincia.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 1 de abril de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 79.)

Tomando em consideração a Portaria do governador geral da provincia de Moçambique, de 18 do mez findo, pela qual foi reduzida, provisoriamente, a 2 ½ por cento a contribuição de registo por titulo oneroso no districto de Lourenço Marques;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros;

Usando da faculdade do § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto adicional á Carta constitucional da monarchia;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É approvada a Portaria do governador geral da provincia de Moçambique, n.º 209, de 18 de março ultimo, pela qual foi reduzida a 2 ½ por cento, no districto de Lourenço Marques, a contribuição de registo por titulo oneroso.

Art. 2.º Ficam n'esta parte alterados o regulamento approved por decreto de 19 de julho de 1902 e o decreto de 31 de dezembro de 1903, e bem assim revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 1 de abril de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 78.)

Portaria provincial a que se refere o decreto supra

N.º 209. — Tomando em consideração as representações que têm subido a este Governo geral pedindo redução na contribuição de registo por titulo oneroso;

Considerando que a taxa de 10 0/0, fixada pelo artigo 7.º do regulamento de 19 de julho de 1902, é sobremodo elevada, nas actuaes circumstancias, para o districto de

Lourenço Marques, e tanto, que no ultimo periodo da vigencia do citado diploma muito diminuiu o numero de transacções sobre terrenos;

Considerando que a redução da mencionada taxa não deve prejudicar os interesses da Fazenda, visto que a sua diminuição deverá ser compensada pelo augmento de transmissões;

Sendo urgente promover e facilitar as transacções sobre terrenos para o desenvolvimento da colonia, tendo em vista os interesses legitimamente creados em Lourenço Marques;

Attendendo a que o disposto no artigo 1.º do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1903, embora tivesse sido favoravel a esse desenvolvimento, não satisfaz, comtudo ás inadiaveis necessidades de momento, que exigem uma maior redução não subordinada a restricções;

Usando da auctorisação ministerial concedida a este Governo geral em telegramma de 15 do corrente;

Nos termos do artigo 1.º do decreto de 28 de julho de 1902:

Hei por conveniente determinar que no districto de Lourenço Marques seja reduzida a 2 1/2 por cento a contribuição de registo por titulo oneroso.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram. — Governo geral, em Lourenço Marques, 18 de março de 1905. — O governador geral, *João Coutinho*.

Tendo sido reconhecida a conveniencia de regular a applicação do § unico do artigo 2.º do decreto com força de lei de 23 de dezembro de 1899 ás sociedades legalmente constituidas no estrangeiro, que pretendam adquirir e conservar por mais de dez annos bens immobiliarios nos territorios das companhias privilegiadas, nos termos e para os effeitos do § 2.º do artigo 162.º do Codigo commercial: Sua Majestade El-Rei ha por bem determinar, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, que a concessão d'aquella auctorisação se faça sempre precedendo audiencia das companhias privilegiadas, devendo, quando concedida auctorisação, mencionar-se no respectivo diploma que essa concessão não envolve nenhuma responsabilidade, directa ou indirecta, do Governo em actos proximos ou remotos que importem ás relações entre essas sociedades e as companhias privilegiadas; que o decreto concedendo a auctorisação supra mencionada deve começar a vigorar da data da sua publicação no *Boletim official* do Governo dos territorios da companhia, onde a sociedade tenha adquirido ou pretenda adquirir os bens immobiliarios, ficando entendido que essa publicação será feita immediatamente á chegada á sede do Governo do *Diario do Governo* em que seja publicado o decreto; que, finalmente, as disposições d'esta Portaria não envolvem as sociedades constituidas ou a constituir sobre concessões feitas pelas companhias privilegiadas, nos termos e nas condições que lhes são facultadas pelos decretos das suas concessões.

Paço, em 10 de abril de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(*Diario do Governo* n.º 91).

III.º sr. — Remetto a v. s.ª a adjunta tabella dos abonos que o correio d'essa provincia tem de fazer ao de Lisboa pelas caixas com valor declarado, dirigidas a paizes estrangeiros e incluidas em mallas fechadas para a metropole, a qual, approvada por despacho de 11 do corrente mez, é destinada a substituir a que se encontra actualmente em uso a começar em o 1.º de julho proximo futuro.

Os abonos a fazer ao citado correio com relação a cartas com valor declarado continuam a ser os constantes da tabella em uso, tendo v. s. em vista que a equivalencia do franco, que é de 260 réis, passa a 200 réis a começar tambem do referido dia 1.º de julho proximo.

Deus guarde a v. s.ª — 3.ª Repartição da Direcção geral do ultramar, 12 de abril de 1905. — III.º sr. director dos correios da provincia da Guiné. — O chefe da Repartição, *Belchior José Machado*.

(*Boletim official* do Guiné n.º 24)

Tabella dos portes o premios que pagam as caixas «com valor declarado» permutadas entre Cabo Verde, Guiné, S. Thomé, Angola, e Moçambique e os paizes estrangeiros (incluidas em mallas fechadas expedidas directamente para Lisboa — § 2.º do artigo 401 do regulamento).

Paizes	Porte por cada caixa, réis *	Abono ao correio de Lisboa		Numero de declarações para a alfandega
		Por cada caixa, fr.-c.	Por 300 francos ou fracção de 300 fr.-cos fr.-c.	
Allemanha	\$700	2,50	25	2
Protectorados e Repartições postaes allemãs no estrangeiro : Cameron, Marrocos, Casa Blanca, Mazagam, Mogador, Saffi e Tanger	1\$100	4,50	45	3
Africa oriental allemã, Kianstschou, (protectorado) Hauban, Kiumi Kiautehon (cidade) Pekim Schauhauwau, Shanghae, Tientsin, Tongku e Tschinkiuang	1\$200	5,—	50	4
Argentina (republica)	\$600	2,—	20	3
Austria-Hungria	\$800	3,—	30	4
Belgica	\$700	2,50	25	2
Bulgaria	1\$000	4,—	40	5
Chili	\$700	2,50	25	3
Dinamarca (comprehendendo as ilhas Feroe)	\$900	3,50	35	4
Egypto	1\$000	4,—	40	3
França (comprehendendo Argelia, Corsega e Monaco)	\$600	2,—	20	1
Colonias francezas: Guadalupe, Martinica, Guyana, Libreville e Leango (Congo francez) Reuniao, Madagascar, Mayotte, Nossi-Bé, Djibouti, Pondichery, Annam, Thachine, Cochim-China, (Indo China) Nova Caledonia, Costa do Marfim, Dahomey, Guiné franceza	\$700	2,50	25	2
Senegal	\$600	2,—	20	1
Repartições francezas: Tanger	\$700	2,50	25	2
Italia	\$700	2,50	25	2
Colonia italiana da Erythrea	1\$000	4,—	40	2
Luxemburgo	\$650	2,25	25	1
Paizes Baixos	\$800	3,—	30	3
Roumania	\$900	3,50	35	3
Suissa	\$700	2,50	25	2
Tunizia	\$700	2,500	25	2
Turquia (Repartições austriacas)	1\$100	4,50	45	3

* N. B. O remettente tem a pagar, além da quantia indicada n'esta columna, mais $\frac{1}{2}$ por cento da quantia declarada, com um minimo de 50 réis — § 1.º do artigo 401.º do regulamento.

Foram presentes a Sua Majestade El-Rei os seguintes documentos :

1.º Um relatorio do governador civil do districto de Bragança, de 24 de dezembro de 1904, em que se referem os extraordinarios acontecimentos que occorreram no seminario d'aquella diocese, pelas onze horas da noite de 12 para 13 de dezembro ultimo, e que determinaram o encerramento das aulas durante o actual anno lectivo;

2.º Outro relatorio do mesmo governador civil, de 1 de janeiro ultimo, em que narra os factos occorridos n'aquella cidade por occasião da affixação do edital, em que foi publicada a sentença do reverendo bispo da mesma diocese, datada de 23 de janeiro de 1905, pela qual foram expulsos perpetuamente vinte e quatro alumnos, sendo os restantes expulsos até que justifiquem a sua irresponsabilidade nos tumultos e desordens da noite de 12 para 13 de dezembro ultimo por modo aceitavel;

3.º Uma investigação administrativa feita perante o commissario de policia, em que depuzeram varias testemunhas sobre os alludidos acontecimentos;

4.º Um officio do reverendo bispo, dirigido á Secretaria d'Estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 30 de janeiro ultimo, acompanhando uma copia da mencionada sentença, datada de 23 do mesmo mez;

5.º Uma representação do comicio celebrado em Bragança no dia 12 de janeiro d'este anno, assignada por uma Commissão eleita pelos cidadãos ali reunidos, na qual se pedem ao Governo providencias contra as expulsões perpetuas e temporarias, ordenadas na mencionada sentença;

6.º Um officio do reverendo bispo, de 17 de fevereiro de 1905, em que relata os factos que o determinaram a encerrar o seminario e a expulsar perpetua e temporariamente os seus alumnos, procurando justificar o seu procedimento, desculpando-se por não ter dado conhecimento ao Governo dos seus actos e affirmando os seus propositos de clemencia com relação aos alumnos condemnados, logo que se justificassem e mostrassem arrependidos;

7.º Um officio do reverendo bispo, de 7 de abril de 1905, dirigido á Secretaria d'Estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em que participa ter mandado reabrir no dia 3 do mesmo mez as aulas do curso theologico do seminario, por um acto espontaneo da sua benevolencia, pelos motivos que constam da sua Provisão de 19 de março ultimo, de que remette um exemplar: n'este officio declara o reverendo bispo que as suas investigações sobre o apuramento de responsabilidades do crime praticado n'aquelle estabelecimento em 12 de dezembro ultimo vão continuar, reservando-se julgal-as como fôr de justiça;

8.º A Provisão de 19 de março findo a que se refere aquelle officio, na qual o reverendo bispo, depois de explicar a modificação das suas resoluções, faz saber a todos os parochos:

— que, estando disposto a conceder perdão aos seminaristas, seus parochianos, devem convidal-os a enviar-lhe cada um, desde já, por escripto e em papel sellado, a justificação da sua innocencia e o protesto de arrependimento com o proposito de emenda, devendo os requerimentos ser apresentados até 30 de junho e apreciados por uma Commissão de ecclesiasticos sobre cujo parecer recahirá a sua decisão;

— que os alumnos que não satisfizerem a esta benigna modificação da sentença proferida ficarão sujeitos a ulterior procedimento;

— que, por mais um acto espontaneo da sua benevolencia, declara abertas para todos as aulas do curso theologico desde o dia 3 de abril, sem prejuizo de ultteriores investigações;

— que os trinta e oito alumnos excluidos temporariamente têm ingresso no seminario nas condições com que tinham sido admittidos, e que os vinte e quatro alumnos excluidos perpetuamente frequentarão as aulas como externos.

E, depois de examinados e bem ponderados todos os citados documentos:

Considerando que, segundo o artigo 10.º da lei de 28 de abril de 1845, pertence aos prelados diocesanos a administração economica e a direcção disciplinar dos seminarios, com sujeição á inspecção do Governo;

Considerando que no cumprimento d'esta disposição devem os mesmos prelados proceder, no que respeita áquelles assumptos de accordo com o Governo, submettendo á sua apreciação as providencias que julgarem convenientes ou necessarias para o bom regimen economico e disciplinar dos referidos institutos;

Considerando que aquella disposição está em perfeita concordancia com os preceitos da citada lei na parte em que sujeitam á approvação do Governo a escolha dos compendios e a nomeação dos professores e empregados dos mencionados institutos;

Considerando que a organização do ensino nos seminarios tem sido estatuida ou approvada por decretos e Portarias emanados do Ministerio da justiça;

Considerando que, nas providencias concernentes, tanto á administração economica, como á disciplina dos seminarios, os ditos prelados desempenham as attribuições, que, em virtude da disposição do artigo 10.º da citada lei, lhes competem, como directores ou reitores dos referidos institutos;

Considerando que, sendo subordinada a competencia disciplinar dos prelados á inspecção do Governo, pode este, no uso do seu direito, declarar insubsistentes as resoluções proferidas sobre este assumpto, que estejam em desharmonia com as mencionadas disposições legais, mórmente quando as julgue inconvenientes ou contrarias aos interesses do Estado;

Considerando que o reverendo bispo, encerrando o seminario por acto e deliberação propria, e condemnando depois por uma resolução, que denominou «sentença», ás penas de exclusão perpetua e temporaria os alumnos do mesmo seminario, em vista dos lamentaveis acontecimentos ali occorridos, deveria ter dado immediatamente conhecimento ao Governo d'estas resoluções para as apreciar no exercicio do seu direito;

Considerando que a condemnação dos suppostos reus, fundada apenas em ser conforme ao direito e á consciencia do reverendo prelado, como na sentença se declara, não poderia manter-se, porque «semelhante modo de proceder, como diametralmente oposto ás leis do reino, nunca foi n'elle admittido ou tolerado, antes repetidas vezes prohibido e reprovado por conter em si uma bem conhecida violencia—qual a de impôr-se e sentir qualquer uma ou mais penas, sem se haver instituido processo legitimo, sem ser ouvido e considerado o reu com sua defesa, que por direito natural divino e humano lhe é outorgada, sem ser convencido e sem ouvir a sentença final da sua condemnação, sem o que se não pode nem deve reputar reu»;

Considerando que dos documentos existentes n'esta Secretaria se mostra que, nas diligencias administrativas e judicias a que se procedeu, se não apurou quaes foram os responsaveis dos lamentaveis acontecimentos de que se trata;

Considerando que no seu officio de 17 de fevereiro ultimo reconheceu o reverendo bispo que, apesar de todos os esforços que fez para verificar quaes foram esses responsaveis, não poudo descobrir a verdade, e que foi por isso que se viu obrigado a expulsar vinte e quatro alumnos perpetuamente e trinta e oito temporariamente, tomando por unico criterio para esta resolução as informações particulares, que obteve, sobre o seu anterior procedimento;

Considerando que, reconhecendo a falta ou improcedencia dos fundamentos em que se firmaram as suas anteriores resoluções, o reverendo bispo, em sua ultima Provisão de 19 de março findo, mandou abrir as aulas do seminario, admittindo a frequental as todos os alumnos expulsos, perpetua e temporariamente, excluindo apenas do internato os primeiros, sem prejuizo das investigações a que mandou proceder para serem punidos os que o devessem ser;

Considerando que, restabelecida, como está, a ordem e a legalidade no seminario de Bragança, em virtude da recente Provisão do reverendo bispo, cumpre evitar a repetição de actos, que, tolerados ou acceitos sem protesto, poderiam ser invocados, como precedentes, contra o exercicio dos direitos do Estado no que respeita ao regimen dos seminarios;

Ha por bem Sua Majestade El-Rei mandar declarar ao reverendo bispo de Bragança:

1.º Que as aulas do seminario não podem ser encerradas sem accordo ou assentimento do Governo, ou sem que, na falta d'este, se lhe dê immediatamente conhecimento da resolução que determinar o encerramento;

2.º Que as resoluções que condemnarem os alumnos ás penas de exclusão perpetua ou temporaria devem ser precedidas das competentes investigações e da audiencia dos delinquentes, e participadas immediatamente ao Governo a fim de que sobre a applicação d'essas penas possa exercer o seu direito de inspecção;

3.º Que não ha disposição legal que auctorise os reitores dos seminarios a perdoarem as penas de exclusão perpetua ou temporaria que tiverem applicado aos seus alumnos.

O mesmo Augusto Senhor espera que de futuro o reverendo bispo, cuja boa fé e sinceras intenções de bem servir a Igreja e o Estado se não devem pôr em duvida, se conformará com estes preceitos, dando o exemplo da obediencia e respeito ás leis e procedendo por forma a evitar a perturbação das boas relações que devem existir entre o Governo e os que dirigem os institutos diocesanos de ensino ecclesiastico.

Paço, em 15 de abril de 1905.—*José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral.*

(Diário do Governo n.º 88)

III.^{ma} e ex.^{ma} sr. — Em referencia ao officio de v. ex.^a, n.º 866, de 26 de fevereiro ultimo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e se retario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que, não podendo, nos termos do decreto de 14 de novembro de 1901, ser abonada a gratificação de serviços no ultramar aos officiaes

inferiores que não estejam em serviço effectivo, ou quando desempenhem qualquer serviço que lhes dê direito a remuneração especial, não pode aquella gratificação ser abonada aos officiaes inferiores que desempenhem o serviço de observadores no observatorio meteorologico, tendo, comtudo, resolvido, por seu despacho de 15 do corrente mez, fôsse novamente fixada em quinhentos réis diários a gratificação que, para os mesmos observadores, está fixada no artigo 164.º da tabella orçamental d'essa provincia do exercicio corrente.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspecção geral de fazenda do ultramar, 17 de abril de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official d'Angola n.º 21)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em referencia ao teor do officio, n.º 90.º, de 13 do mez findo, que acompanhava as copias de duas notas do capitão dos portos d'essa provincia referindo se a omissões que, no seu entender, se deram na tabella I, annexa ao regulamento maritimo de 24 de dezembro do anno findo, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que a capitania dos portos só deve cobrar os emolumentos expressamente consignados na alludida tabella, e que os navios, cuja lotação esteja comprehendida entre 150 e 200 toneladas, devem pagar pelos «vistos» nas respectivas matriculas como se a sua lotação fô se de 150 toneladas.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 25 de abril de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Inédito)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Constando que, em algumas provincias ultramarinas se tem abonado, durante a viagem de Lisboa para o ultramar, além do respectivo soldo, a gratificação de patente e subvenção aos officiaes do exercito do reino que vão servir em commissão extraordinaria de serviço, o que foi estipulado para os officiaes que vão em commissão ordinaria, como consta do officio, n.º 16, de 9 de setembro de 1902; encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de participar a v. ex.^a, para os devidos effeitos, que, por despacho de 5 do corrente, foi determinado que, no caso de se terem realisado taes abonos, devem os officiaes que os receberam serem debitados pelas importancias abonadas, visto que esses abonos sómente estão autorisados para os que vão servir em commissão ordinaria.

Deus guarde a v. ex.^a — 7.^a Repartição da Direcção geral de contabilidade publica, em 27 de abril de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador do districto autónomo de Timor. — O chefe da Repartição, *José Augusto de Sequeira Cilia*.

(Boletim official de Timor n.º 30)

Sua Majestade El Rei, a quem foi presente o projecto de casas para habitação do director e chefes de serviço do c minho de ferro de Lourenço Marques, datado de 1 de março de 1905, ha por bem, ultramarando-se com o parecer da Comissão superior technica de obras publicas do ultramar, approvar o referido projecto.

Paço, em 28 de abril de 1905. — *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 101).

MAIO

Constando na Secretaria d'Estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça que em alguns tribunaes e perante algumas Repartições se têm levantado duvidas sobre se aos conservadores privativos do registo predial é permittido o exercicio da advocacia, o que não só prejudica esses funcçionarios nos seus legitimos interesses, como põe em risco os direitos individuaes dos cidadãos; e

Considerando que nenhuma disposição legal, nem nomeadamente o regulamento do registo predial, approved por decreto de 20 de janeiro de 1898, prohibe os conservadores de advogar;

Considerando que o decreto de 25 de novembro de 1886, motivado pela forma de substituição dos juizes de direito estabelecida no decreto com força de lei de 29 de julho do mesmo anno, e, além d'isso, restricto aos nomeados ou transferidos d'ahi por deante a requerimento seu, se deve considerar revogado pelo decreto com força de lei de 29 de março de 1890, n.º 3, que no artigo 17.º alterou aquella forma de substituição, e ainda pelo citado regulamento de 20 de janeiro de 1898, que lhe é posterior, e é o assento privativo d'esta materia;

Considerando que, embora nos termos do artigo 43.º d'esse regulamento os conservadores sejam subordinados ao Conselheiro procurador geral da Corôa e Fazenda e, immediatamente, aos procuradores régios das respectivas Relações, por cuja intervenção recebem as instruções do Governo relativas ao exercicio de suas funcções, não são magistrados nem agentes do Ministerio publico, e, portanto, não estão sujeitos ao disposto no artigo 43.º da organização approved por decreto de 24 de outubro de 1901, e muito menos á disposição do artigo 4.º da organização approved por decreto de 29 de novembro do mesmo anno, pois não são officiaes de justiça:

Ha Sua Majestade El-Rei por bem declarar, que aos conservadores privativos do registo predial é livre advogar perante todas as Repartições e tribunaes, de qualquer natureza ou categoria, e em todas as causas tanto civeis, commerciaes ou criminaes, como administrativas, ecclesiasticas ou fiscaes, á excepção sómente d'aquellas em que, por virtude do seu cargo, tenham de intervir de officio.

Paço, em 2 de maio de 1905. — *José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral.*

(Diario do Governo n.º 89),

*Attendendo ao que me requereu a «Oceana Consolidated Company Limited», legalmente constituida e incorporada em Londres, pedindo a necessaria auctorisação para adquirir e conservar por mais de dez annos bens immobiliarios nos territorios portuguezes de Africa, designadamente nos que se acham sob a administração da Companhia de Moçambique: hei por bem, nos termos do decreto com força de lei de 23 de dezembro de 1899 e para os effeitos do § 2.º do artigo 162.º do Codigo commercial portuguez, tendo em vista o parecer da Procuradoria geral da Corôa e Fazenda de 23 de abril de 1903 e a régia Portaria de 10 de abril de 1905, ouvida a Companhia de Moçambique, conceder-lhe auctorisação para conservar por mais de dez annos os immobiliarios que tenha adquirido e legalmente possua exclusivamente para os fins do seu contracto social; ficando, porém, expresso que carecerá de prévia e especial auctorisação para a conservação de quaesquer novos immobiliarios, que para o mesmo fim venha a adquirir, e que a auctorisação de que trata o presente decreto, na parte referente aos territorios sob a administração da Companhia de Moçambique, não envolve qualquer responsabilidade directa ou indirecta para o Estado em actos que, proxima ou remotamente, importem ás relações entre a «Oceana Consolidated Company Limited» e a Companhia de Moçambique.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de maio de 1905. — *REI.* — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diario do Governo n.º 109),

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Vendendo-se dos documentos de despesa d'essa provincia que a alguns officiaes de 2.^a linha, exercendo cargos de commandantes militares, têm sido abonados vencimentos superiores aos estipulados na tabella annexa ao decreto de 19 de julho de 1894, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de solicitar de v. ex.^a se digne ordenar que, de futuro, aos referidos officiaes sejam pagos apenas os vencimentos constantes da citada tabella.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, 4 de maio de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O inspector geral, *José Navarro d'Andrade*,

(Inédito).

(Circular). — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Tendo resultado duvidas na interpretação do § 2.^o do artigo 46.^o do decreto de 29 de dezembro de 1898, relativo á pesquisa e lavra de minas, sobre se deve contar-se o periodo de 90 dias desde a data da affixação do edital, ou da sua publicação no «Boletim official», encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, para os fins convenientes, que o periodo de 90 dias a que se refere aquelle paragrapho deve começar a contar-se depois da publicação dos éditos no «Boletim official».

Mais me encarrega o mesmo ex.^{mo} sr. de rogar a v. ex.^a se digne informar esta Secretaria d'Estado se haverá possibilidade de que o «Boletim official», onde venham publicados os éditos não chegue á séde d'alguns concelhos dentro do praso de 90 dias, para, no caso affirmativo, se providenciar convenientemente.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 6 de maio de 1905. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *F. F. Dias Costa*,

(Boletim official de Cabo Verde n.^o 20).

Tendo-me requerido Patricio Luiz Ferreira Leão, subdito portuguez, empregado commercial, residente na cidade de Lourenço Marques, no districto do mesmo nome, da provincia de Moçambique, a concessão por aforamento de 23:323 metros quadrados de terreno baldio, sito á esquerda da estrada de Marracuene, nos suburbios da referida cidade, confinando, por nordeste, com terreno de Supé Calú, por noroeste com baldios, por sudoeste com terreno de Tufel Macajabo e Já Assam, e por sueste com a citada estrada de Marracuene, conforme consta do annuncio publicado no *Diario do Governo* n.^{os} 244, 245 e 246, de 29 e 31 de outubro e de 2 de novembro de 1904:

Havendo no concurso, a que se procedeu na Direcção geral do ultramar em 23 de dezembro de 1904, sido apresentada e admittida uma proposta offerecendo pelo referido terreno o fôro annual de 8\$000 réis, por hectare; mas

Tendo o procurador do requerente declarado, no acto do concurso, que este pretendia usar do direito de preferencia garantido pela lei;

Tendo o governador geral de Moçambique informado que não era conveniente adjudicar o terreno pelo foro annual de 8\$000 réis por hectare, por isso que um terreno contiguo, em condições eguaes ás d'aquelle, medindo 26:361 metros quadrados, havia sido aforado pelo foro total annual de 30\$000 réis;

Havendo, porém, o requerente Patricio Luiz Ferreira Leão declarado, em 29 de dezembro de 1904, que acceitava o aforamento de terreno requerido na mesma proporção do terreno contiguo, citado pelo governador geral de Moçambique;

Não havendo sido interposto impedimento algum pela Commissão das terras do districto de Lourenço Marques, nem apresentada reclamação alguma de particulares contra o pedido de concessão;

Havendo sido publicado no *Diario do Governo* n.^o 44, de 23 de fevereiro de 1905, o aviso de que foi adjudicada ao referido Patricio Luiz Ferreira Leão a concessão, por aforamento, dos 23:323 metros quadrados de terreno baldio, por elle requerido;

Tendo o adjudicatario, nos termos do artigo 6.^o do decreto com força de lei de 6 de agosto de 1904, effectuado em 18 de março de 1905, no cofre da Fazenda do districto

de Lourenço Marques, o depósito de caução correspondente ao terreno que lhe foi adjudicado:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É concedido a Patricio Luiz Ferreira Leão o aforamento de 23:323 metros quadrados de terreno baldio, sito á esquerda da estrada de Marracuene, suburbios da cidade de Lourenço Marques, no districto do mesmo nome, da provincia de Moçambique, confinando por noroeste com baldios, por sudoeste com terreno de Tufel Macajabo e Já Assam, por nordeste com terreno de Supé Calú e por sueste com a referida estrada.

Art. 2.º O terreno designado no artigo precedente é destinado a cultura.

Art. 3.º O concessionario será obrigado a pagar pelo referido terreno, nos termos do regulamento geral provisorio de 2 de setembro de 1901 para execução da carta de lei de 9 de maio do mesmo anno sobre concessões de terrenos no ultramar, o foro annual de 14\$735 réis por hectare.

Art. 4.º A concessão designada no artigo 1.º do presente decreto é feita sem prejuizo dos direitos assegurados aos indigenas pelos artigos 2.º e 3.º e n.º 2.º do artigo 8.º da carta de lei de 9 de maio de 1901, e pelos §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 2.º, n.º 2.º do artigo 10.º e artigo 139.º, com seu § unico, do regulamento geral provisorio de 2 de setembro de 1901:

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de maio de 1905. — REI. — *Manuel Antonio Moreira Junior.*

(Diario do Governo n.º 113).

Com fundamento nas disposições do artigo 32.º, § 1.º, e do n.º 6.º do artigo 47.º da carta de lei de 24 de novembro de 1904: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de ministros e guardadas as prescripções do § 9.º do artigo 1.º da carta de lei de 30 de junho de 1891 e do artigo 1.º do decreto n.º 2, de 15 de dezembro de 1894, determinar que no Ministerio dos negocios da fazenda seja aberto um credito especial da importancia de 650:000\$000 réis, a favor do Ministerio da marinha e ultramar, Direcção geral do ultramar, e devidamente registado na Direcção geral da contabilidade publica, para satisfazer despesas com a occupação do paiz dos cuanhamas, devendo a mesma despesa ser classificada na despesa extraordinaria do exercicio de 1904-1905, nos seguintes termos:

Capitulo 3.º—Despesas com a occupação do paiz dos cuanhamas—650:000\$000 réis.

O Tribunal de contas declarou achar-se este credito nos termos legaes de ser decretado.

O presidente do Conselho de ministros e os ministros e secretarios d'Estado dos negocios de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 11 de maio de 1905. — REI. — *José Luciano de Castro* — *Eduardo José Coelho* — *Arthur Pinto de Miranda Montenegro* — *Manuel Affonso de Espregueira* — *Sebastião Custodio de Sousa Telles* — *Manuel Antonio Moreira Junior* — *Antonio Eduardo Villaça* — *D. João de Alarcão Velasques Sarmento Osorio.*

(Diario do Governo n.º 113).

Processo de recurso n.º 46 de 1905, em que é recorrente Francisco do Sacramento Monteiro e outros, e recorrido o juiz de direito da comarca de Sotavento de Cabo Verde. Relator o ex.^{mo} sr. Conselheiro João José da Silva.

Sendo-me presente a consulta da Junta consultiva do ultramar sobre o recurso n.º 46, em que são recorrentes Francisco do Sacramento Monteiro e outros, e recorrida a Fazenda nacional;

Mostra-se que, tendo recorrido para a Junta consultiva do ultramar, como tribunal do contencioso administrativo, Francisco do Sacramento Monteiro e outros, da sentença de fl. 25, que confirmou a liquidação da contribuição de registo por titulo gratuito devida pelos recorrentes, na qualidade de herdeiros legítimos de Sebastião José Barbosa

Vasconcellos, fallecido em 6 de janeiro de 1896, seguiu o processo seus regulares termos perante a mesma Junta até final julgamento;

Mostra-se que o escrivão de fazenda do concelho da ilha do Fogo da provincia de Cabo Verde liquidou a contribuição de registo que lhe parecia ser devida pelos recorrentes, fazendo applicação das taxas estabelecidas pelo artigo 9.º do regulamento de 22 de junho de 1898, em vigor n'aquella provincia;

Mostra-se que os mesmos recorrentes, interessados no inventario de Sebastião José Barbosa Vasconcellos, reclamaram contra a dita liquidação, perante o Juizo de direito da comarca de Sotavento, com o fundamento de que, não tendo a lei effeito retroactivo (Carta constitucional artigo 145.º, § 2.º, Código civil, artigo 8.º), devia a contribuição ser liquidada em conformidade com o artigo 4.º do regulamento da contribuição de registo approved por Portaria régia de 25 de agosto de 1880, que estava em vigor em Cabo Verde ao tempo da abertura da herança; e, como fôsem desattendidos, recorreram para a Junta consultiva do ultramar, que é tribunal competente em vista do disposto nos artigos 50.º e 63.º do regulamento approved por decreto de 22 de junho de 1898.

Attendendo a que o artigo 15.º d'este regulamento determina que a contribuição de registo seja liquidada pela legislação em vigor ao tempo em que se effectuar a liquidação, accrescendo á taxa principal os impostos additionaes devidos á data em que fôr feito o pagamento, e, portanto, procedeu legalmente o escrivão de fazenda calculando a contribuição de registo conforme as taxas estabelecidas no artigo 9.º do regulamento em vigor;

Attendendo a que no regulamento de 25 de agosto de 1880 se não encontrava disposição alguma em contrario, mas antes o seu artigo 12.º estatua que a contribuição de registo por titulo gratuito seria sempre regulada pela legislação vigente ao tempo em que se effectuasse o pagamento:

Hei por bem, conformando-me com a mencionada consulta, negar provimento ao recurso e mandar que subsista a sentença recorrida.

O Ministro o secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de maio de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior*.

(Diario do Governo n.º 113).

III.º e ex.º sr. — Em referencia ao officio d'esse Governo geral, n.º 137, de 27 de março ultimo, sobre a conveniencia de ser modificado o n.º 2.º do artigo 89.º do regulamento de 11 de dezembro de 1902, no sentido prescripto na Portaria provincial n.º 296, de 4 de julho de 1902, encarrega-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.ª que, tendo em consideração as razões expendidas no citado officio, em virtude da sensivel falta de pessoal para o desempenho do serviço dos correios, auctorizou, por despacho de 9 do corrente mez, que v. ex.ª mande pôr em pratica, com caracter permanente, o disposto na citada Portaria provincial n.º 296, com a faculdade ainda de poder alteral-a na parte em que as exigencias imprescindiveis do mesmo serviço assim o reclamem, até que ulteriormente possam cessar as causas que motivaram esta resolução.

Deus guarde a v. ex.ª = Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 11 de maio de 1905. — III.º e ex.º sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. = O director geral, *F. F. Dias Costa*.

Portaria n.º 296, a que se refere o officio supra

Sendo indispensavel fixar-se a quota parte do vencimento com que, nos termos legaes, devem ser remunerados os trabalhos extraordinarios que sejam chamados a desempenhar os empregados dos correios da provincia, nos dias da chegada e partida dos paquetes, a fim de que essa remuneração seja proporcional ao tempo que cada um tenha de demorar-se no desempenho do serviço que lhe competir:

Hei por conveniente, em nome de s. ex.ª o governador geral, determinar, em harmonia com o exposto pelo sub inspector geral de fazenda, Conselheiro Arthur Tamagnini de Abreu da Motta Barbosa, que taes abonos se regulem pela forma seguinte:

1.º Aos empregados postaes que, por motivo da chegada ou partida dos paquetes, ou por outros, tiverem de permanecer no serviço, ou a elle comparecer depois das 10 horas da noite: por cada 6 horas — um dia de vencimento.

§ unico. Só extraordinariamente poderá ser desempenhado este serviço por outros empregados além dos que estiverem de piquete.

2.º Aos empregados postaes que, por motivo da expedição ou recepção de mallas do interior, ou outros, tiverem de permanecer no serviço ou a elle comparecer, desde as 6 horas da tarde até ás 10 horas da noite: por cada 8 horas — um dia de vencimento.

3.º Ao empregado postal que acompanhar as mallas a bordo ou ahi as fôr receber: por cada embarque — 300 réis.

4.º Considera-se serviço ordinario o prestado desde as 6 horas da manhã até ás 6 horas da tarde.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do Governo em Loanda, 4 de junho de 1902. — *Manuel Teixeira de Sampaio Mansilha*, secretario geral.

(Boletim official d'Angola n.º 25)

Tendo a Liga naval portugueza solicitado approvação para novos estatutos por ella elaborados e submettidos á apreciação do Governo, pelos quaes aquella aggremação pretende reger-se em substituição dos que lhe foram approvados por decreto de 24 de dezembro de 1902: hei por bem approvar e mandar pôr em execução os estatutos da mencionada Liga, que baixam assignados pelo Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo Ministro e secretario d'Estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de maio de 1905. = REI. = *Manuel Antonio Moreira Junior*.

Estatutos da Liga naval portugueza a que se refere o decreto d'esta data

CAPITULO I

Natureza e fins da Liga naval portugueza

Artigo 1.º A Liga naval portugueza é uma associação civil que tem por fim promover, por todos os meios licitos e possiveis, sob a alta protecção de Sua Majestade El-Rei, seu presidente, o engrandecimento do poder maritimo nacional, em todas as suas diversas manifestações.

Art. 2.º Para a realisação dos seus fins, a Liga naval portugueza occupar-se-ha dos seguintes assumptos:

1.º Estudar todas as questões relativas ao desenvolvimento do commercio maritimo, da marinha de commercio, das pescarias, da marinha de guerra e da marinha de recreio;

2.º Promover e animar a iniciativa particular para todas as empresas nacionaes que, na metropole ou nas colonias, possam favorecer a expansão do commercio maritimo, da marinha mercante e das industrias haliêuticas nacionaes;

3.º Desenvolver a construcção naval portugueza;

4.º Estudar e promover a promulgação de disposições legais que os seus trabalhos indiquem indispensaveis ou convenientes para a realisação do objectivo da Liga;

5.º Promover e vigiar a educação do pessoal da marinha mercante;

6.º Dispensar á população maritima o possivel auxilio moral e material;

7.º Estudar os problemas da marinha de guerra que dizem respeito á protecção do commercio maritimo e á defesa nacional;

8.º Estudar a formação das reservas navaes com os elementos que podem fornecer a marinha de commercio e a marinha de recreio nacionaes;

9.º Promover junto dos Poderes publicos a adopção de todas as medidas que possam concorrer para a prosperidade do commercio maritimo, navegação e pescarias;

10.º Estudar os problemas da emigração e colonisação nacionaes, fazendo activa propaganda pelas soluções que mais convenham aos interesses da nação e ao progresso da marinha portugueza;

11.º Estudar o problema marítimo nas suas relações com todos os outros problemas nacionaes, empenhando-se junto do paiz e dos Poderes publicos pela realisação pratica das soluções que melhor possam convir ao seu desenvolvimento;

12.º Cooperar com o Estado na solução de todos os problemas que digam respeito ao progresso marítimo nacional, dando parecer sobre os assumptos em que fôr consultada, e encarregandó se de qualquer missão, em harmonia com seus fins, que lhe seja proposta pelo Governo português;

13.º Concorrer para o estreitamento das relações marítimas do paiz com o estrangeiro, por um continuo desenvolvimento das suas relações com as associações marítimas do estrangeiro, e por uma representação effectiva em todos os congressos e conferencias marítimas de importancia;

14.º Desempenhar-se das missões da representação marítima nacional nos differentes pontos do paiz, franqueando as suas sedes aos officiaes das marinhas estrangeiras de guerra e commercio, e ainda aos *yathemen* e *touristes* que os visitem:

15.º Despertar e incitar, por meio de activa propaganda, o interesse publico pela causa da nossa expansão marítima e colonial;

16.º Promover a realisação de exposições e certamens publicos de character marítimo;

17.º Constituir, logo que os seus recursos e meios de acção lh'o permittam, um *Registo marítimo nacional*, em que sejam inscriptos e classificados os navios portugueses, e em que venham a centralisar-se todos os serviços necessarios á organização, protecção e progresso da marinha mercante nacional, no paiz e no estrangeiro.

CAPITULO II

Constituição da Liga naval

Art. 3.º A Liga naval portugueza compõe-se de socios fundadores, ordinarios, correspondentes e honorarios, e de associações adherentes, agrupados em assembleias regionaes e locaes, conforme o disposto no capitulo V e IX d'estes estatutos.

Art. 4.º São socios fundadores todos os que se inscreveram como taes na sessão de 23 de maio de 1900, em que se estabeleceram as bases para a formação da Liga.

Art. 5.º São socios ordinarios todos os individuos nacionaes ou estrangeiros que, desejando concorrer para o patriótico objectivo da Liga, solicitem dos seus Conselhos ou Juntas locaes a admissão como socios.

§ unico. Os Conselhos e Juntas locaes da Liga são os competentes para resolver sobre a admissão de socios ordinarios.

Art. 6.º São socios correspondentes os individuos nacionaes ou estrangeiros que sejam encarregados, pelo Conselho geral, da representação da Liga em qualquer ponto do paiz ou do estrangeiro, em que ella não tenha outra representação.

Art. 7.º Podem ser socios honorarios os individuos nacionaes ou estrangeiros que tiverem prestado relevantes serviços á Liga naval, ou a quem esta julgue conveniente conferir este honroso titulo como manifestação de consideração ou reconhecimento.

§ unico. Os socios só podem ser admittidos, em votação por escrutinio secreto, pela assembleia geral, sob proposta do Conselho geral da Liga.

Art. 8.º Como associações adherentes comprehendem-se todas as que adherirem á obra da Liga, declarando que desejam contribuir para a realisação dos seus fins, nos termos do capitulo IV d'estes estatutos.

CAPITULO III

Socios da Liga naval, seus direitos e deveres

Art. 9.º Os socios fundadores e ordinarios agrupar-se-hão em duas categorias, pela forma seguinte:

1.ª Socios contribuintes, pagando para o cofre do Conselho regional ou Junta local em que estejam filiados uma quota mensal, não inferior a 500 réis, que será fixada pela respectiva assembleia regional ou local, depois de constituída nos termos d'estes estatutos;

2.ª Socios adherentes, pagando a quota annual de 1\$000 réis, em prestações semestres de 500 réis ou trimestres de 250 réis.

Art. 10.º É permittido a qualquer socio pagar a sua quota annual por uma só vez, no principio de cada anno.

Art. 11.º Os socios adherentes têm os seguintes direitos:

1.º Enviar ás assembleias da Liga, ou, nos intervallos d'estas, em cartas dirigidas aos Conselhos ou Juntas locaes, quaesquer ideias que julguem de vantagem para a solução dos problemas que a Liga se propõe resolver;

2.º Pedir aos Conselhos e Juntas locaes da Liga quaesquer informações, de que necessitem, sobre assumptos relativos ao commercio marítimo, ou á marinha mercante, pescarias ou marinha de recreio;

3.º Tomar parte em todos as congressos, conferencias, festivaes ou excursões promovidas pela Liga, sujeitando se ás condições que o Conselho geral estabeleça para a sua admissão;

4.º Solicitar a protecção da Liga junto dos Poderes publicos para a resolução de quaesquer assumptos que tenham conexão com o fim d'esta instituição;

5.º Gosar da redução de 20 por cento no preço de quaesquer publicações que a Liga ponha á venda de sua conta.

Art. 12.º Aos socios contribuintes, caberão, além de todos os direitos especificados nos quatro primeiros numeros do artigo anterior para os socios adherentes, mais os seguintes:

1.º Assistir a todas as assembleias do Conselho ou Junta a que pertencem e á assembleia geral da Liga, tomando parte na discussão;

2.º Frequentar as salas de leitura, palestra ou jogos, annexas ás installações dos Conselhos e Juntas locaes, em qualquer ponto do paiz;

3.º Receber um exemplar do *Boletim da Liga*;

4.º Receber um exemplar da *Revista marítima* que a Liga se propõe fundar;

5.º Gosar da redução de 30 por cento no preço de quaesquer publicações não especificadas nos dois numeros anteriores, que a Liga ponha á venda de sua conta.

Art. 13.º Ficam exceptuados das determinações dos dois artigos anteriores os livros da bibliotheca da Liga naval já em publicação.

Art. 14.º Aos socios correspondentes cabe o direito unico de receber, sem o pagamento de qualquer quota, as publicações da Liga naval.

§ unico. Estes socios poderão gosar de todos os direitos dos socios contribuintes, quando se filiem no Centro regional de Lisboa, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º

Art. 15.º Só os socios contribuintes nacionaes têm o direito de votar nas assembleias da Liga, e o de ser eleitos para os seus corpos gerentes.

§ unico. Por excepção, nas Juntas locaes podem os socios adherentes ser eleitores, e, quando não haja numero sufficiente de socios contribuintes para constituir a Junta local, serão tambem elegiveis.

Art. 16.º Os socios de nacionalidade estrangeira podem ser eleitores, quando estejam no gozo dos seus direitos civis, mas nunca poderão fazer parte dos corpos gerentes da Liga naval, podendo, contudo, ser aggregados a qualquer das seções de que tratam os artigos 32.º e 33.º d'estes estatutos.

Art. 17.º Os thesoureiros dos Conselhos regionaes ou Juntas locaes poderão mandar cobrar por empregado afiançado, ou pelo correio, ás residencias dos socios, as quotas respectivas, ficando expressamente entendido que esta facilidade não exonera os socios da obrigação do pagamento pontual das quotas, nem das consequencias das faltas d'esse pagamento, quando não tenha sido feito por aquelles meios.

§ unico. Os socios que deixarem de satisfazer o pagamento das suas quotas, por não lhes serem apresentados os recibos em devido tempo, darão, querendo, conhecimento ao thesoureiro, ou directamente, ou em carta dirigida á séle do Conselho ou Junta a que pertencam.

Art. 18.º Os socios que forem admittidos até o dia 20 de qualquer mez ficam obrigados ao pagamento da quota referente a esse mez.

Art. 19.º O socio que transitar de contribuinte para adherente fica obrigado ao pagamento da quota, como contribuinte, do mez em que solicitou tal transferencia, e á quota, como adherente, do trimestre a que ella disser respeito. Sim lhanamente, o socio que passar de adherente a contribuinte pagará a quota do trimestre respectivo e a do mez em que se effectue a passagem.

Art. 20.º Os socios contribuintes que se ausentarem para fóra do reino por tempo superior a quatro mezes podem deixar de satisfazer as quotas durante a sua ausencia,

se assim o participarem, por escripto, para a séde do Conselho ou Junta a que pertencam. Não fazendo tal participação e atrasando-se no pagamento das suas quotas, ficam incursos nas penalidades estabelecidas no artigo seguinte.

Art. 21.º A falta de pagamento de tres quotas consecutivas tira o direito ao recebimento do *Boletim* e de outras publicações da Liga, bem como o de fazer parte ou votar em qualquer assembleia da Liga. E a de quatro quotas, quando o socio tenha sido previamente avisado por carta registada e com aviso de recepção, dará logar á eliminação de socio por deliberação do Conselho ou Junta a que pertença. Os socios adherentes que não satisfizerem dois trimestres incorrerão em igual penalidade.

Art. 22.º O socio que perder os seus direitos por falta de pagamento de quotas poderá readquiril os pagando as quotas em divida; mas será definitivamente eliminado quando se repita aquella circumstancia.

Art. 23.º O socio contribuinte que frequentar a séde de um Conselho ou Junta local, em que não esteja filiado como socio, por espaço superior a trinta dias, deverá pagar as suas quotas ao cofre d'esse Conselho, cujo secretario fará a respectiva comunicação para o do Conselho ou Junta em que se dê aquella filiação.

Art. 24.º Aos socios contribuintes e adherentes será distribuido pelo Conselho ou Junta a que pertençam, além do bilhete de identidade a que se refere o § 3.º do artigo 50.º, um diploma, cujo custo não excederá 1\$000 réis.

§ unico. O typo e o custo d'este diploma serão fixados pelo Conselho ou Junta, que d'elle enviarão um modelo para ser registado pelo Conselho geral.

Art. 25.º A todos os socios cabe o dever de trabalhar pela prosperidade da Liga, e, em especial, pela propaganda de que trata o artigo 2.º, esforçando-se por trazer novas adhesões á Liga naval portugueza.

Art. 26.º Importa e determina a perda do titulo e qualidade de socio, e a consequente eliminação da respectiva classe:

1.º A declinação d'esse titulo e qualidade, quando o declinante se ache quite das suas obrigações para com a Liga;

2.º A perda dos direitos civis e politicos;

3.º A falta de pontual pagamento das quotas sociaes, nos termos do artigo 21.º;

4.º A exclusão.

§ 1.º Exceptuando o caso de exclusão, a perda do titulo e qualidade de socio resulta dos proprios factos que a determinam, e torna-se effectiva pela simples verificação d'elles pelo Conselho ou Junta que admittiu o socio.

§ 2.º Importa e determina a expulsão:

1.º A injuria publica á nação portugueza e a prática de ideias e actos attentatorios da sua integridade e independencia soberana;

2.º A injuria publica á Liga naval e a prática de actos que perturbem a ordem, o decoro e o caracter legal da Liga, ou o regular exercicio e au toridade dos seus corpos gerentes e representantes;

3.º A inobservancia repetida, prolongada ou violenta dos estatutos, regulamentos e resoluções sociaes.

§ 3.º A exclusão é proferida pelo Conselho regional ou Junta local a que pertença o socio, mas, quando não seja admittida por unanimidade de votos, será commettida á respectiva assembleia regional ou local.

§ 4.º Todas as deliberações relativas a perda do titulo e qualidade de socio, que hajam de ser tomadas por quaesquer dos corpos sociaes, sêl-o-hão em sessão e votação secreta d'esses corpos.

CAPITULO IV

Collectividades adherentes

Art. 27.º Consideram se como collectividades adherentes as associações, sociedades commerciaes e empresas coloniaes ou de navegação, que declararem que adherem á obra da Liga, contribuindo com a quotisação annual de 6\$000 réis para a realisação dos objectivos d'esta.

§ unico Cada collectividade adherente tem collectivamente os direitos de um socio contribuinte da Liga, que são exercidos pelo seu presidente.

CAPITULO V

Corpos gerentes da Liga naval

Art. 28.º A acção da Liga no continente no reino e ilhas adjacentes é realisada pelos seguintes corpos gerentes:

- a) Um Conselho geral, com séde em Lisboa;
- b) Conselhos regionaes, nas sédes dos departamentos marítimos do continente e ilhas adjacentes e nos principaes centros da nossa actividade commercial marítima, nas colonias e estrangeiro;
- c) Juntas locais, nas localidades, fóra das sédes dos Conselhos regionaes do paiz ou do estrangeiro, em que haja elementos sufficientes para a sua constituição.

§ 1.º O Conselho regional occupa-se dos assumptos que interessam aos trabalhos e acção da Liga em geral; e os Conselhos regionaes e as Juntas locais, dos assumptos que interessam aos trabalhos e acção da Liga nas respectivas regiões ou localidades.

§ 2.º O Conselho geral subordinará a cada Conselho regional as Juntas locais estabelecidas n'uma determinada região, por forma a subdividir harmonicamente, por agrupamentos regionaes, o esforço colectivo da Liga; mas isto sem prejuizo da independencia que devem ter aquellas Juntas.

Art. 29.º As Juntas locais compõem-se de sete membros, todos eleitos pela respectiva assembleia local, que, depois de tomarem posse, escolhem entre si um presidente, um secretario e um thesoureiro e os seus substitutos eventuaes.

§ unico. Sempre que seja possivel, deve entrar na composição das Juntas locais do paiz o presidente da Camara municipal, o capitão do porto e o chefe dos serviços hydraulicos.

Art. 30.º Os Conselhos regionaes compõem-se de doze membros eleitos pela respectiva assembleia regional; que, depois de tomarem posse, escolhem entre si um presidente, dois vice-presidentes, um primeiro secretario, um segundo secretario e um thesoureiro e os seus substitutos eventuaes.

§ unico. Sempre que seja possivel, devem entrar na composição dos Conselhos regionaes do paiz o presidente da Camara municipal, o capitão do porto, o chefe dos serviços hydraulicos e os presidentes das associações commerciaes e industriaes da localidade.

Art. 31.º O Conselho geral da Liga tem a seguinte composição:

- Um presidente, eleito pela forma abaixo indicada;
- Um primeiro secretario, que será o secretario perpetuo da Liga naval, como tal proclamado na sessão inaugural de 23 de maio de 1900;
- Um segundo secretario, de escolha do Conselho;
- Um thesoureiro, tambem escolhido pelo Conselho;

Dois representantes de cada um dos Conselhos regionaes, sendo um d'elles o respectivo presidente, e o outro um socio residente em Lisboa, em quem o Conselho delegue de o representar no Conselho geral.

§ 1.º A eleição do presidente recahirá n'um socio residente em Lisboa e será feita pelos representantes dos Conselhos regionaes, em votação, por scrutinio secreto, sendo válida es'a missão por um anno.

§ 2.º Os delegados dos Conselhos regionaes serão nomeados por um anno, e do mesmo modo o secretario e o thesoureiro escolhidos pelo Conselho.

§ 3.º Quando por qualquer circumstancia os Conselhos regionaes não tiverem representação no Conselho geral, a presidencia d'este Conselho nomeará provisoriamente um delegado por cada Conselho, sendo esta nomeação válida até que o Conselho respectivo communique qua's devem ser os seus legitimos representantes.

§ 4.º No acto da sua constituição, o Conselho escolherá sempre os substitutos eventuaes do presidente e dos secretarios.

Art. 32.º O Conselho geral divide-se em oito secções consultivas, que deverão tratar, respectivamente, dos seguintes assumptos;

- 1.º Pescarias;
- 2.º Marinha mercante;
- 3.º Marinha de recreio;
- 4.º Marinha de guerra;
- 5.º Obras e serviços dos portos;

- 6.º Expansão commercial;
- 7.º Expansão colonial; emigração;
- 8.º Propaganda marítima.

§ unico. Cada uma das secções de que trata este artigo aggregará a si os socios que especialmente se occupem dos respectivos assumptos.

Art. 33.º Cada um dos Conselhos regionaes dividir-se-ha em tres secções, que deverão tratar dos seguintes assumptos:

1.º Marinha mercante, pescarias, educação e constituição do pessoal da marinha mercante;

2.º Marinha de recreio;

3.º Obras e serviços dos portos, construção naval e propaganda marítima.

§ unico. A estas secções se applica doutrina egual á estabelecida no § unico do artigo precedente.

Art. 34.º Os Conselhos e Juntas reunirão, por convocação dos seus presidentes, quando os trabalhos da Liga assim o exigiam.

Art. 35.º Os Conselhos e Juntas só podem funcçãoar com um numero de membros não inferior a dois quintos.

§ 1.º No Conselho geral, para os effeitos de contagem, não são considerados os presidentes dos Conselhos regionaes com excepção do de Lisboa.

§ 2.º A segunda convocação será regular o funcionamento com qualquer numero de membros.

Art. 36.º Os Conselhos e Juntas da Liga poderão representar, livremente, sob sua responsabilidade, perante os Poderes publicos, ou junto das auctoridades locais, sobre os assumptos marítimos das respectivas circumscripções.

§ 1.º As Juntas farão seguir as suas representações, dirigidas ao Poder central, por intermédio do Conselho geral.

§ 2.º Em quaesquer circumstancias, os Conselhos e Juntas poderão solicitar do Conselho geral o exercicio da acção da Liga junto dos Poderes publicos, da defesa dos seus interesses.

Art. 37.º Dentro das normas d'estes estatutos, os Conselhos e Juntas elaborarão os regulamentos necessarios para o funcionamento dos seus serviços.

Art. 38.º Os Conselhos regionaes e Juntas locais constituir-se-hão no mez de janeiro, logo apóz as respectivas eleições, e o Conselho geral instalar-se-ha no dia 1 de março, com os delegados dos Conselhos eleitos em janeiro.

CAPITULO VI

Attribuições e expediente dos Conselhos e Juntas

Art. 39.º No exercicio das suas funcções, pertence ao Conselho geral:

1.º Unir, em acção commum apreciavel, os esforços de todos os Conselhos e Juntas da Liga;

2.º Elaborar e fazer cumprir o plano de trabalhos da Liga;

3.º Estabelecer as relações geraes da Liga;

4.º Promover a realisação de congressos marítimos, nos termos do capitulo x;

5.º Dirigir a publicação do *Boletim* ou *Revista marítima da Liga*;

6.º Receber o subsidio que a carta de lei de 12 de junho de 1901 concede á Liga naval, e resolver sobre a sua applicação, segundo os planos da Liga;

7.º Angariar os meios precisos para a realisação dos melhoramentos que a Liga se propõe effectuar;

8.º Tratar de todas as questões que interessem collectivamente á Liga;

9.º Elaborar annualmente um relatorio dos trabalhos da Liga, referido a 31 de dezembro, o qual será presente ao Governo por intermédio da Direcção geral da marinha.

Art. 40.º O expediente do Conselho é dividido pelos dois secretarios a que se refere o artigo 31.º, pela forma seguinte:

a) Ao secretario perpetuo, ou a quem suas vezes fizer, cabem as relações da Liga com o estrangeiro, os Conselhos regionaes e as Juntas locais, bem como a direcção das publicações da Liga;

b) Ao segundo secretario cabe a redacção das actas do Conselho e da assembleia geral, as relações do Conselho com o seu thesoureiro e as suas oito secções, e ainda a co-operação na direcção das publicações da Liga.

Art. 41.º Quando o secretario perpetuo não puder ter a seu cargo o expediente a que se refere o artigo anterior, o Conselho nomeará quem deve substitui-lo provisoriamente, mas ainda n'este caso poderá o mesmo secretario assistir, com voto consultivo, não só ás reuniões do Conselho geral, mas ás de todos os Conselhos e Juntas locais, e empenhar-se, de acordo com o Conselho geral, pelo desenvolvimento da obra da Liga no paiz e no estrangeiro.

Art. 42.º Para regularisação das despesas de expediente do Conselho haverá na Secretaria geral um livro, que terá por titulo «Caixa de despesas miudas da Secretaria do Conselho geral da Liga naval portugueza», no qual serão lançadas diariamente e por epigraphes todas as despesas miudas da dita Secretaria. Este livro será paginado e rubricado pelo primeiro secretario, e conterá termos de abertura e de encerramento assignados pelo mesmo secretario.

O empregado que escripturar este livro declarará por extenso no fim de cada mez a totalidade da despesa respeitante a cada epigraphe, e preencherá por essa occasião e para cada epigraphe um documento que apresentará ao thesoureiro devidamente conferido e visado.

Art. 43.º O thesoureiro do Conselho geral superintenderá na escripturação do mesmo Conselho, segundo as praxes da contabilidade commercial.

Art. 44.º A representação legal da Liga naval reside no presidente do Conselho geral.

Art. 45.º Só o Conselho geral pode dirigir-se aos Poderes publicos, ou a qualquer instituição, em nome da Liga naval. Os Conselhos regionaes e Juntas locais só podem fazel-o em seu proprio nome, nos termos do artigo 36.º

Art. 46.º No exercicio das suas funcções pertence a cada Conselho regional ou Junta local:

1.º Tratar de todas as questões maritimas que interessem á respectiva região ou localidade;

2.º Elaborar annualmente um relatorio dos trabalhos da respectiva região ou localidade, que será enviado ao Conselho regional;

3.º Angariar os meios precisos para a realisação dos melhoramentos que a Liga se propõe effectuar;

4.º Elaborar e fazer cumprir o plano de trabalhos da sua região ou localidade;

5.º Admittir os individuos que queiram contribuir para os fins da Liga;

6.º Promover e auxiliar conferencias e prelecções, e promover a publicação de trabalhos em harmonia com os fins patrioticos da Liga;

7.º Organisar, conservar e manter, sendo possivel, uma bibliotheca e salas de leitura, para estudo e trabalho dos respectivos socios;

8.º Organisar e promover excursões de estudo e diversões educativas que concorram para melhorar e fortalecer a educação civica nacional, e auxiliar a diffusão e o aperfeiçoamento dos conhecimentos coloniaes maritimos;

9.º Auxiliar com as suas informações, consultas e influencia os Poderes publicos, as escolas e as diversas corporações e associações nacionaes da respectiva região ou localidade;

10.º Propôr e offerecer á consideração dos Poderes publicos, por intermédio do Conselho geral, quaesquer observações, exposições, projectos, pareceres ou votos da sua competencia.

Art. 47.º O expediente dos Conselhos e Juntas locais será dividido pelos secretarios, pela forma que os mesmos Conselhos ou Juntas entenderem ser mais conveniente ao serviço.

Art. 48.º Do mesmo modo, o serviço da sua thesouraria será regulado pelos Conselhos ou Juntas, de forma a evitar quaesquer reclamações e a dar pleno cumprimento ás disposições dos presentes estatutos.

Art. 49.º O Conselho geral fixará a norma de proceder em quaesquer casos não fixados n'estes estatutos.

CAPITULO VII

Instalações da Liga naval

Art. 50.º Os Conselhos regionaes e Juntas locaes terão installações proprias, sustentadas pelas contribuições dos socios inscriptos nos seus registos.

§ 1.º Para este fim, os socios da Liga serão inscriptos em registos organizados pelos Conselhos e Juntas, por forma a constituirem agrupamentos distinctos, embora relacionados intimamente entre si e com o Conselho geral.

§ 2.º Os socios contribuintes inscriptos no registo de qualquer Conselho ou Junta podem utilizar-se, como socios da Liga, das installações de todos os outros Conselhos ou Juntas, em condições iguaes ás dos outros associados, mediante a apresentação do seu bilhete de identidade.

§ 3.º Os Conselhos e Juntas locaes fixarão como entenderem o typo dos seus bilhetes de identidade, que serão sempre assignados por um dos seus secretarios, enviando a todos os outros Conselhos e Juntas um modelo, para servir de base á verificação de identidade dos socios que visitem as suas installações.

Art. 51.º O Conselho geral funciona no edificio em que estiver installado o Conselho regional de Lisboa.

Art. 52.º Em cada Conselho ou Junta haverá uma Secretaria, pela qual se fará todo o seu expediente.

§ unico. A direcção d'estas Secretarias pertence exclusivamente aos respectivos secretarios dos Conselhos ou Juntas.

Art. 53.º Annexas ás Secretarias estabelecer-se-hão as thesourarias, sob a direcção dos thesoureiros respectivos.

Art. 54.º Aos Conselhos e Juntas é concedida plena liberdade de contractar, dentro dos limites dos seus recursos, o pessoal preciso para o serviço das respectivas Secretarias e thesourarias.

Art. 55.º Em todas as Secretarias deve haver um registo de socios do respectivo Conselho ou Junta e um registo das embarcações que estejam habilitadas a usar os distinctivos da Liga naval.

Art. 56.º Em todas as thesourarias deve haver um livro de quotas dos socios e um livro de conta caixa, além dos outros livros necessarios para o respectivo expediente, todos devidamente escripturados.

Art. 57.º Os Conselhos e Juntas estabelecerão nos seus regulamentos todos os detalhes do serviço das Secretarias e thesourarias respectivas.

CAPITULO VIII

Fundos da Liga naval, sua administração e fiscoallisação

Art. 58.º Constituem receita geral da Liga naval:

- 1.º O subsidio que a Liga recebe do Estado, nos termos da respectiva lei;
- 2.º Quaesquer donativos ou legados feitos genericamente á Liga;
- 3.º O producto da inscripção de congressistas e o de venda de publicações da Liga;
- 4.º Quaesquer receitas que o Conselho geral possa angariar.

§ 1.º Estas receitas são recebidas e administradas pelo Conselho geral da Liga naval, a cuja thesouraria ficarão debitadas, e terão exclusiva applicação aos fins de que tratam os artigos 2.º e 39.º d'estes estatutos, ficando qualquer outro emprego á responsabilidade pessoal de quem o ordenar, ou de quem o fizer sem auctorisação.

§ 2.º As applicações de fundos do Conselho geral incumbem ao mesmo Conselho, que não poderá auctorisar despesas sem que se verifique:

- a) Que para ellas ha dinheiro em c. fre;
- b) Que d'ellas não resultarão embaraços financeiros no fim do anno a que digam respeito.

§ 3.º As despesas são pagas pelo thesoureiro, mediante ordem de pagamento assignada pelo presidente e secretario, em harmonia com as declarações da acta da sessão do Conselho em que fôr auctorisado o pagamento. Da ordem de pagamento ficará talão.

§ 4.º Os fundos do Conselho estarão depositados n'um estabelecimento de credito, á ordem do mesmo conselho.

Art. 59.º Constituem receita privativa dos differentes Conselhos regionaes e Juntas locais:

- 1.º O producto das quotas dos socios respectivos ;
- 2.º O producto das contribuições das associações adherentes ;
- 3.º Quaesquer donativos ou legados feitos em especial a um determinado Conselho ou Junta ;
- 4.º Quaesquer receitas que os Conselhos ou Juntas possam angariar para a realisação dos seus objectivos.

§ 1.º Estas receitas serão recebidas e administradas pelos Conselhos ou Juntas, a cujos thesoureiros ficarão debitadas.

§ 2.º Nenhuma thesouraria regional ou local poderá receber ou pagar contas que não sejam devidamente rubricadas pelo secretario do Conselho ou Junta respectiva, depois de auctorisado o seu pagamento em sessão do mesmo Conselho ou Junta, devendo aquella rubrica cobrir uma declaração do numero da acta em que tenha sido exarada a auctorisação de pagamento.

Art. 60.º As contas de todas as thesourarias da Liga serão invariavelmente fechadas em 31 de dezembro.

Art. 61.º As assembleias regionaes e locais elegerão annualmente, com os respectivos Conselhos ou Juntas, Comissões fiscaes de tres membros, que mensalmente examinarão os livros e a escripta do respectivo Conselho ou Junta local, e apresentarão até ao dia 16 de janeiro de cada anno o seu parecer sobre a exactidão das contas que tenham de ser presentes á assembleia regional ou local respectiva.

§ unico. Todos os Conselhos regionaes ou Juntas locais enviarão ao Conselho geral, logo que o possam fazer, um resumo das suas contas para ser publicado no *Boletim* da Liga.

Art. 62.º No fim de cada mez se fará uma conta de receita e despesa do Conselho geral, e, depois de approvada pelo Conselho, será esta conta publicada com o *Boletim* da Liga e enviada por copia ao Ministro da marinha e ultramar, como esclarecimento da applicação das receitas da Liga.

CAPITULO IX

Assembleias da Liga

Art. 63.º Para os fins e nas épocas mencionadas nos artigos ao deante, os socios da Liga reúnem-se em assembleias, as quaes podem ser, respectivamente, locais, regionaes e geral.

Art. 64.º Têm direito a fazer parte das assembleias locais os socios contribuintes em goso effectivo dos seus direitos, que estejam inscriptos nos registos das respectivas Juntas locais; das assembleias regionaes, ou nas mesmas circumstancias, inscriptos nos registos dos Conselhos regionaes; e da assembleia geral, os socios nas mesmas circumstancias, inscriptos em todas as sub-divisões da Liga.

§ unico. Para as assembleias locais fica entendido, nos termos do § unico do artigo 15.º, que tambem podem fazer parte d'ellas os socios adherentes.

Art. 65.º Todas as convocações das assembleias da Liga são feitas pelos presidentes das respectivas Juntas locais, Conselhos regionaes ou Conselho geral, por meio de avisos publicados nos jornaes das localidades, os quaes para a assembleia geral serão feitos por intermédio dos Conselhos regionaes e Juntas locais.

§ 1.º A primeira convocação de qualquer das assembleias da Liga será feita com a antecedencia de vinte dias, pelo menos, antes do dia marcado para a reunião; para a segunda convocação, no caso de não ter havido numero na primeira reunião, a antecedencia será, pelo menos, de cinco dias.

§ 2.º As assembleias podem funcconar legalmente, á primeira convocação, com um terço do numero total dos socios que n'ellas tenham o direito de votar.

§ 3.º Na segunda convocação, as assembleias podem funcconar com qualquer numero de socios.

§ 4.º E' permittida a delegação de voto de um socio n'outro que tenha assento na mesma assembleia, mediante carta assignada pelo delegante, que assim o declare expressamente, sendo a assignatura conhecida pela Mesa da respectiva assembleia, á qual a carta será apresentada pelo menos quarenta e oito horas antes da marcada para a reunião.

§ 5.º As Mesas das assembleias são compostas dos presidentes e secretarios dos respectivos Conselhos ou Juntas.

§ 6.º Os presidentes das assembleias dirigirão os trabalhos, segundo os preceitos estabelecidos nos respectivos regulamentos, dentro das prescripções dos presentes estatutos.

§ 7.º Em todas as assembleias da Liga, como em todas as sessões dos seus corpos gerentes, são absolutamente prohibidas as discussões sobre assumptos religiosos ou politicos.

§ 8.º Haverá livros de actas para cada assembleia, os quaes serão rubricados nas suas folhas pelo secretario da primeira assembleia cuja acta fôr inscripta n'elle.

Art. 66.º As assembleias locaes e regionaes podem ter reuniões ordinarias e extraordinarias.

§ 1.º As reuniões ordinarias são obrigatorias, no mez de janeiro, para:

a) Apresentação e discussão do parecer da respectiva Commissão revisora de contas, relativo ao anno anterior;

b) Eleição dos corpos gerentes para o novo anno;

c) Qualquer outro assumpto, dos que são da competencia da Liga, que tenha sido dado para ordem do dia.

§ 2.º As reuniões extraordinarias podem ser convocadas em qualquer occasião, nas seguintes circumstancias:

a) Quando a respectiva Junta ou Conselho assim o entenda necessario;

b) Quando os respectivos socios, em numero não inferior a vinte, em documento por todos assignado, assim o requeiram ao respectivo presidente, indicando o assumpto para que desejam a convocação, e compromettendo se a comparecer em numero real de socios presentes não inferior á maioria dos signatarios.

§ 3.º Se, reunida a assembleia assim requerida, se verificar que a ultima condição indicada na alinea b) do paragrapho precedente não se realisa, o presidente poderá levantar immediatamente a sessão, dando os trabalhos por terminados.

§ 4.º Nas convocações para as reuniões extraordinarias será sempre indicada a ordem do dia, e só dos assumptos assim indicados se poderá tratar.

Art. 67.º A assembleia geral da Liga reúne quando o Conselho geral a convocar, e para os fins indicados nos respectivos avisos.

§ 1.º As reuniões da assembleia geral da Liga serão, em geral, realisadas em Lisboa.

§ 2.º São assumptos da competencia exclusiva da assembleia geral:

a) A votação de propostas para socios honorarios da Liga naval portugueza;

b) A discussão e votação da reforma dos estatutos;

c) A decisão da dissolução da Liga.

Art. 68.º A assembleia geral da Liga pode ainda reunir a pedido de socios contribuintes em numero não inferior a cem, quando se realisem condições analogas ás estabelecidas na alinea b) do § 2.º do artigo 66.º, devendo proceder-se, dadas circumstancias identicas, como fica preceituado no § 3.º do mesmo artigo.

Art. 69.º Em qualquer assembleia ordinaria da Liga, quando até meia hora depois da fixada na convocação se achem preenchidas as condições da constituição respectiva, o presidente declara aberta a sessão, e inicia e dirige os trabalhos pela ordem seguinte:

1) *Expediente*:

a) Communicações do Conselho ou Junta, e resoluções respectivas; quando se entenda que ha logar e urgencia para ser tomada;

b) Leitura e votação da acta anterior, quando a haja, ou quando não tenha sido ainda approvada;

c) Leitura ou menção da correspondencia que importe ao character da sessão;

d) Admissão ou expulsão de socios.

2) *Antes da ordem do dia*:

a) Propostas e pequenas communicações avulsas, para serem tomadas em consideração, ou para serem submettidas á deliberação da assembleia n'outra sessão.

3) *Ordem do dia*:

a) Comunicações scientificas, préviamente inscriptas, ou discussão e resolução de propostas ou pareceres pendentes, segundo o caracter da sessão e a respectiva convocação d'ella;

b) Explicações, quando tenha havido pedido para ellas, no decurso da sessão, e quaesquer annuncios da Mesa.

§ 1.º Não pode exceder de meia hora o tempo destinado á parte denominada: *antes da ordem do dia*.

§ 2.º Se, decorrida meia hora, depois da fixada na convocação, não se acharem preenchidas as condições de constituição da respectiva sessão, deixa esta de realizar-se, e, quando, tendo de proceder-se a deliberação, se não achar presente o numero de socios exigido para este acto, é immediatamente encerrada a mesma sessão.

Art. 70.º Todos os socios que façam parte de uma assembleia ou sessão podem usar da palavra, pedindo-a, e obtendo a, sobre os assumptos pendentes, ou para fazer propostas e communicações, segundo a ordem dos trabalhos, excepto quando a sessão fôr destinada sómente a determinadas communicações, a conferencias, ou actos solemnes.

1) Sobre cada parte da ordem do dia, submettida á discussão, abre a Mesa uma inscripção geral para uso da palavra, pela ordem do pedido d'ella.

2) A ordem de inscripção só pode ser interrompida: pela Mesa, para quaesquer advertencias ou informações; pelo relator do parecer em discussão, havendo-o, e para apresentação de requerimento sobre essa discussão, que não será fundamentado, devendo logo ser submettido a votação de admissão, seguindo-se-lhe, quando approvada esta ultima, a deliberação definitiva, acto continuo.

3) Quando entenda conveniente, e em qualquer altura de uma discussão, o presidente pode regular ou reformar a inscripção por ordem de *contra* e a *favor* do parecer ou proposta pendente, exigindo dos inscriptos que se declarem n'este sentido, e concedendo então, alternadamente, a palavra por esta ordem.

4) Nenhum socio pode fazer uso da palavra sem que lh'a tenha concedido o presidente, nem insistir em usar d'ella, não lhe tendo sido concedida, ou tendo-lhe sido retirada.

5) Todos os oradores devem falar de pé e dirigir-se ao presidente, não sendo permitido dialogos contra outros socios, nem da parte d'estes interrupções ou interpeleções aos oradores.

6) Não pode usar-se da palavra mais de duas vezes na mesma discussão, podendo, porém, fazer-se uso d'ella, para simples explicações, no fim da sessão. O relator de qualquer parecer pode usar da palavra mais das duas vezes de direito geral.

7) É absolutamente prohibido, e deve ser cohibido immediatamente pelo presidente, usar de actos, phrases, palavras ou allusões que importem injuria, offendam o caracter e a dignidade da assembleia ou da sociedade, ou perturbem a boa ordem, gravidade e legalidade das discussões.

8) O presidente advertirá os oradores quando se affastem do assumpto em discussão, ou dos principios e normas regulares d'ella, e retirar-lhes-ha a palavra quando o julgar conveniente á boa ordem, gravidade e legalidade da sessão, usando, em casos urgentes, dos meios mais legaes necessarios para manter a propria auctoridade e o decore da Liga.

Art. 71.º Nas assembleias da Liga, nenhuma proposta pode ser votada na mesma sessão em que fôr apresentada, e sem que sobre ella tenha recaído parecer da secção competente, préviamente distribuido sempre que seja possivel.

§ 1.º Exceptuam-se:

a) As de votos de sentimento por fellecimento ou desastre de qualquer socio;

b) As de voto de louvor, felicitação ou congratulação por serviços relevantes ou por acontecimentos faustos á sciencia, á patria ou á sociedade, sob o aspecto ou em relação com os fins e caracter d'esta ultima;

c) As propostas ou requerimentos apresentados durante uma discussão, quando evidentemente importem a ella e ao assumpto pendente;

d) As propostas do Conselho ou Junta, que considerem urgentes;

e) Os pareceres e as propostas, devidamente relatadas, das secções que tiverem sido indicadas na respectiva ordem do dia.

§ 2.º Qualquer socio pode anticipadamente entregar na Secretaria quaesquer propostas para serem submettidas opportunamente á assembleia a que importar o assumpto d'ellas, a fim de que a Direcção, enviando-as á secção competente, requisite o necessario parecer.

§ 3.º Admittida qualquer proposta ou apresentado qualquer parecer á deliberação da assembleia competente, haverá sobre esses documentos uma só discussão e votação, abrindo-se a primeira e recahindo a segunda sobre cada conclusão ou artigo d'esse parecer ou proposta.

§ 4.º A discussão de qualquer proposta que tenha obtido parecer de qualquer secção pode versar sobre os dois documentos, mas a votação recahirá sómente sobre as conclusões do parecer ou sobre as modificações, substituições, alterações e eliminações propostas durante a discussão e não pr judicadas.

a) Quando a rejeição do parecer não prejudicar a resolução da proposta, uma Comissão *ad hoc*, nomeada na mesma sessão pela Mesa, formulará um novo parecer para ser discutido e votado n'outra sessão.

§ 5.º As propostas de questão prévia, adiamento, emenda, additamento ou substituições parciais, apresentadas durante a discussão de qualquer proposta ou parecer, entram cumulativamente em discussão com os documentos a que se referem, salvo contendo, importando ou constituindo assumpto inteiramente novo, porque, n'esse caso, a Mesa não poderá admittil-as senão sob a forma de propostas independentes, para seguirem os trmites regulares.

a) As propostas de questão prévia, adiamento ou emenda, são votadas antes de todas as mais apresentadas no decurso da mesma discussão, incluindo aquella ou a parte d'aquella sobre que incidam.

b) Os additamentos só podem ser votados depois de approvado o texto primitivo, e quando não fiquem prejudicados pela propria votação.

c) Segundo fôr approvado ou rejeitado o texto primitivo, serão, ou não, consideradas como prejudicadas nas substituições.

§ 6.º Pertence á Mesa classificar as propostas.

§ 7.º Não será admittida proposta, comunicação, voto ou discussão sobre assumpto que não seja da competencia ou attribuições privativas da assembleia.

§ 8.º Quando a sessão fôr especialmente destinada a actos solemnes e conferencias, não ha lugar para leitura de acta e correspondencia, nem para apresentação de propostas ou discussão de outros assumptos, com excepção apenas de quaesquer comunicações da Mesa que ella considerar convenientes ou urgentes.

Art. 72.º Sempre que Sua Majestade El Rei, o Principe Real, Sua Alteza o Senhor Infante D. Affonso, ou Sua Alteza o Senhor Infante D. Manuel, assistirem a uma sessão da Liga naval, o presidente, ou quem suas vezes fizer, convidal-o-ha a assumir a presidencia da sessão, passando a dirigir, em seu nome e á sua ordem, os trabalhos.

§ unico. Do mesmo modo se procederá para com qualquer outro membro da familia do chefe do Estado.

Art. 73.º Os chefes d'Estado estrangeiros, os presidentes dos corpos legislativos, os ministros e Conselheiros d'Estado, os ministros representantes de Estados estrangeiros, e os altos dignatarios da Egreja, serão convidados a tomar lugar especial na assembleia, quando assistam a qualquer sessão.

CAPÍTULO X

Congressos maritimos

Art. 74.º A assembleia geral da Liga naval portugueza reunirá, em Congresso maritimo, sob a presidencia de Sua Majestade El-Rei, na época e localidade que forem annunciadas, quando o mutuo consenso dos Conselhos do continente do reino o julgar conveniente, e Sua Majestade o auctorisar.

Art. 75.º Ao Conselho geral, coadjuvado pelo Conselho da região onde o Congresso haja de reunir, pertence a organização de todos os seus trabalhos.

Art. 76.º Para o Congresso maritimo, os Conselhos e Juntas da Liga convidarão todas as individualidades interessadas no desenvolvimento do commercio maritimo, das colonias e da marinha nacional.

§ 1.º Estes convites serão feitos por circulares, com uma antecedencia nunca inferior a tres mezes.

§ 2.º N'estas circulares designar-se-hão as condições de admissão ao Congresso dos individuos que não forem socios da Liga, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 77.º Considerar-se-hão nos Congressos duas especies de congressistas: effectivos e adherentes.

§ 1.º Poderão ser congressistas effectivos os ministros que tenham gerido as pastas da marinha, fazenda e obras publicas; os membros das Commissões de marinha das duas casas do Parlamento; os funcionarios civis e militares do Ministerio da marinha e ultramar e suas dependencias; officiaes da armada e da marinha mercante; lentes das escolas superiores; representantes da Academia real das sciencias, do Instituto de Coimbra e das associações da imprensa; os directores de jornaes ou revistas especiaes; os corpos gerentes da Sociedade de Geographia de Lisboa e das associações scientificas, maritimas, commerciaes, industriaes, agricolas e coloniaes; Bancos, companhias coloniaes e empresas de navegação ou pescarias nacionaes; negociantes, industriaes e agricultores coloniaes; proprietarios ou capitães de embarcações de commercio ou yachts, e os auctores de trabalhos sobre assumptos a discutir no Congresso.

§ 2.º Poderão ser congressistas adherentes todos os individuos que não tenham os requisitos precisos para a admissão como congressistas effectivos.

Art. 78.º Os congressistas effectivos terão o direito de:

1.º Tomar parte, discutindo e votando, em todas as sessões do Congresso;

2.º Receber um exemplar impresso das memorias apresentadas, dos pareceres submettidos á discussão, das actas e do relatorio final do Congresso.

Art. 79.º Aos congressistas adherentes caberão apenas os direitos estabelecidos no n.º 2.º do artigo anterior, e o de assistir ás sessões do Congresso.

Art. 80.º Tanto os congressistas effectivos como os adherentes pagarão uma quota de inscripção de 2\$500 réis.

§ unico. Esta quota será apenas de 1\$500 réis para os socios contribuintes da Liga naval.

Art. 81.º A presidencia do Congresso pertence a Sua Majestade El-Rei, como presidente da Liga naval, e a vice-presidencia a Sua Alteza Real o Principe D. Luiz Filippe e a Suas Altezas Serenissimas os Senhores Infantes D. Affonso e D. Manuel, como vice-presidentes da Liga naval.

§ 1.º Com prévia auctorisação de Sua Majestade, a presidencia das sessões poderá ser entregue a portuguezes illustres pela sua posição social ou comprovado merecimento pessoal.

§ 2.º Para vice-presidentes das sessões, poderão ser convidados altos funcionarios do Estado, representantes das associações maritimas, agricolas, industriaes, commerciaes e officiaes generaes ou superiores da armada.

Art. 82.º De todas as sessões do Congresso se lavrarão, sobre os extractos tachygraphicos, actas, que serão assignadas pelo presidente e secretario da Mesa.

§ unico. Estas actas, com o relatorio final do Congresso, serão publicadas n'um livro, que será distribuido aos congressistas, nos termos dos artigos 78.º e 79.º

Art. 83.º Quaesquer direitos ou deveres especiaes dos congressistas, o programma das sessões e todas as outras questões relativas ao Congresso, serão fixadas n'um regulamento especial, para cada Congresso, que será elaborado e publicado com a antecedencia precisa.

CAPITULO XI

Bibliothecas, escolas e outros estabelecimentos da Liga naval

Art. 84.º Por iniciativa dos Conselhos ou Juntas, e em harmonia com as decisões do Conselho geral, a Liga naval creará bibliothecas, asylos, escolas, gremios de *sport* nautico e outras instituções necessarias a seus fins.

§ unico. A creação d'estas dependencias da Liga far se-ha sempre de *commun accord*o entre o Conselho geral e o Conselho ou Junta da localidade em que devam ser estabelecidas.

Art. 85.º Os regulamentos de quaesquer d'estas installações serão elaborados pelos Conselhos ou Juntas a que pertencerem, mas só entrarão em vigor depois de approvados pelo Conselho geral da Liga e sancionados pelo Governo.

CAPITULO XII

Publicação da Liga naval

Art. 86.º A Liga naval publicará um *Boletim*, destinado a elucidar os seus associados sobre todos os trabalhos realizados.

§ 1.º A publicação d'este *Boletim* será, tanto quanto possível, mensal.

§ 2.º A direcção da publicação d'este *Boletim* pertence aos secretários do Conselho geral.

Art. 87.º Logo que os seus recursos lh'o permittam, a Liga naval creará tambem uma *Revista marítima portugueza*, nos moldes das melhores que se publicam no estrangeiro.

§ unico. A publicação d'esta *Revista* far se ha sob a direcção do Conselho geral, sendo a redacção entregue, por contracto especial, a quem o mesmo Conselho julgar competente para assumil-a.

Art. 88.º A redacção do *Boletim* e *Revista* da Liga installar se-ha no edificio do Conselho geral, que contractará o pessoal preciso para a redacção e distribuição d'estas publicações.

§ unico. Ao chefe da redacção ou redactor principal das publicações da Liga incumbirá todo o expediente relativo á sua publicação, á sua troca com as publicações congeneres do estrangeiro, e á sua expedição para os socios da Liga, paiz e estrangeiro.

Art. 89.º Se assim convier ao seu serviço, o Conselho geral poderá publicar juntamente o *Boletim* com a *Revista marítima*, sob o titulo generico de *Boletim marítimo*.

Art. 90.º Quaesquer outras publicações da Liga, que, por decisão dos Conselhos ou Juntas, venham a fazer-se, serão regidas por disposições especiaes.

Art. 91.º De todas as publicações da Liga naval serão enviados vinte exemplares á Direcção geral da marinha.

CAPITULO XIII

Missões de propaganda

Art. 92.º O Conselho geral poderá organizar missões de propaganda, que por todo o paiz vão preparando o desenvolvimento da obra que a Liga naval se propõe realizar.

Art. 93.º Estas missões compor-se-hão sempre de um chefe de missão, que receberá um diploma de apresentação, assignado pelo presidente e pelo secretario do Conselho geral, e pelo pessoal que elle possa aggregar a si para a realisação dos objectivos que lhe sejam designados, dentro da verba que o Conselho destinar para tal fim.

Art. 94.º A's missões de propaganda competirá:

1.º Procurar desenvolver o interesse publico por tudo o que diz respeito ao futuro marítimo do paiz;

2.º Por meio de conferencias, artigos, etc., procurar o desenvolvimento das pescarias e da marinha mercante, e o progresso da marinha de guerra, nos termos convenientes á defesa do paiz;

3.º Animar todas as iniciativas de character marítimo, solicitando para ellas, quando seja necessario, o apoio do Conselho geral da Liga;

4.º Levar ao conhecimento do Conselho geral quaesquer factos que possam interessar a acção da Liga;

5.º Crear, nos termos d'estes estatutos, Juntas locais da Liga no littoral, e ao longo das vias fluviaes do paiz;

6.º Crear escolas regionaes de pescaria, cooperativas de pescadores, etc., e todas as instituições que possam favorecer os grandes objectivos da Liga;

7.º Incitar por toda a parte o patriotismo nacional, em prol das empresas marítimas e coloniaes.

Art. 95.º As missões de propaganda installarão Commissões defensoras das pescarias, com as attribuições seguintes:

1.º Zelar pelo rigoroso cumprimento de todas as disposições legais destinadas a impedir o despovoamento das aguas marítimas e fluviaes;

2.º Promover a adopção de todos os meios indicados pela piscicultura para o conveniente repovoamento das aguas, em especial, nos rios e lagôas em que seja de exito seguro o seu emprego ;

3.º Estudar as condições da fauna e da flora aquatica a seu cargo ;

4.º Interessar o povo pelas pescarias, promovendo o desenvolvimento da pesca sportiva.

§ 1.º Estas Commissões serão subordinadas por grupos ás Juntas locais da Liga, cuja sede lhes sejam proximas, e por intermédio d'ellas tratarão de todos os assumptos que lhe disserem respeito.

§ 2.º Os membros d'estas Commissões serão sempre socios da Liga naval, filiados na Junta local a que a Comissão fôr subordinada, mas o producto das suas quotas não entrará no cofre da Junta, ficando em poder da Comissão para despesas de expediente e outras eventuaes, de que a Comissão prestará contas annuaes, referidas a 31 de dezembro, á Junta local a que pertencem.

§ 3.º A nomeação das Commissões defensoras das pescarias será feita por um anno, mas as Juntas locais a que estiverem subordinadas poderão prolongar, tanto quanto quizerem o seu mandato.

Art. 96.º As missões de propaganda funcionarão como escolas moveis, devendo para isso o Conselho geral conceder-lhes o material e a dotação necessaria.

CAPITULO XIV

Insignias da Liga naval

Art. 97.º Em todos os edificios e navios que pertençam á Liga naval será içada a bandeira portugueza.

Art. 98.º São insignias privativas da Liga naval as seguintes:

1.º Para quaesquer embarcações registadas na Liga nos termos do artigo 55.º, como seu distinctivo, a ser usado no logar proprio, a antiga bandeira branca dos galeões da India, com o escudo das armas nacionaes sobre a cruz de Christo, em encarnado.

2.º Para as embarcações de recreio registadas nos Gremios de *sport* nautico, creados nos termos do regulamento approved em Portaria régia de 8 de junho de 1904, um galhardete branco, tendo no centro a Corôa real sobre a cruz de Christo, em encarnado.

§ unico. No Gremio de *sport* nautico de Lisboa será este galhardete substituido por uma flamula branca, tendo junto da tralha a cruz de Christo, sobrepujada pela Corôa real.

§ 1.º O segundo distinctivo da Liga dará ás embarcações em que se içar regalias eguaes ás que são actualmente concedidas, pelo uso dos seus distinctivos, ás das associações de *yachting*, e que não sejam contrarios ás leis e regulamentos em vigor.

§ 2.º Os distinctivos da Liga serão içados em todos os edificios e navios que pertençam á Liga naval.

§ 3.º É permittido tambem o uso dos distinctivos da Liga :

a) A quaesquer embarcações empregadas na instrucção nautica das escolas da Liga ;

b) A quaesquer embarcações empregadas em viagem de estudo ou recreio, ao serviço da Liga ;

c) A quaesquer embarcações empregadas accidentalmente ao serviço da Liga.

Art. 99.º Só pode ser concedido o uso do primeiro distinctivo da Liga naval mediante um diploma passado pelo Conselho geral, e o dos restantes pelos Gremios de *sport* nautico, creados nos termos do citado regulamento de 8 de junho de 1904.

§ unico. Os diplomas passados pelo Conselho geral serão assignados pelo presidente e pelos secretarios em exercicio, e o seu custo será invariavelmente 1\$000 réis.

Art. 100.º A Liga naval só concederá diplomas para o uso dos seus distinctivos a embarcações que, pelo seu estado de conservação, asseio e dimensões, os possam usar dignamente.

